



Arthur Virgílio

Senador/PSDB-AM

AMAZÔNIA
Presente

Atuação parlamentar
2004



SENADO FEDERAL

Senador ARTHUR VIRGÍLIO

Amazônia, presente!

BRASÍLIA – 2005

Sumário

	Pág.
Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004.....	7
Defesa dos interesses do Estado do Amazonas e da ZFM, na votação do Projeto de Lei de Informática	13
Em favor da ZFM, apenas argumentos técnicos	27
O Pólo Industrial de Manaus e o equilíbrio regional.....	33
A ZFM é a experiência de maior êxito para o desenvolvimento regional.....	37
A UFAM tem relevante papel para a Região Amazônica	43
O Amazonas é hoje exportador de tributos, em volume superior ao dos incentivos.....	53
Pólo Industrial de Manaus, realidade para o Amazonas e para o Brasil.....	69
Manaus pede planejamento estratégico para o sistema energético	83
Cai no Japão patente do Cupuaçu. A vigilância precisa continuar .	95
A boa alternativa para habitação popular no AM: casas de madeira do INPA	97
Sinalização no rio Madeira, pioneira no Brasil, melhora a navegação fluvial.....	99
Um laboratório de pesquisas para a Amazônia	101
Televisores: tópico indispensável ao Pólo Industrial de Manaus.....	103
Greve de auditores fiscais quase paralisa a Zona Franca de Manaus. O Governo está omissos	119
Pólo Industrial de Manaus é também pólo científico e tecnológico	123

“ *A atualidade da Amazônia sugere não apenas o permanente acompanhamento de ações e programas governamentais ou privados. Sugere muito mais. Sugere trabalho incansável. Com denodo e dedicação.* ”

Amazônia, presente!

Paralelamente aos temas da atualidade brasileira, os chamados assuntos nacionais, a Amazônia continua na primeira linha das minhas atividades parlamentares no Congresso Nacional. E assim será sempre, sobretudo nesta fase em que a nossa mais estratégica região reclama todos os esforços dos brasileiros.

A Amazônia já não é apenas a Grande Floresta nem o Grande Rio. É sobretudo o instigante desafio para o qual todos nós, brasileiros, somos ou seremos convocados.

No primeiro ano de meu mandato no Senado da República, entendi desde logo que o Congresso Nacional precisava de uma frente de defesa intransigente da região. Propus, então, que fosse criada a Subcomissão Permanente da Amazônia, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Neste segundo ano, formalizei proposta de emenda constitucional visando à mudança do nome da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. Justifico lembrando que ali já não há tão-somente uma Zona Franca. Muito mais, Manaus é sede de um dos mais importantes pólos de desenvolvimento industrial e de tecnologia do País.

Os pronunciamentos que fiz em 2004 refletem bem essa preocupação. E assim devo prosseguir. A Amazônia, que pertence a todos os brasileiros, pede que, na linha de frente figurem os amazonenses, para conduzir o processo de desenvolvimento industrial, aliás o de maior relevo do País ao longo deste ano.

Brasília, dezembro de 2004.

Senador *ARTHUR VIRGÍLIO*
Líder do PSDB

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004

Altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

A Constituição Federal fica acrescida do seguinte art. 43-A:

“Art. 43-A. A Zona Franca de Manaus passa a denominar-se Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.”

Justificação

A Zona Franca de Manaus foi criada pela Lei nº 3.173, de 1957, como Porto Livre. Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei nº 288, de 1967, ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por trinta anos para a implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário, tendo como centro a cidade de Manaus. O Decreto-Lei nº 356, de 1968, estendeu estes benefícios a toda Amazônia Ocidental, abrangendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. O objetivo da ZFM era o de ocupar a região amazônica, dado seu elevado conteúdo estratégico decorrente das riquezas naturais, da baixa densidade demográfica e do grande interesse internacional.

Esse modelo propiciou a implantação de um parque industrial de importância crescente no desenvolvimento econômico e social da região. Diante dessa realidade, a Constituição Federal de 1988 consagrou a Zona Franca de Manaus no art. 40 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando por mais 25 anos suas características de área de livre comércio, de exportação e importação e de incentivos fiscais.

Com a tendência de liberalização e globalização da economia mundial e a conseqüente abertura do mercado brasileiro às importações a partir de 1991, o modelo da Zona Franca de Manaus foi reformulado. A competição com os produtos importados fez com que a indústria de Manaus passasse por um processo de reconversão industrial com redução de custos, aumento da qualidade e produtividade. Foi também substituído o critério de índices mínimos de nacionalização pela prática do Processo Produtivo Básico (PPB), bem como estimulada a busca pelo mercado externo.

Como resultado da reestruturação efetivada, o faturamento do setor industrial passou a crescer a taxas expressivas, alcançando US\$10,5 bilhões, em 2003. As exportações passaram da faixa dos US\$100 milhões, em meados dos anos 90, para US\$1,2 bilhões em 2003. O número de empregados na indústria situa-se em torno de 75 mil. No parque industrial de Manaus agrega-se valor local em índices superiores a 70%.

Para o ano em curso, prevê-se que o faturamento do Pólo Industrial de Manaus irá bater recorde, podendo atingir US\$14 bilhões. As exportações começam a empatar com a importação, sendo que a perspectiva para 2005 é de provável equilíbrio da balança comercial no Pólo Industrial de Manaus.

Esses números demonstram que a Zona Franca de Manaus tem se voltado, cada vez mais, para as exportações e para o desenvolvimento científico e tecnológico. Algumas empresas optaram pela Zona Franca como plataforma de exportação, como, por exemplo, a multinacional Nokia, produtora de telefone celular.

No campo tecnológico, a política de aplicação de parcela do faturamento das empresas de informática em P&D tem propiciado recursos para investimentos em importantes núcleos tecnológicos. Surgem iniciativas como Genius, Feitosa, Fundação Nokia, CT-PIM, além do desenvolvimento de instituições tradicionais como a Fucapi, a Universidade do Estado, Universidade do Amazonas e outros.

Há, também, um esforço de fortalecimento da cadeia produtiva de subsetores industriais, principalmente por meio da produção de

componentes que apresentem vantagens competitivas em sua fabricação local e pelo aproveitamento das matérias-primas regionais e da biodiversidade existente na Amazônia.

Nessa nova fase, não cabe mais a visão preconceituosa e errônea de que o parque industrial de Manaus seria apenas uma indústria de montagem. A realidade é outra, demonstrada pelos mencionados dados de faturamento, exportações, emprego e agregação de valor local. Nesse sentido, vale a pena reproduzir as palavras proferidas pelo Senador Aloizio Mercadante em discurso recente por ocasião da votação da prorrogação dos incentivos fiscais da Lei de Informática:

Quem conhece a Zona Franca como eu sabe o que é o pólo industrial científico e tecnológico. Entretanto, construiu-se uma imagem precária da Zona Franca. Sugiro, inclusive, que mudemos a denominação da Zona Franca para Pólo Industrial, por ser aquele um pólo de desenvolvimento industrial muito importante.

Foi pensando da mesma forma que apresentei ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 218, em 2003, que altera a Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, para mudar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus. Entretanto, parece-nos mais apropriada a presente Proposta de Emenda à Constituição, que ora submeto à apreciação dos nobres senadores, uma vez que a matéria é constitucional por constar a denominação de Zona Franca de Manaus no art. 40 do Ato das Disposições Transitórias.

Cabe notar que, ao invés de a emenda alterar o referido art. 40, optei por propor a inclusão de novo artigo ao texto permanente, pois o Pólo Industrial da Amazônia Brasileira é uma realidade não datada no tempo e, portanto, não caberia a mudança de sua denominação nas disposições transitórias da Carta Magna. Também optei, desta feita, por um nome mais abrangente do que o proposto no referido projeto de lei, incluindo a menção à Amazônia brasileira, tendo em vista a importância estratégica desse pólo para a região e para o País como um todo.

Ademais, registre-se que o futuro do Brasil depende em muito da Amazônia, região onde se concentra a maior riqueza vegetal do mundo e fabulosas reservas de água potável.

Tanto é verdade que, com alguma freqüência, o noticiário aponta ações tidas como manifestações de interesse mundial pela área. Muito do que se propala não passa de fantasias, criadas com segundas intenções por grupos que deixam visíveis intenções de vantagens econômicas, a pretexto de defender a Amazônia.

Ao chegar ao Senado da República, eleito pelo povo do Estado do Amazonas, uma de minhas primeiras manifestações foi a proposta de criação de uma Subcomissão Permanente da Amazônia. Tive o cuidado, inclusive, de vincular essa Subcomissão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ali, a Amazônia está bem e corretamente protegida.

Esse cuidado justifica-se. Afinal, a Amazônia situa-se em região de fronteiras internacionais, justificando-se, pois, ações objetivas de prevenção contra eventuais cobiças.

Numa das Audiências Públicas da Subcomissão, o Arcebispo Metropolitano de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, lançou à nossa reflexão uma das mais sérias, corretas e oportunas colocações, ao dizer: *A Amazônia não é patrimônio mundial. A Amazônia é Patrimônio a serviço da Humanidade.*

Minha plena concordância com as palavras do insigne prelado levou-me a adaptar essa colocação ao sentimento de todos nós, brasileiros. Tive ensejo, na ocasião de proclamar: *A Amazônia é Patrimônio a serviço da Humanidade. Mas Terra Brasil!*

Já não há mais dúvida de que assim será. Já não persiste qualquer preocupação com uma propalada internacionalização da Amazônia. Afirmo isso com convicção pela certeza de que crescem, entre os brasileiros, o apreço e a disposição de tudo fazer para que a Amazônia continue aos olhos do mundo como Terra Verde-Amarela.

No Senado da República, sobretudo a partir da criação da Subcomissão Permanente da Amazônia, nossos esforços orientam-se nessa direção.

A Proposta de Emenda Constitucional que ora proponho deve, pois, longe de qualquer ufanismo, ser interpretada como mais uma demonstração para o fortalecimento do sentimento amazônida, que já não é apenas dos amazonenses ou só dos povos do Norte. É de todos os brasileiros.

Com essa certeza, repito aqui o que disse em pronunciamento no Plenário do Senado da República, em maio de 2003:

Não perceber que a fronteira mais expressiva para o desenvolvimento econômico do Brasil é a Amazônia, a nossa fantástica região continental, será uma visão canhestra, irreal e desajeitada da realidade brasileira e do grande futuro do País.

Considerando as razões estratégicas já mencionadas e que o processo industrial que se desenvolve em Manaus já não é compatível com o espírito da Zona Franca, conforme concebida inicialmente, peço apoio aos nobres pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, – Senador *Arthur Virgílio*.

(A proposição recebeu assinaturas de outros 27 senadores.)

Defesa dos interesses do Estado do Amazonas e da ZFM, na votação do Projeto de Lei de Informática

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, V. Ex^a falou por todos nós. A homenagem ao Exército é justa e é um dever dos brasileiros que amam este País.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reconheço que esse tema em torno da Lei de Informática é nevrálgico. E eu não gostaria, de jeito algum, de cair em uma certa esparrela, Senador Antonio Carlos Magalhães, que seria a de permitirmos aqui a divisão de Estados que precisam desdobrar de maneira favorável o seu processo de desenvolvimento, entre os quais o seu, já muito mais avançado, e o meu, que almeja apenas lograr um certo lugar ao sol.

O meu primeiro gesto no Congresso, como Líder no Governo Fernando Henrique, terminou rendendo-me um certo abespinhamento com setores do Planalto. V. Ex^a se lembra disso. Foi quando, junto com o Vice-Líder Ronaldo César Coelho, endosseï, contra alguns interesses, a ida da fábrica de automóveis para Salvador, por entender que era uma oportunidade de se desconcentrar investimento de alta carga tecnológica na direção de uma região que tinha, àquela altura, condições de desenvolver uma indústria automobilística ali. Procuo encarar com justiça.

Certa vez, opondo-me, como aliás tem sido tradicional na política do Estado, ao então Senador Amazonino Mendes – eu era Prefeito de Manaus, o Senador Gilberto Mestrinho era Governador e estava ao meu lado –, entrei na luta e recusei o que para nós – para mim e para o então Governador – parecia uma excrescência, que era brincar de fazer um pólo automobilístico em Manaus, na Zona Franca. Havia lá uma empresa, a Kia Motors, que agregava,

Senador Tasso Jereissati, seis empregos. Colocava-se um friso e isso atraía contra o modelo da Zona Franca de Manaus nada mais nada menos que a oposição da Anfavea. O meu argumento como Prefeito, como o do então Governador Gilberto Mestrinho, era apenas dizer que se tratava de triunfalismo demais e não tínhamos como arranjar mais inimigos além daqueles naturais que o modelo já tem por ser exitoso.

Hoje, o Distrito Industrial de Manaus vive um verdadeiro triunfo: são 70 mil empregos diretos, representando 93% da economia do Estado do Amazonas, com investimento em ciência e tecnologia e em laboratório, sim.

Duas figuras insuspeitas, até porque pertencentes ao patriado paulista, Alcides Tápias, Ministro do Governo passado, e Luiz Fernando Furlan, atual Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no início, estavam recalcitrantes em relação ao que lá se fazia, mas ambos se tornaram admiradores do Pólo de Manaus. Tápias chegou a dizer, em uma reunião ministerial de que participei, que estava convencido de que lá se agregava valor industrial tecnológico tanto quanto se faz em outros locais, inclusive no Estado de São Paulo, que é a locomotiva industrial do País.

Eu digo isso porque, em alguns momentos, provoca certa dor a figura do preconceito. Eu estou disposto a discutir a Lei de Informática do ponto de vista dos interesses do País como um todo.

Devo dizer que o Pólo de Televisores é o cerne da economia do meu Estado. Estou dizendo que a Zona Franca de Manaus representa 93% da economia do Amazonas, e 70% disso significam, talvez, os televisores produzidos em Manaus. Cada vez vai ficar mais difícil estabelecer uma fronteira para o televisor tradicional, tal como nós o conhecemos. Comparo-o ao telefone preto, fixo, da infância de tantos, nas casas antigas, pois hoje os digitais avançam muito. O computador será também televisor.

Quero estabelecer certo limite com uma pergunta muito simples: se amanhã o Brasil decidir que se desative o Pólo de Manaus, contra a minha opinião, a do Deputado Pauderney Avelino e a do Senador Mestrinho – o Brasil pode conseguir isso, mas é preciso entendermos o cerne, o essencial –, por que conceder privilégios para o Pólo Industrial de Manaus, Senador José Agripino? Porque o Marechal Castelo Branco, assessorado pela insigne e genial figura do economista e Embaixador Roberto Campos, percebeu que era

preciso conceder incentivos especiais para uma região estratégica. E o resultado é que hoje se fala de desmatamento no sul do Pará, em Rondônia, no Acre, e temos menos de 2% da cobertura florestal do Amazonas atingidos pelo efeito da devastação, até porque os efeitos indiretos do Pólo de Manaus financiam o interior do estado.

A Suframa, hoje, financia obras com os seus recursos próprios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP – Fazendo soar a campainha.) – Senador, tendo em vista a importância do discurso de V. Ex^a, permita-me prorrogar a sessão.

Pergunto ao Senador José Agripino se também fará uso da palavra como Líder.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, vou prorrogá-la. Quanto tempo V. Ex^a considera necessário?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mais dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, V. Ex^a dispõe de mais dez minutos, bem como o Senador José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, genial como era, Roberto Campos percebeu isso, e a Zona Franca de Manaus teve o seu processo. No começo se confundia com comprismo, com mera montagem, com mero apertar de parafusos. Hoje, há fábricas verdadeiras, que deveriam ser conhecidas por todos os parlamentares.

Dizem que o Distrito Industrial de Manaus é um paraíso fiscal, pois lá há isenção fiscal. Este ano, talvez ele fature U\$S14 bilhões, talvez seja até o seu recorde. Haverá 70 mil empregos diretos e US\$14 bilhões de faturamento, compensando largamente o incentivo fiscal. O Amazonas é exportador de tributos, exporta muito mais tributos para os cofres da União do que recebe de investimentos, e mesmo com a mudança de Governo não há mudança. Longe de ser esse tal paraíso de isenção fiscal, o Estado recolhe, Senador Tarso Jereissati, 64% dos tributos federais da região Norte. Os 36% restantes cabem ao Estado do Pará, que tem o dobro da população do Amazonas, ao Amapá, a Rondônia, ao Acre, a Roraima e aos demais estados da região Norte, ou seja, o modelo deu certo.

A pergunta que faço, de maneira simples, é a seguinte: devemos manter aquilo ou devemos suspender o apoio do Brasil ao processo de desenvolvimento ali instalado? Digo isso porque, de fato, se para tudo forem dadas condições iguais, confessamos que não temos condições de competir em pé de igualdade com estados que estão perto dos mercados consumidores, que têm facilidades que se contrapõem às nossas dificuldades locais. Esse é um debate que quero travar, e aceito essa prorrogação. Se não for possível completar a discussão amanhã, devemos deixá-la para setembro ou para qualquer época, mas não quero parecer um parlamentar que está querendo os votos da região Norte para eventualmente cassar direitos ou prerrogativas de outros estados.

Digo isso e mais, Senador José Agripino, porque desafio que falemos de uma família paulista rica, tradicional, que virou nome de rua, como Almeida Prado de Oliveira e Souza – nomes de pessoas que se ficaram pobres foi por burrice, porque o sobrenome é de rico –, que não tenha sido beneficiada, não tenha visto sua fortuna ser construída à base de incentivos fiscais. Então, não foi inventado para lá – repito isso à farta – o incentivo fiscal.

Vimos o Tennessee Valley, nos Estados Unidos, o Midi, na França, o Mezzo Giorno, na Itália; vimos tantas experiências antes e depois da Zona Franca de Manaus. Temos visto essa guerra fiscal que, de certa forma, corrói os intestinos da economia brasileira.

Eu gostaria muito de ter uma solução que prevenisse o meu Estado e que fosse de consenso, aplaudida e apoiada por todos aqueles que compreendessem a importância nacional da minha região. Portanto, jamais estarei aqui para aproveitar o momento. Hoje me disseram assim: “Se votar hoje, ganha por isso, por aquilo e por aquilo outro”. Eu não sei se ganharia, mas ganhar contestado pela Bahia do Senador Antonio Carlos Magalhães? Ou ganhar contestado por Minas Gerais do Senador Hélio Costa e do Senador Eduardo Azeredo, meu querido colega de partido? Ou ganhar apoiado no Piauí do Senador Mão Santa, até porque ainda não lhe sorriu, de maneira forte, o desenvolvimento industrial? Ganhar, eventualmente, com o voto do Senador Tasso Jereissati, pela ligação fraterna que há entre nós, ou eventualmente ter de compreender o voto contrário ao meu do Senador Tasso Jereissati, sem nenhum prejuízo para essa relação fraternal que temos? Não era esse o meu intuito.

Eu gostaria de, a gregos e a troianos, mostrar que temos razões técnicas e queremos respeitar os limites e os direitos de os outros estados crescerem. O que propomos é uma divisão social do trabalho. Por exemplo, automóveis caberiam ao Paraná, a São Paulo, a Bahia, a Minas Gerais, ao Rio de Janeiro. Goiás tem suas capacidades. Ao Amazonas, caberiam certos pólos, entre os quais sobretudo os de televisores, prevenindo-nos, nós, do Amazonas, para o desenvolvimento da tecnologia.

Hoje, o Senador Antonio Carlos Magalhães, com a lealdade que lhe é própria, deu-me um documento assinado pela Abinee. O documento, repulsivo porque primário, indigno de ser entregue nas mãos de senadores, diz, por exemplo, em seu item 3, entre outras tolices, que os computadores do Senado não poderiam exibir a imagem da TV Senado como fazem hoje caso fosse aprovado o acordo celebrado ontem no Gabinete do Senador Aloizio Mercadante. Recuso-me a discutir nesse nível. Não quero ficar nessa guerra de *lobby* para cá, *lobby* para lá. Não participo desse jogo de *lobbies*. Quero o interesse brasileiro preservado e quero que o País se conscientize, de uma vez por todas, da importância da minha região para chegarmos ao desenvolvimento efetivo. Ou seja, o Brasil ganha ou o Brasil perde com um Amazonas pujante?

Concedo um aparte, se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, primeiro ao Senador Gilberto Mestrinho, depois ao Senador Eduardo Azeredo. Encerrarei em seguida, agradecendo a V. Ex^a a tolerância e a compreensão da Casa por tardiamente me conceder a honra dessas ilustres presenças em plenário.

Ouçõ o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu só pediria urgência, porque já se esgotaram todas as prorrogações, por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, que é um grande amigo e conhece o Pólo Industrial de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não posso cortar seu importante pronunciamento, ainda mais que V. Ex^a foi assessorado pelo meu amigo Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só lamento V. Ex^a estar na Presidência. Se não estivesse, V. Ex^a faria também aparte,

porque conhece de cátedra o que se agrega de valor econômico naquela produção industrial.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – E tenho paixão pela região.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Excelência.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a aborda muito bem a questão da Zona Franca, desde as razões de sua criação até seu desenvolvimento e as injustiças praticadas contra ela. Alegam os benefícios fiscais da Zona Franca, mas não dizem que a informática no Brasil causa um déficit de mais de US\$8 bilhões anualmente, conforme dados do ano passado. A Zona Franca não causa isso. A Zona Franca já está quase empatando suas exportações e importações.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Talvez no próximo ano.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Além disso, a discussão sobre os monitores é absurda, porque 69% dos monitores de vídeo são fabricados em Manaus. Fora de Manaus, uma empresa produz 29% e outra, 1%. Que direito tem essa empresa, que é deficitária em São Paulo, de requerer os benefícios para, amanhã, usar o monitor de informática como um monitor de imagem? Não é justo isso. Não queremos monopolizar a atividade em segmentos da eletrônica e da informática, absolutamente. O Brasil é de todos. São Paulo é um sócio no desenvolvimento de nosso estado, o Amazonas. Mas deve ser um sócio que mantenha padrões de igualdade e não sócio majoritário com capital menor, como ocorre atualmente. As empresas da Zona Franca de Manaus quase todas são paulistas. O que não é justo é que as empresas paulistas, que eram pequenas e foram para Manaus e se tornaram grandes, que hoje têm negócios em São Paulo maiores do que têm em Manaus, queiram agora criar uma situação difícil para a Zona Franca. Nós não podemos permitir isso. V. Ex^a está de parabéns. Vamos lutar para que o direito ao desenvolvimento da região Norte seja mantido. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

Ouço o Nobre Senador Eduardo Azeredo e, em seguida, o Líder José Agripino.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, sou senador por Minas Gerais no Senado da República e tenho o dever de defender o meu estado e tenho o dever de defender o Brasil. Entendo, claramente, que só teremos um país mais justo quando tivermos uma ocupação populacional mais justa. Não é possível que tenhamos alguns pontos mais ricos e outros relegados a segundo plano. Já perdemos, em Minas Gerais, indústrias para outros estados. Perdemos a indústria de informática para o pólo de Ilhéus, na Bahia, mas, ao mesmo tempo, ganhamos indústrias que vieram de São Paulo e de outros estados. O Senador Antonio Carlos Magalhães, entusiasmado, joga água no chão. Não falei mal, senador, falei bem da Bahia. Disse que seu estado conseguiu levar uma indústria. Eu dizia que foi importante a instalação de indústrias, que estavam em outros lugares, em Minas Gerais. Essa distribuição é que é fundamental. Lembro-me bem quando o grande Governador Mário Covas soube entender a instalação da Mercedes-Benz em Minas Gerais e não em São Paulo. Ele entendeu que era o momento de diversificar a produção automobilística no Brasil. Assim é que vejo a questão de Manaus. É fundamental que a Zona Franca continue, é importante que vejamos como o Amazonas se desenvolveu a partir da Zona Franca, mas não se pode deixar que outras regiões do País não possam produzir bens, especialmente na área de eletrônica. Essa é uma área nova, uma tecnologia que está sempre mudando. Temos que conseguir um texto que deixe com clareza que os produtos de informática podem ser produzidos em todo o Brasil. Estamos com uma lei importante que será prorrogada até 2019, presa apenas por um item: o que é monitor de computador e o que é televisão. Por mim, escreveria assim “televisão é televisão, monitor de computador é monitor de computador”. Pronto, está resolvido. Mas o problema que temos no momento é conseguir uma definição clara. Tentou-se pelo tamanho e não deu certo. Tentou-se pela norma de especificação definir o que seja um monitor, mas não se chega a um acordo. Esse é o desafio. Não existe de nossa parte, Senador Arthur Virgílio, nenhuma posição contrária a Manaus. Eu sou inteiramente favorável à Zona Franca de Manaus. Por outro lado, há que se entender que o Brasil não pode prescindir de uma

indústria de informática em todos os seus estados. A sua posição está correta, assim como a dos senadores que defendem outras posições. De minha parte, Minas Gerais não está sendo prejudicada com o texto atual, mas pode vir a ser. Então, vamos chegar a um texto que atenda todo mundo. Esse é o objetivo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo o aparte ao Líder José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, conheço V. Ex^a muito bem, participamos de tantas lutas juntos e ainda vamos participar, conheço bem o estilo de V. Ex^a, aguerrido, vibrante, altivo, inflamado. Faz uns 20 minutos que V. Ex^a está na tribuna em tom absolutamente sereno, diferente do seu estilo habitual. Eu, que conversava com V. Ex^a, sei por quê. Porque está em jogo aquela história de os caminhos da Pátria passarem pela terra de cada um de nós! Está em jogo a terra de cada um de nós, de V. Ex^a. A questão é fundamental. A Zona Franca, para Manaus, é tudo, e Manaus, para o Amazonas, é quase tudo. Gostaria de prestar um testemunho de sua luta, de sua capacidade de arregimentar forças, de negociar. Estou avaliando aqui a dor de V. Ex^a em digladiar com amigos fraternos, com correligionários de V. Ex^a, como Eduardo Azeredo, Antonio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, que têm posição divergente da de V. Ex^a nesta questão da informática. V. Ex^a está passando para o Brasil uma mensagem: ao rei tudo, menos a honra! Ao rei tudo, menos a honra! Quando se toca em questão de Amazonas, V. Ex^a assume um ar de serenidade para ganhar, para convencer, ganhar pelo convencimento! Não me permitiria deixar de dar este depoimento; não sei se estou sendo ouvido no Amazonas. V. Ex^a é um homem de espírito público a toda prova, de probidade a toda prova, mas um homem que, quando se fala em interesse do Amazonas, é como o Senador Mestrinho colocou, vira bicho, no melhor sentido. Tenho certeza de que os entendimentos vão se processar. Sou testemunha de que fizemos um acordo para votar as MP. E foi a Lei de Informática que possibilitou, que motivou a quebra do acordo no sentido de que se tentasse, no limite máximo, atingir o objetivo que V. Ex^a deseja: proteger a Zona Franca de Manaus. V. Ex^a foi ao fim da linha, utilizou todas as forças e me levou a ser seu parceiro até em uma quebra de compromisso, em que fui solidário, pois em

jogo está o interesse maior do Amazonas, que é a Zona Franca de Manaus. Minha homenagem, meu apreço e minha solidariedade à luta de V. Ex^a, que é a luta do povo do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a. De fato, seu companheirismo tem sido posto à prova a cada momento, e a cada dia eu o reafirmo como uma das mais gratas alegrias que tive no convívio com os senadores. V. Ex^a é um homem leal e, sobretudo, um amigo de efetiva fé. Ouço o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, é desnecessário dizer do carinho, da amizade e da admiração que tenho por V. Ex^a. Eu não poderia deixar de citar neste momento, para que todo o Brasil ouça, o trabalho extraordinário que V. Ex^a realiza, o guerreiro que é sempre e o superguerreiro em que se torna quando estão em jogo os interesses do Amazonas e de Manaus. Mesmo quando não concordamos plenamente com as teses e opiniões de V. Ex^a em relação à região, ficamos tão envolvidos pela garra, que precisamos tomar muito cuidado para não ficarmos inteiramente de acordo com V. Ex^a apenas em função de sua força e de seus argumentos. Precisamos nos vigiar. Penso que é importante isso que V. Ex^a expôs. O Amazonas, assim como o meu Ceará, como a Bahia do Senador Antonio Carlos Magalhães, como o Rio Grande do Norte do Senador José Agripino, como o Piauí do nosso Senador Mão Santa, é um estado pobre, menos desenvolvido do que a média nacional. E é necessário, mais do que nunca, no momento em que, evidentemente, na política nacional nenhuma dessas regiões é prioridade – já o foram no passado –, estarmos juntos. Não podemos estar divididos. Precisamos juntar as nossas forças para que todas as regiões mais pobres, menos desenvolvidas do País venham a se tornar prioridade nacional. Não é prioridade sua o Amazonas, não é prioridade minha o Ceará, mas a região é prioridade nacional. Nunca teremos um País desenvolvido e justo sem que essas desigualdades regionais sejam vencidas. Por isso mesmo, quando V. Ex^a nos pede uma decisão de equilíbrio, que isso seja visto com todo o equilíbrio, que seja visto o outro lado, penso que se está dando um passo importante para que isso se consolide. Com certeza, nenhum de nós votará contra Manaus. Com certeza, encontraremos um termo que se ajuste, assim como temos certeza de que V. Ex^a também o fará quando os interesses do nosso Nordeste estiverem em jogo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. De V. Ex^a só espero mesmo gestos grandes, porque percebia de longe e percebo, cada vez mais, de perto que V. Ex^a é uma figura de gestos superlativos e à altura do que o Brasil efetivamente espera de um quadro com o seu talento, com o seu futuro e com o seu passado.

Concedo o aparte ao Senador Hélio Costa e, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, talvez tenha sido por isso que o Senador Antonio Carlos Magalhães levantou a tese de que não deveríamos sequer começar a discutir a questão da Lei de Informática na tarde de hoje, por se tratar de um assunto, além de polêmico, de uma sensibilidade muito grande para cada um de nós. Só tenho que exaltar a posição de V. Ex^a, defendendo intransigentemente as posições do seu estado. É essa, na verdade, a função que o traz aqui, ao Senado da República, como senador do Estado do Amazonas: defender os interesses do Amazonas. Ao mesmo tempo, como colocaram outros senadores, é evidente que nós todos temos a mesma posição de também defender os interesses dos nossos estados. Especificamente, eu defendo os interesses do Estado de Minas Gerais, assim como o Senador Eduardo Azeredo, que se pronunciou anteriormente. Mas como relator do Projeto de Lei de Informática, passando pela Comissão de Educação, tive a preocupação de entrar nos detalhes da lei e confesso, Senador Arthur Virgílio, que a proposta aprovada pelo Plenário da Comissão de Educação era boa. Ela aceitava as definições colocadas pela Câmara dos Deputados. Tivemos a oportunidade de fazer três observações também pertinentes e que, certamente, teriam a aprovação do Plenário do Senado e também da Câmara, se tivesse que retornar àquela Casa, mesmo porque, basicamente, a discussão que se faz neste instante sobre a questão do monitor de vídeo ou do vídeo de televisão é totalmente desnecessária, pois quem tem que decidir sobre isso, segundo a própria Lei nº 8.242, a Lei de Informática, é o Presidente da República. Cabe a Sua Excelência decidir o que é bem de informática. O que fizemos de importante na lei, Senador Arthur Virgílio, foi, ao invés de permitirmos sua revisão em apenas 180 dias, pedir, no nosso relatório, a revisão anual, exatamente para que não se cometa nenhum equívoco, para que nenhum erro seja confirmado mais tarde. Então, o Presidente tem a oportunidade de

rever anualmente aquilo que está na relação de bens de informática e que merece os créditos e os benefícios fiscais. Tenho certeza de que V. Ex^a vai nos ajudar, amanhã, a partir das 9 horas, a encontrar um caminho que seja muito bom e importante para a Zona Franca de Manaus, que representa hoje 13% do crescimento industrial do Estado do Amazonas, enquanto que no meu estado temos um crescimento de apenas 2,7%. É importante ressaltar que é, sim, a Zona Franca de Manaus que possibilita esse crescimento vertiginoso do seu estado. Estamos a procura, com a ajuda de V. Ex^a, de um caminho para podermos atender não só ao Estado do Amazonas e à Zona Franca de Manaus, mas a todos os Estados da Federação. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, muito honrado, o aparte de V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Tenho que admirar o seu amor pelo seu Amazonas. Assim como amo a Bahia, V. Ex^a ama o Amazonas; luta por ele como eu luto pela Bahia. Assim, é compreensível todo o esforço de V. Ex^a, como o de seus companheiros do Amazonas, para que esse projeto seja votado como V. Ex^a deseja. Como democrata que é, V. Ex^a admite que todos tenhamos o interesse de defender cada um o seu estado, a sua unidade da Federação em relação a um pólo de informática. Oswaldo Aranha dizia que não há problema insolúvel para a inteligência humana. Então vamos colocar juntas as nossas e as de todos os companheiros para encontrar uma solução que atenda ao estado de V. Ex^a e também aos demais Estados da Federação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, essa é a minha expectativa, de que olhemos o Brasil como um todo e que cada um de nós enxergue muito bem a árvore da floresta que lhe é afeta.

O Nordeste, por exemplo, uma região estratégica, com problemas e soluções, antes vista como problemática, hoje tem verdadeiras "califórnia" pelo milagre da irrigação. Exemplo do que digo é Petrolina, em Pernambuco.

Não é possível, em nenhum momento, que qualquer formulação minha passe sem que eu visualize a importância do Nordeste. Almejo ver o dia em que o Brasil estará preocupado para valer com

uma formulação que visualize e compreenda o peso do Amazonas e da Amazônia para o futuro. Digo sempre que o Brasil sem o Amazonas seria um Chile mais gordinho um pouco. Seria um país viável, talvez, mas de futuro muito menos brilhante e de muito menos capacidade, para usar uma linguagem que é própria da política internacional. Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães. Tenho certeza de que teremos uma discussão muito fraterna que haverá de levar a bom termo do ponto de vista do Brasil, a floresta, e dessa árvore tão significativa que é o Estado do Amazonas, pelo que representa para a "floresta Brasil" no campo da definição do que é informática.

Concedo um aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, faria um apelo respeitoso a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Ouço o Senador Antero Paes de Barros e, em seguida, encerrarei. Agradeço a V. Ex^a pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Perfeito. Vamos dar continuidade. Sei que V. Ex^a está fazendo um discurso importantíssimo para o País, o que respeito, mas faço este apelo para que o Senador José Agripino não fique angustiado, na expectativa de ver atendido seu direito de líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Eu gostaria de cumprimentá-lo, Senador Arthur Virgílio, e dizer que V. Ex^a tem absoluta razão. Não consigo pensar no Amazonas, em Manaus, com a sua Zona Franca correndo risco. A Zona Franca está para Manaus como a água está para o Nordeste, como a irrigação está para o Nordeste. Não dá para imaginar que o País possa pensar uma solução que abale a principal estrutura da economia do seu estado. Quero cumprimentá-lo e dizer que V. Ex^a tem capacidade intelectual para liderar essa discussão aqui no Senado. Tenho muita esperança de que V. Ex^a sairá vitorioso em mais essa luta porque olhar floresta é olhar também o Amazonas, é olhar Manaus. Sem isso, ficam inviabilizadas as condições de

desenvolvimento de um importante estado brasileiro. V. Ex^a tem absoluta razão: o deputado federal representa o povo brasileiro; o senador, o estado. V. Ex^a é tão brilhante líder da nossa Bancada que todos sabemos que a primeira missão de V. Ex^a é defender o seu estado. Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a tem dois brilhantes companheiros em seu estado: os Senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres. Reverencio o povo do Amazonas e deposito muita confiança em que V. Ex^a, mais uma vez, justificará o apelido de índio, de lutador e de brigador e não permitirá que o Estado do Amazonas saia prejudicado nesse embate. Terá a nossa solidariedade, senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a um dos meus amigos mais fraternos, o Senador Antero Paes de Barros.

Concedo o aparte ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Arthur Virgílio, com a permissão da Presidência, permita-me fazer este aparte não como cidadão ou como senador pelo Estado de Sergipe. Faço questão de, neste instante, expressar a opinião de um brasileiro, por entender que todos nós brasileiros temos uma responsabilidade muito grande por todo o território nacional, sobretudo pelo território da Amazônia e não apenas pelo Estado do Amazonas. O Senador Antero Paes de Barros disse muito bem que a Zona Franca é vital para o seu estado. Eu diria que ela é vital para toda a região. Não apenas essa questão deve ter um encaminhamento nesse espírito de defesa do território nacional, dos interesses do Estado do Amazonas e da região de Manaus, mas deve ter um encaminhamento visando a defesa dos interesses do País. Tenho certeza absoluta de que, como eu, V. Ex^a e todos os companheiros senadores, o povo brasileiro vê exatamente a Amazônia como uma região que guarda para todos nós brasileiros uma importância extremada. Não apenas esse aspecto da Lei de Informática deve ter uma atenção especial, mas todos os aspectos da vida brasileira. Nesse instante, não devemos ver essa questão como sendo de interesse exclusivo do Estado do Amazonas ou de Manaus; ela deve ser vista como uma questão de interesse nacional. O fortalecimento dessa região é o fortalecimento do País. V. Ex^a tem a minha solidariedade e o meu apoio com relação a essa proposta, a essa caminhada, a essa luta, sobretudo com relação a esse projeto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o Senador Almeida Lima fez uma síntese e compreendeu exatamente o que proponho. Uma região que desperta interesse planetário não pode deixar de ter importância nacional, portanto. Gostaria de trazer este assunto para o centro dos debates.

Que bom este fim de tarde, com tantos senadores ilustres debatendo um tema sem que se imagine que eu esteja aqui, Senador Gilberto Mestrinho, a cumprir um dever paroquial, algo pequeno, algo do tipo ligar uma ponte a dois municípios, para que determinado prefeito tenha mais votos e eleja a esposa para sua sucessão. Nada.

Há quem discorde eventualmente do meu ponto de vista, mas o Senado aceita hoje que o Amazonas e a Amazônia são temas nacionais, até porque são temas de interesse planetário. Repito: isso já é uma vitória parcial. Vamos à negociação, que deve ser feita pelo Brasil, pelo Brasil lúcido, que compreende que não dá para dividir o Brasil em lados periférico e central, porque o Brasil será sempre um País periférico no Conselho das Nações enquanto não resolver os seus grandes dilemas de distribuição de riqueza por cidadão e de distribuição de riqueza e oportunidade por região.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, sinto não poder apartear-lo e dizer da importância da Zona Franca de Manaus que conheço tão bem e com que aprendi a conviver desde o seu início. Como paulista, sei da importância desse tema econômico para a economia paulista. É bom discutir esse assunto e ter a certeza de que a Zona Franca, apesar de alguns políticos serem contrários a ela, é a sobrevivência do País.

Espero que os argumentos de V. Ex^a consigam convencer a maioria dos senadores, dando equilíbrio econômico, sem dúvida, a todos os estados diante dessa dificuldade de definição de computador, de televisão ou da tecnologia moderna que vincula praticamente todos os sistemas eletrônicos à sociedade brasileira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O depoimento de V. Ex^a é precioso, honroso e valioso para o meu estado.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão do Senado do dia 25 de agosto de 2004.

Em favor da ZFM, apenas argumentos técnicos

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, subo à tribuna para discutir os efeitos da Medida Provisória nº 202, de 23 de julho de 2004, e dos vetos presidenciais a parte da Lei nº 10.925, para a economia do Estado do Amazonas, com reflexos negativos espalhados por toda a Amazônia Ocidental.

Abstive-me de falar sobre isso antes, Sr. Presidente, até porque o Governador Eduardo Braga teria estado com o Presidente Lula da Silva e este se teria comprometido com “não prejudicar a Zona Franca de Manaus”. Claro que me preocupei com o caráter subjetivo aí contido – “não prejudicar a Zona Franca de Manaus”, sem dizer, especificamente, como ajudá-la e, até, especificamente também, como não “prejudicá-la”. É mera subjetividade, sim!, mas aguardei o desfecho, disciplinadamente, no meu canto.

Do mesmo modo, o Ministro Alfredo Nascimento, dos Transportes, ex-prefeito de Manaus, dialogou com o Ministro Antônio Palocci, da Fazenda, e se mostrou otimista quanto ao epílogo da novela. Novamente, mantive-me em *low profile*, supondo que discurso meu poderia acirrar os ânimos e que, portanto, o melhor meio de ajudar meu estado talvez fosse o silêncio paciente e indulgente.

Em Manaus, a imprensa logo tratou de confundir o que seria uma atitude de Governo com o episódio eleitoral. Para uns, se o Governo Lula não recuasse, aí estaria o fim das possibilidades eleitorais da candidata da coligação PCdoB, PT e PL à prefeitura; em contrapartida, se Lula reconsiderasse o equívoco perpetrado, a postulante situacionista levaria todos os votos do Amazonas e, de quebra, mais os do Pará e os de Nova Iorque.

Para outros, a atitude de Lula beneficiaria o candidato Amazonino Mendes, do PFL, que, fiel ao seu estilo, estaria demonstrando "confiança" na autocrítica de Lula, no fundo torcendo pela manutenção do erro, com vistas a posar de "salvador" da Zona Franca de Manaus.

Às favas com os reflexos eleitorais, Sr. Presidente. Às favas com as conseqüências, boas ou ruins, sobre a candidatura situacionista, Sr^{as} e Srs. Senadores. Às favas com a esperteza cansada e cansativa do Sr. Amazonino Mendes. Não estou aqui para discutir as eleições de Manaus. Não me elegi Senador da República para transformar o Senado em Câmara Municipal. Às favas com tudo isso, pois!

Interessa-me, isto sim, obter o recuo de um Governo que laborou em rotundo equívoco. Que adotou medida que agrava e penaliza o povo do Amazonas, do Amapá, do Acre, de Rondônia e de Roraima, submetendo-o a pagar mais quase 10% pelos bens de consumo originários de outras regiões do País.

Interessa-me, Sr. Presidente, é expor à opinião pública brasileira a situação de empresários que confiaram nas regras do jogo tal como elas estavam estabelecidas e, de repente, sofrem nova surpresa, nova mutilação, nova decisão restritiva.

Trago à Casa argumentos técnicos, Sr. Presidente, agora com a consciência tranqüila de que se minha palavra, porventura, pudesse servir para turvar o rumo das negociações, resta provado que meu silêncio não resolveu o dilema. Logo, é hora de falar... e falar muito, restabelecendo a verdade, denunciando a insensibilidade governamental e passando ao largo dessas operações de gabinete que têm fracassado inegavelmente.

Registro ainda, Sr. Presidente, que não fui procurado por ninguém, do meu estado – refiro-me aos dirigentes das principais entidades empresariais – à exceção da Aficam e da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares, com a qual tenho mantido proveitoso diálogo. O mesmo aconteceu com o Senador Jefferson Péres e com o Deputado Pauderney Avelino, respectivamente, Líder do PDT no Senado e Vice-Líder do PFL na Câmara, parlamentares prestigiosos e competentes, bem relacionados com a imprensa brasileira, conhecedores dos meandros do Congresso e capazes de, em nome do Amazonas, obstaculizar ou retardar votações de interesse do Governo.

Se não fomos procurados, entendemos que o silêncio era o que, inicialmente, nos cabia guardar. Até em respeito a analistas vesgos, e muitas vezes servis, que entendem de seu dever bajular sempre os poderosos da hora, desconhecendo a correlação de forças posta no País que, necessariamente, inclui quem faz oposição e, sobretudo, quem comanda a oposição. No Senado, aliás, ignorar o peso, até numérico, da Oposição, é assinar atestado do mais puro analfabetismo político.

Às favas com esse provincianismo, também, Sr. Presidente! Voltemos à questão efetivamente posta, relativa à MP do PIS/Cofins e ao veto presidencial que apunhalou o Parque Industrial de Manaus.

Quanta estupidez palaciana, Sr^{as} e Srs. Senadores! Apunhalar precisamente o setor que lidera, ganhando de capote de São Paulo, o 2º colocado, o crescimento da produção industrial. Quem apresenta os melhores índices de avanço em produtividade. Quem mais cresce, percentualmente, no esforço exportador.

Quanta estupidez! Que monumental tiro no pé!

Para começar, Sr. Presidente, o caso PIS/Cofins, relativamente ao Pólo Industrial de Manaus, já foi até julgado pelo Supremo Tribunal Federal. E favoravelmente ao Amazonas. Logo, nova Adin resultaria, inevitavelmente, em nova reposição da verdade, pelo STF.

A questão é de fácil entendimento: a legislação consagra que vender para a Zona Franca equivale a exportar para país estrangeiro. Ora, Sr. Presidente, se o exportador não paga PIS/Cofins e tem direito a se creditar, logicamente que o tratamento dispensado à Zona Franca não poderá ser diferente desse. Se não estou enganado, acabo de resumir para a Casa o artigo 4º do Decreto-Lei nº 288, que criou a Zona Franca de Manaus.

Fácil, simples, transparente, cristalino! O veto presidencial é inconstitucional e o Governo Lula não pode continuar fingindo que ignora isso.

A nova medida provisória, que supostamente haveria de atender aos "salvadores" da Zona Franca, piorou a emenda, na comparação com o soneto. Por falar em emenda, essa MP já está, aliás, devidamente emendada, para corrigirmos a anomalia e retornarmos ao leito natural e saudável.

Vejo, Sr. Presidente, um leque de alternativas a serem estudadas e, quem sabe, adotadas pelo Governo, a saber:

1º Grupo:

- a) São mantidos os créditos nas compras de insumos da Zona Franca de Manaus e de fora dos seus limites, exclusivamente para efeitos exportadores. As compras para o mercado nacional permaneceriam sob regime de alíquota zero, não gerando crédito, portanto;
- b) As alíquotas para as indústrias de bens finais – e para os revendedores – seriam reduzidas de 9.25% para 3.65%.

2º Grupo:

- a) Seriam conservados os créditos, na compra de insumos da Zona Franca de Manaus e de fora dos seus limites, exclusivamente para efeitos exportadores. As compras para o mercado nacional permaneceriam com alíquota zero, não gerando crédito, portanto;
- b) Instituir-se-ia a substituição tributária na indústria de bens finais, nos mesmos moldes da indústria de motocicletas. Usar-se-ia uma base de imposto igual ao faturamento da indústria mais 20%, com alíquota de 3.65%, ficando o comércio dispensado do recolhimento. Objetivo desta proposta: evitar a sonegação fiscal, aumentando a base tributária atual.

Adianto, Sr. Presidente, que esse cardápio de propostas já teria sido remetido pelo governador do meu estado ao Ministro Antônio Pallocci, quadro sensível e competente, a ponto de se sensibilizar pela lógica e pelo realismo.

O Amazonas, pois, está negociando e pretende fazer isso exaustivamente, em seu próprio interesse e, sem dúvida, pensando no melhor para o Brasil.

Como está é que não pode ficar. O artigo 40 das Disposições Transitórias da Carta de 1988 foi atingido. Trabalhadores passam a ter seus empregos ameaçados. O custo de vida, no Amazonas – e na Amazônia Ocidental como um todo – subirá quase 10%, pois é isso que será acrescido às mercadorias adquiridas fora da zona Franca de Manaus, que, em última análise, abastece praticamente toda a região à sua volta.

Os custos de produção no Pólo de Manaus, Sr. Presidente, sobem em cerca de 15%. E depois o Governo Federal nos vem

cobrar equilíbrio na balança comercial da Zona Franca, em mais quase nenhum tempo. Como, se ele mesmo leva o Amazonas a perder – e com ele o Brasil – no cotejo com o México e com os tigres asiáticos?

Empresas, como Honda e CCE, por exemplo, que se esforçaram para reduzir, fortemente, o coeficiente de componentes importados, em seus bens finais, entram em crise verdadeira, pois fica mais fácil e barato substituir os componentes locais por artigos importados. O que desmonta, aliás, a própria política industrial anunciada pelo Governo, que, na teoria, se dispõe a favorecer as cadeias produtivas locais.

Ora, Sr. Presidente, o Pólo de Manaus, ao invés de ser elogiado e exaltado pelo Governo, está é brutalmente penalizado, talvez até por não lhe perdoarem o êxito, algo no gênero meio "nelsonrodriguiano": "perdoa-me por me traíres"! Afinal, seus investidores potenciais se retraem. Os empresários já instalados, em muitos casos, começam a elaborar planos do tipo "B", isto é, começam a projetar o deslocamento de atividades para fora de Manaus. Produtos da Zona Franca, agora mais caros, podem ser substituídos pela via nada edificante do contrabando. Prejuízo para o País, porque uma Zona Franca menos competitiva poderá não atingir, tão cedo, o sonhado equilíbrio de sua balança comercial, com reflexos nítidos sobre a própria balança comercial brasileira.

A tese central e ideal é merecer a Zona Franca o mesmo tratamento dado aos exportadores, que são isentos de PIS/Cofins e têm o direito de se creditarem, vez que pelo Decreto-Lei nº 288/67, amparado pelo artigo 40 das Disposições Transitórias da Constituição, as vendas para Manaus equivalem a exportações para país estrangeiro.

Se o Presidente Lula completou o trabalho, em curso desde a gestão passada, de prorrogação da Zona Franca de Manaus, apoiado pelos seus e pressionado por Jefferson, Pauderney e por mim, a pergunta que lhe faço é bem simples: prorrogou para quê, se agora, via Lei de Informática e via PIS/Cofins, está a esvaziar o modelo? Prorrogou o vazio? Prorrogou para esvaziar? Prorrogou sem saber o que estava fazendo?

Com a palavra o Governo e seus representantes parlamentares e técnicos. Massacrar o Amazonas e a Zona Franca seria vitória de Pirro. Reconhecer o peso e a validade do Parque Industrial de

Manaus, ao contrário, revelaria boa-fé e inteligência político-administrativa.

Finalmente, Senhor Presidente, resta-me reconhecer o papel que a Suframa vem desempenhando nesse contexto obscuro e tumultuado em que vive a região em razão do que aqui expus.

Sem perder de vista seu acatamento às diretrizes do governo ao qual pertence, esse órgão lidera uma verdadeira cruzada na defesa dos interesses da ZFM. Pela sua respeitabilidade junto aos empresários e suas entidades a Suframa segue firme na defesa e sustentação do modelo criado para a Amazônia. Sua competente equipe técnica, liderada pela Dr^a Flávia Grosso, sua digna superintendente, bem poderiam servir de exemplo para outras instituições responsáveis por interesses coletivos públicos.

De minha parte, estarei vigilante, hoje e sempre, procurando honrar o mandato senatorial que recebi do povo amazonense, para defendê-lo e não para traí-lo, para estar ao seu lado e não para permitir, por vergonhosa omissão, que o ultrajem e lhe prejudiquem o presente e o futuro.

Era o que tinha a dizer.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão do Senado do dia 25 de agosto de 2004.

O Pólo Industrial de Manaus e o equilíbrio regional

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o inter-relacionamento, em nível elevado, entre a liderança governista e a Oposição, jamais deixou de ser observado no Senado da República. No encaminhamento dos nossos debates, sempre falou mais alto o interesse nacional, mormente quando se trata do desenvolvimento regional. O fortalecimento regional é condição básica para o progresso do País como um todo.

É nesse clima e com a reiteração desse pacto superior – que se sobrepõe a questões partidárias – que trago ao Plenário um assunto que, embora aparentemente de caráter regionalista, i.é, circunscrito ao Amazonas e à Amazônia, é de superior interesse da Nação.

Em especial, encareço ao Líder Aloizio Mercadante que ele seja o ouvinte principal das palavras que, a seguir, coloco a sua consideração, ao exame do Plenário e, também ao ilustre Senador Romero Jucá, relator-revisor do PLV nº 21/2004.

Falo da Medida Provisória nº 164/2004, que trata da cobrança do PIS/Cofins-Importação, que chega a esta Casa, aprovada pela Câmara dos Deputados na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 21.

Sabe o Relator Jucá e sabem o Líder Mercadante e os Líderes da base aliada; sabem os demais representantes do Amazonas, Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho, que analisamos neste momento a estabilidade do Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus. Por conseguinte, o equilíbrio regional brasileiro e, enfim, o próprio desenvolvimento do País.

Ainda ontem estive na Comissão de Assuntos Econômicos o Ministro Antônio Palocci, oportunidade em que o desenvolvimento regional veio à consideração dos senadores, a propósito de uma colocação do ilustre representante de Pernambuco, o Senador José Jorge.

O ministro falou, em tom de oportuno aconchego, da inventiva brasileira em favor do desenvolvimento das nossas regiões. Ele mencionou o início, embora modesto mas com ótimas perspectivas, da experiência piauiense para aproveitamento do óleo de mamona como combustível biodiesel.

Neste momento, espero convergir as atenções do Plenário para a região Norte, em particular a propósito do exame que iremos proceder da Medida Provisória nº 164, de 2004.

Falo, portanto, do caso da Zona Franca. O prosseguimento do êxito até aqui alcançado, repercutindo em prol do desenvolvimento nacional depende – ênfase – do acolhimento da alteração introduzida pela Câmara ao art. 14 do Projeto de Conversão em análise.

Se a alteração proposta não vier a ser acolhida pelo Senado, estaremos, sem dúvida, na iminência de sério retrocesso para o desenvolvimento regional. E, em se tratando da ZFM, portanto do próprio interesse nacional, o prejuízo seria ainda muito maior.

Para o perfeito esclarecimento da questão, devo lembrar que estão “isentas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na ZFM para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais ali instalados e consoante projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Zona Franca de Manaus.”

A Zona Franca de Manaus é patrimônio brasileiro, a serviço do desenvolvimento nacional. É patrimônio indispensável e irreversível e, por essa razão, ocupo a tribuna para a colocação do assunto na dimensão merecida.

Estou certo de que todos aqui pensam nessa mesma direção, pois, a rigor, o que está em jogo é o desenvolvimento nacional, razão maior dos nossos esforços.

Como se sabe, no Amazonas tem-se desenvolvido uma indústria de insumos destinados a processo de industrialização local. Tudo de conformidade com a política industrial da ZFM, fixada pelo Governo Federal e em harmonia com os processos produtivos básicos

estabelecidos após consulta de âmbito nacional, pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia. E, ademais, dentro das diretrizes formuladas em lei pelo Governo do Estado do Amazonas.

A instituição, pela MP nº 164, das contribuições de PIS/Cofins-importação e da Cofins-exportação, ficaram sujeitas ao pagamento da exibilidade de 9,25% as matérias-primas, produtos intermediários e outros insumos importados, e destinados à fabricação, na ZFM, dos insumos industriais destinados a processo de industrialização local.

A mesma MP estabelece que as empresas poderão descontar crédito, para fins de determinação dessas determinações de PIS/Pasep e Cofins, em relação às importações sujeitas àquele pagamento.

Contudo, Senhor Presidente, Senhor Líder Mercadante, não há possibilidade de recuperação do crédito decorrente do pagamento de PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação. O impedimento decorre da isenção prevista na Lei nº 10.637/2002 e do disposto no art. 25 da Lei nº 10.684, também de 2002, conforme mencionei no início deste pronunciamento.

Tal dispositivo exclui o crédito tributário relativo às contribuições PIS/Pasep-Importação e Cofins nas vendas dos insumos produzidos na ZFM.

Diante desse quadro, e levando em conta que as importações de mercadorias para processamento industrial na Zona Franca submetem-se à regime de suspensão do imposto sobre importação, que se converte em isenção, nos casos em que os bens industrializados são consumidos localmente e em exibilidade reduzida quando o produto industrializado, no qual são empregados insumos importados, é remetido para outros pontos do território nacional, a Câmara parágrafo saneador ao art. 14 da MP nº 164.

Leio o teor do art. 14:

"Art. 14. As normas relativas à suspensão do pagamento do imposto de importação ou do IPI vinculado à importação, relativas aos regimes aduaneiros especiais, aplicam-se também às contribuições de que trata o art. 1º."

O parágrafo introduzido durante o exame da matéria na Câmara é o seguinte:

“§ 1º O disposto no *caput* aplica-se também às importações efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus, de bens a serem empregados na elaboração de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem destinados a emprego em processo de industrialização por estabelecimentos ali instalados, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, de que trata o art. 5º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.”

Esse dispositivo foi apresentado como parágrafo único, mas, ao longo do exame da matéria, a liderança do Governo na Câmara condicionou sua aceitação à introdução de um outro parágrafo, que passou a ser o § 2º do projeto de conversão, vazado nos seguintes termos:

“§ 2º A Secretaria da Receita Federal estabelecerá os requisitos para a suspensão de que trata o art. 1º”.

Como se vê, a tramitação da MP nº 164 na Câmara decorreu no mesmo clima de entendimento que ora proponho a este Plenário, dirigindo-me em particular ao Líder Aloizio Mercadante.

Estou seguro de que esse é o caminho que mais convém aos superiores interesses brasileiros, de olho no desenvolvimento brasileiro e, portanto, no futuro do País.

Que se honre o entendimento da Câmara dos Deputados. É o que convém para o desenvolvimento regional, do Norte brasileiro. É o que convém, igualmente, ao desenvolvimento do País.

Era o que eu tinha a dizer.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão do Senado do dia 26 de agosto de 2004.

A ZFM é a experiência de maior êxito para o desenvolvimento regional

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Já com a presença dos líderes na Casa, podemos retomar a Ordem do Dia.
V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de manter diálogo com o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, a respeito da matéria que pode alterar a Lei de Informática. Se, de fato, hoje for o dia da deliberação, voltarei à carga com argumentos técnicos que julgo irrespondíveis e, portanto, capazes de convencer a Casa.

Subo à tribuna como parlamentar do Estado do Amazonas, mas seguro de que não exerço neste momento qualquer gesto paróquial. O Distrito Industrial de Manaus tem sido responsável pelos maiores índices de crescimento da produção industrial no País, tem sido responsável pelos melhores índices de produtividade ao longo dos últimos dez anos neste País. O Distrito Industrial de Manaus merece, portanto, total respeito e acatamento do País como um todo e que, de uma vez por todas, cessem as vozes preconceituosas que imaginam que lá se trata de apertação de parafusos em vez de agregação industrial e de avanço tecnológico.

O Pólo Industrial de Manaus começa a virar exportador, o Pólo Industrial de Manaus emprega hoje, diretamente, setenta mil trabalhadores. Em efeito multiplicador, representa 93% da economia do meu Estado, e ele é importante para o País. É importante para

o País, porque não polui – trata-se de indústria sem chaminé – e garante a bandeira nacional sobre a região amazônica.

Por ser o Pólo Industrial de Manaus capaz de sustentar a atividade no interior do meu estado, o Amazonas é o estado com a menor parte, dentre todos os da região Norte, de cobertura florestal devastada.

Portanto, é hora de discutirmos esse modelo sem preconceitos. Incentivos fiscais têm sido concedidos ao longo da história a vários segmentos. A própria indústria de informática é beneficiária de incentivos fiscais os mais fartos. O que digo – e já disse isso ao Líder Mercadante – é que, aprovado como está o projeto de conversão, estaremos decretando a médio prazo o fim da indústria de televisores no parque industrial da capital amazonense, na chamada Zona Franca de Manaus. Isso é algo com que não posso concordar, algo com que jamais compactuarei.

De forma que o apelo que fiz e faço de público ao Líder Aloizio Mercadante é no sentido de que nós, em primeira instância, antes de aprofundarmos o diálogo e até para termos tempo de uma análise mais ampla, vejamos o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinando a retirada da urgência constitucional desse projeto, para que ele não atravanque a pauta e para que tenhamos tempo de, jogando-o para outro horizonte temporal, discuti-lo a fundo e a sério, sem preconceitos e com base em dados.

Voltarei à carga mais tarde, Sr. Presidente, mas argumento que a Zona Franca de Manaus é, sem sombra de dúvida, a experiência de maior êxito em política de desenvolvimento regional e, de forma muito particular, representa a única iniciativa concreta que testemunha o interesse do Brasil pela Amazônia. Tirou a região do primitivismo produtivo e do marasmo econômico e dotou-a de um dinamismo dificilmente comparável com o qualquer outra região.

Alguns de seus indicadores referentes aos últimos anos são espetaculares. Seu faturamento, que era US\$7,2 bilhões em 1999, passou para US\$10,5 bilhões em 2003, com expectativa de terminarmos este ano entre US\$13 e US\$14 bilhões, o que significa um crescimento de 100% em moeda forte de 1999 para 2004.

Suas exportações, que eram de apenas US\$430 milhões em 1999, passaram para US\$1,3 bilhão em 2003, com a expectativa de terminarmos este ano – isto já era previsto – com US\$1,5 bilhão, o

que significa crescimento perto de 500% – dos US\$430 milhões de 1999 para US\$1,5 bilhão deste ano.

Os empregos diretos gerados, que eram 43 mil em 95/99, passaram para 64.591 em 2003 e já agora, em junho, situam-se em 75 mil empregos, com a expectativa de terminarmos o ano de 2004 com 80 mil empregos diretos, fora os empregos gerados em atividade de segurança, transporte e outras – aí chegamos a 420 mil empregos. Trata-se de um aumento na geração de empregos diretos de mais de 100%.

A agregação de valor regional, que era de 20% em 1999, passou para 30% em 2003, com expectativa de terminarmos o ano com 40%. Isso na média, porque em certos setores, como o de veículos de duas rodas, a agregação local e nacional de valores chega perto de 100%.

A substituição de importações, que representava 42% do total dos insumos utilizados em 1999, passou para 49% em 2003 e deve situar-se em torno de 58% em 2004.

Os tributos federais arrecadados no meu Estado representam hoje 68% de tudo o que a União arrecada em toda a região Norte, e o montante em 2004 está previsto para R\$7 bilhões, a título de arrecadação de tributos federais, Senador Papaléo Paes. Alguns estados mais avançados, como Minas Gerais e São Paulo, alegam que o Amazonas está crescendo muito em termos percentuais, mas isso não é razão para que passemos a frear o desenvolvimento de um estado.

Relembro aos representantes dessas ricas regiões que o Amazonas precisaria continuar crescendo as mesmas taxas de hoje por décadas e décadas. E esses estados teriam que parar no tempo para que, talvez, lá para o final do século 21, aproximássemos da pujança econômica paulista e mineira, para pegarmos dois estados significativos, aliás, os dois muito honrosa e competentemente dirigidos por membros do meu Partido, o PSDB. Mas parece que o Brasil não consegue entender bem, de maneira global, a única política de desenvolvimento que foi capaz de gerar produto econômico, melhorar a qualidade de vida e preservar o meio ambiente.

No Amazonas, 98% da cobertura florestal estão intactos. Isso significa que a Zona Franca de Manaus foi capaz de gerar renda suficiente para evitar que a sua população tivesse que recorrer ao ambiente como fonte de sustento. E, portanto, como aconteceu em outros estados, o caminho acabou sendo o da devastação.

Há três semanas, houve um presente de grego por parte deste Governo, que se tem dito amigo do modelo da Zona Franca de Manaus. O Presidente Lula, além de vetar uma emenda que re-pune os direitos em relação ao PIS/Cofins, ainda emitiu uma medida provisória cancelando os créditos de PIS/Cofins em todas as remessas enviadas para o distrito industrial de Manaus. Um direito constitucional que já foi, inclusive, objeto de pronunciamento do Poder Judiciário. Pois bem, essa medida simplesmente aumentou, de uma hora para outra, o custo de vida geral da região em torno de 10%, porque foram atingidos do alimento ao papel, dos insumos industriais ao arroz e ao feijão. Mas no seu papel de algoz da Zona Franca...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. Mas no seu papel de algoz da Zona Franca, o atual Governo, por intermédio de suas lideranças nesta Casa, está prestes a desferir mais um golpe: o seu pólo de TV, arduamente consolidado nesses longos anos em que a economia do País se aproxima da competição internacional, está próximo de ruir, de cair. Isso porque a Lei de Informática, prestes a ser votada, vai permitir que monitores de vídeos fabricados por duas empresas, uma em São Paulo e outra na Bahia, possam ser transformados em televisores e, com isso, ao abrigo dos incentivos dessa lei e por estarem perto dos grandes mercados, sem custo de transporte, acabem solapando a competitividade internacional que as TV de Manaus possuem hoje. E sem qualquer justificativa econômica, porque a Zona Franca é responsável pela produção de 78% dos monitores, na qual emprega 4,6 mil funcionários, enquanto que as duas empresas referidas empregam apenas 690 trabalhadores.

As empresas de Manaus têm sua balança comercial praticamente equilibrada, enquanto essas duas empresas têm um déficit de quase 100%, o que hoje significa algo parecido com US\$164 milhões.

Na Zona Franca de Manaus, fomos acusados durante muito tempo, por má-fé ou por ignorância, de não agregarmos tecnologia ao que produzíamos. Agora, quando nossas TV ganham o topo de linha e tecnologia e se preparam para serem usadas ao mesmo tempo como TV e terminal de computador, percebemos que suas fábricas

são estimuladas, irresponsavelmente, a mudarem de Manaus. Sim, porque se for permitida a fabricação de monitores de vídeos capazes de se transformarem em TV fora da Zona Franca de Manaus, o nosso pólo industrial estará terminado.

Esse será o grande legado do Governo Lula para o Amazonas. Aí teremos que concordar com os estrangeiros quando acusam o Brasil de não saber cuidar da Amazônia. Concluo, Sr. Presidente, dizendo que além de não saber, acaba atrapalhando quando a região encontra caminhos promissores.

O mais grave ainda é que fomos informados que as emendas do Senador Jefferson Péres, apresentadas para corrigir essa gritante crueldade com a minha região, sequer tiveram o seu teor apresentado aos representantes dessas fábricas de monitores. Se eles tivessem tido conhecimento, estariam de acordo. Estou certo disso.

Por isso, Sr. Presidente, renovo desta tribuna o apelo ao Líder Aloizio Mercadante para que obtenha, hoje, a suspensão da urgência constitucional. Não posso concordar de forma alguma com essa votação atabalhoada, apressada, injusta e preconceituosa contra o melhor modelo de desenvolvimento regional com que conta este País. Vamos enfrentar esta luta. É meu dever, é dever do Senador Gilberto Mestrinho, é dever do Senador Jefferson Péres, e vamos enfrentá-la com todos os recursos a nosso dispor, inclusive a obstrução parlamentar. Fomos eleitos para isso e queremos alertar o Brasil para os prejuízos que teremos se não compreendermos que a nossa parte mais nobre e mais promissora está sendo, hoje, alvejada de morte, caso se aprove, da maneira preconceituosa como está posto no texto, esse golpe no Pólo Industrial de Manaus.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão do Senado do dia 26 de agosto de 2004.

A UFAM tem relevante papel para a Região Amazônica

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senhor Presidente; Senhoras e Senhores Senadores; magnífico Reitor da Universidade Federal do Amazonas, Hidembergue Ordozgoith da Frota; professores e professoras; Vice-Reitor da Universidade do Amazonas; senhoras e senhores. A história da Universidade Federal do Amazonas é muito bonita e longa, Senador Romeu Tuma. Data de 95 anos atrás, quando se fundou a Escola Universitária Livre de Manaus. Mais recentemente, data de um projeto do Deputado Arthur Virgílio Filho, meu pai, que logrou, como Deputado e Líder de sua Bancada, ver o projeto aprovado na Câmara, com a feliz possibilidade, como Senador e Líder de Governo àquela altura, de ter conseguido ver a aprovação no Senado e, portanto, a ida da matéria à sanção presidencial.

Digo isso com muita emoção, primeiro, porque vejo resultados muito práticos, muito fortes e muito objetivos da Universidade, na sua interação com a sociedade do meu estado, um dos inestimáveis méritos do Senador Gilberto Mestrinho, que revela ao País a Universidade Federal do Amazonas.

Começo com a referência ao meu pai, porque o Brasil, em 64, mergulhou na terrível noite ditatorial, e os subprodutos foram a não-renovação política, a violação dos direitos humanos, o patrocínio por parte do regime de negociatas e o surgimento de fortunas inexplicáveis e não-denunciadas, já que havia censura à imprensa no período mais cinzento do regime ditatorial. Entre outros subprodutos – mínimo para muitos, mas, para mim, muito significativo –, havia o fato de que, durante todo aquele tempo, se procurava omitir que a universidade nascera num regime democrático, por iniciativa do Deputado Arthur Virgílio Filho, depois Senador Arthur Virgílio Filho.

A iniciativa do Reitor Hidembergue Frota toca-nos – a mim e à minha família – de maneira profunda, pela reparação histórica, pela coragem política e, talvez mais até do que tudo, pela sensibilidade revelada de se começar a pôr nos devidos lugares os valores que têm construído e feito a grandeza da nossa civilização, da nossa terra.

Senador Jefferson Péres, saúdo V. Ex^a com muita ênfase, com muito carinho, por saber que V. Ex^a é professor emérito daquela universidade. É respeitado, acatado e responsável em grande parte por muitas gerações que têm feito o melhor na construção do pensamento do Amazonas, na formulação do pensamento amazônico.

Este livro muito bonito, editado pela universidade, de responsabilidade da Professora Rosa Mendonça de Brito, tem como título *Da Escola Universitária Livre de Manaus à Universidade Federal do Amazonas – 95 anos construindo conhecimentos*.

Tenho algumas lembranças a pontuar e algumas observações a fazer, Senadora Heloísa Helena.

Quero trazer à baila o Professor Eulálio Chaves, cuja fibra assegurou que a nova escola já nascesse com o espírito democrático que passou a permear a comunidade universitária, a começar pelo pluralismo da idéia. Era o ano de 1909 – portanto, há quase um século. E a aspiração só viria a se concretizar pela união de todas as forças locais, começando pela contribuição financeira do simples cidadão, ansioso pelo advento do ensino superior no estado, e culminando com as subvenções do estado e dos Municípios de Manaus, Maués, Parintins, Coari, Lábrea, Benjamim Constant, Manicoré, Humaitá e Codajás.

Tais registros históricos constam do livro da Professora Rosa Mendonça de Brito, *Da Escola Universitária Livre de Manaus à Universidade Federal do Amazonas – 95 anos construindo conhecimentos*, um texto que para mim é primoroso, com o relato dessa verdadeira odisséia pelo saber no Amazonas.

Tenho profunda admiração pela forma como o Reitor Hidembergue Frota conduz a Universidade Federal do Amazonas, por sua capacidade de ser aberto sem perder a energia, por sua capacidade de ser democrático sem permitir que haja abalos na sua autoridade.

Vejo a universidade marcando pontos e tornando-se competitiva em relação aos estabelecimentos particulares, que grassam pelo nosso estado e que têm lá o seu valor, o seu papel a cumprir.

Gostaria, Senador Romeu Tuma, antes de conceder um aparte a V. Ex^a e ao Senador Antero Paes de Barros, de fazer aqui o que tem sido para mim uma pregação cotidiana: que mais este evento, que mais este fato, que mais este registro nos leve a todos no Brasil a uma meditação sobre o que significam o Amazonas e a Amazônia para o nosso País.

Sempre bato e rebato – meus colegas Senadores devem ter ouvido isto já diversas vezes –, correndo o risco de ser maçante, e aproveito a universidade, porque nenhuma instituição é melhor do que a universidade para, quem sabe, decodificar isso junto conosco e passar para a população brasileira. Durante o meu primeiro mandato de deputado federal, imperava no Brasil a ditadura militar. Então, o tema nobre ia de anistia a eleições diretas, de eleições diretas à reconstitucionalização do País, por meio da Assembléia Nacional Constituinte. E vivíamos aquele maniqueísmo odioso. Não importava quem tinha razão, mas quem tinha força. Então, quem tinha força dizia: não passa nenhuma matéria que seja da lavra de algum opositor. Quem tinha força não seduzia, impunha. Quem tinha força aterrorizava, atemorizava. Quem tinha força criou um quadro de absoluta pobreza intelectual neste País. Lembro-me de que, certa vez, subi à tribuna para falar de algo do meu estado e um colega me disse: “Puxa, mas você que sempre se preocupa com a questão nacional, vai falar de Amazonas agora?” Eu disse: “Olha, estou compreendendo mal ou com defeito o que você diz, meu prezado e querido colega. Quais são os limites da questão nacional? Falar sobre o Amazonas significa provincianismo necessariamente?”

Se eu disser, repito sempre aqui, que a minha primeira professora primária, D^a Romélia, merece encômios, merece elogios e merece homenagens, talvez eu esteja visando aos votos da família da Professora Romélia para a próxima eleição. Embora ela mereça de mim de fato todo o amor, não é tema nacional trazer para cá a vida da minha primeira professora primária. Mas, discutir o desenvolvimento estratégico da Amazônia, discutir algo que, impactando na Amazônia, não tem como não impactar no futuro do País, eu pergunto: isso é provincianismo? Isso significa termos uma visão canhestra da realidade brasileira?

Estaria eu apequenando o meu mandato com esta discussão sobre a Universidade do Amazonas, hoje interiorizada? Estou trazendo algo paroquial para a tribuna do Senado Federal a ponto de aqui

termos hoje uma sessão – que, na Câmara, se chama de Grande Expediente – para se discutir a Universidade do Amazonas?

O debate foi evoluindo. Hoje, percebo o interesse planetário, percebo o interesse internacional sobre a Amazônia, e percebo ainda uma grande alienação brasileira sobre esse tema. Pergunto: quem está errado? Quem insiste na tecla de que este Brasil deve entender o papel estratégico, o valor da Amazônia para todos os brasileiros, ou quem imagina, Senador Capiberibe, que estaríamos aqui a fazer o jogo provinciano, o jogo menor, o jogo pequeno, o jogo canhestro? Até brinco com meus colegas, e digo: para mim, para usar uma linguagem de crônica social, é cafona, é *out*, alguém não entender de Amazônia hoje, ainda que more em Santa Catarina, ainda que more no Rio Grande do Sul, ainda que more em Pernambuco, ainda que more na Bahia; até porque lá fora sabem que não tem nada mais *in*, não tem nada mais por dentro, não tem nada melhor, não tem nada mais atual, não tem nada mais *up-to-date*, não tem nada mais inteligente do que se preocupar com a Amazônia. Lá fora. Aqui, não. Aqui temos dificuldade em fazer o nosso País entender que este patrimônio pertence ao Brasil como um todo, e este patrimônio faz do Brasil um país singular. Não fosse esse patrimônio, o Brasil seria um país viável, sim, mas um país comum, um país como tantos outros. Ele é singular até e sobretudo porque tem a Amazônia como sua última fronteira de desenvolvimento econômico, dona de tantos minérios – e aí entra o papel da universidade –, dona de uma cobertura florestal absolutamente indizível – e aí entra o papel da universidade –, dona da maior biodiversidade do planeta – e aí entra a universidade mais uma vez, a universidade que trabalha com poucos recursos, que trabalha na penúria e que consegue construir com muito amor, muito conhecimento, muita inovação, muita abertura na direção do futuro do País.

Ouçõ o aparte do Senador Antero Paes de Barros e, em seguida, o Senador Romeu Tuma.

O *Sr. Antero Paes de Barros* (PSDB – MT) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a e os outros senadores do Amazonas, Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho, ainda mais sabendo da condição do Senador Jefferson Péres de Professor da Universidade Federal do Amazonas. Quero congratular-me com V. Ex^a, porque V. Ex^a dá, nesta Casa, na verdade, uma seqüência

à luta do seu pai, que não tive o prazer de conhecer a não ser por leituras e a não ser por testemunhos daqueles que com ele conviveram e que dizem, inclusive, ter sido um dos tribunos mais brilhantes desta República, qualidade que V. Ex^a herdou. Fazer a Universidade do Amazonas deve ter sido tão difícil quanto criar a Universidade de Mato Grosso. Em Mato Grosso, ela foi criada com o título de Universidade da Selva, dada a necessidade de interiorizar o conhecimento. Creio que esse é o grande desafio do País e creio que, hoje, quando estamos prestando justíssima homenagem à Universidade Federal do Amazonas, temos que avaliar, na verdade, um quadro de um *apartheid* social que existe na educação brasileira. Lamentavelmente, nós temos debatido diversos projetos de lei – inclusive um de minha autoria, já aprovado aqui no Senado – com relação à questão do estabelecimento de quotas, porque o ensino brasileiro público de qualidade está sendo oferecido sempre a quem pode pagar. No passado, quando se tratava dos ensinos fundamental e médio, a escola pública era a melhor; hoje, não é mais. Hoje ainda resistem as universidades federais, que oferecem o melhor ensino superior. Mas essa resistência precisa ser acompanhada. Por isso é que me refiro a uma homenagem seguida de providências para valorizarmos a autonomia universitária e para disponibilizarmos recursos para as nossas universidades. Uma universidade no Amazonas tem a missão maior, evidente, de socializar o conhecimento. Queremos cumprimentar V. Ex^a, parabenizá-lo por ser nesta Casa um seguidor da luta do seu pai, um defensor da cultura, um defensor do acesso ao conhecimento, com a convicção de que o acesso à educação é que torna as pessoas cada dia mais livres, cada dia mais em condições de reivindicar um Brasil melhor. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a, que é um dos Senadores mais próximo do meu afeto – eu dedico afeto a todos os meus colegas –, tem sido também um grande defensor dos investimentos maciços, consequentes e continuados em educação como forma de estabelecermos uma sociedade de perspectiva de renda mais bem distribuída, e de crescente justiça social. Agradeço a V. Ex^a, com muita fraternidade, o seu aparte. Sinto-me honrado por tê-lo como parte integrante do meu discurso.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Meu querido amigo, Senador Arthur Virgílio, em um preâmbulo curto, quando V. Ex^a me procurou e falou da importância da cerimônia de homenagem à Universidade do Amazonas no dia de hoje, V. Ex^a se referiu ao trabalho do senhor seu pai na criação dessa universidade. Recebi a informação com entusiasmo diferenciado, levei-a à Mesa e não houve sequer discussão, tendo sido a matéria aprovada por unanimidade não só em respeito a V. Ex^a, mas também pela importância que representa essa universidade para o Brasil. Há pouco falava com seus simpáticos dirigentes, que me disseram que a universidade tem 95 anos. Quero prestar uma homenagem à Bancada da Amazônia, formada por V. Ex^a e pelos ilustres Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho, que têm dado tanta força ao estado. Não quero roubar demais o tempo de V. Ex^a. O Senador Antero Paes de Barros foi claro quando falou das dificuldades, das ansiedades e das angústias que provavelmente o Reitor da Universidade do Amazonas tem no sentido dos investimentos e da independência para resolver seus assuntos sem a interferência direta do Governo, que muitas vezes atravanca o desenvolvimento. Não sou filho do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Amazonas perde com isso.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não! Sou o paulista que talvez seja, fora aqueles que tenham negócios na Amazônia ou que para lá mudaram, o que mais tenha pisado o solo amazonense, locais inóspitos em toda a região amazônica. Sei das dificuldades de pesquisa por parte de membros de vivência na Amazônia, principalmente nos quartéis, que desesperadamente clamam por investimentos para as pesquisas no estado. Só a universidade pode buscar financiamentos para pesquisa. Os projetos da Suframa são maravilhosos. Achamos que a Suframa só autoriza financiamento para criação de empresa, mas não é verdade. Há investimentos na Amazônia para o desenvolvimento econômico em várias de suas regiões pobres. Num quartel, um general apresentou cem produtos da selva, medicamentos de grande eficiência, que precisavam de investimentos. E há várias ONG estrangeiras levando-os para fora e patenteando-os lá. V. Ex^a não só oferece uma homenagem, mas lança o grito de que a Universidade da Amazônia precisa de investimentos e credibilidade no setor de pesquisas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma. Digo de público que V. Ex^a foi vital para a realização desta sessão no mesmo dia da sessão da Câmara. O Senado estava vivendo o drama da pauta trancada pelo excesso de medidas provisórias. E V. Ex^a foi extremamente sensível em relação ao meu estado e à Universidade Federal do Amazonas.

Antes de conceder o aparte à Senadora Serys Shlessarenko e ao Senador João Capiberibe com muita honra, registro que fiquei particularmente feliz nesta Casa, outro dia, com um fato que ocorreu quando fizemos o acordo que visava à desobstrução da pauta por algum tempo. Havia tanta matéria na pauta – 113 matérias – que não sabíamos por onde começar. Fizemos um rápido acordo de líderes para inverter a relação da pauta. Havia pleitos legítimos, todos legítimos; nenhum ilegítimo. Eram empréstimos para cá e para acolá, interesses do povo, de estados e de cidades. E a Líder do PT, numa atitude que a mim me tocou – S. Ex^a agiu com muita simplicidade, mas me tocou – disse que, para atender o Senador Arthur Virgílio, deveríamos votar o meu pleito referente à Universidade do Amazonas. Naquele emaranhado de interesses legítimos, meu interesse era fazer a sessão da universidade nesta data, com a pressa com que estamos fazendo e com a singeleza com que aqui se procede. Agradeço de coração a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Concedo um aparte à Senadora Serys Shlessarenko.

A Sr^a Serys Shlessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Arthur Virgílio, saúdo V. Ex^a pela iniciativa. Também saúdo a universidade pública brasileira. Fui professora da Universidade Federal de Mato Grosso por 26 anos. Como disse o Senador Antero Paes de Barros, a universidade era chamada Universidade da Selva. Essa instituição tem fundamental importância para o nosso estado. Não somos contra as universidades particulares que funcionam como empresas, mas defendemos a universidade federal neste País. Para não tomar muito tempo, quero fazer referência a dois aspectos. Primeiramente, quero dizer que acredito ser fundamental, decisivo e determinante para a busca do desenvolvimento científico e tecnológico deste País a pesquisa nas nossas universidades públicas. Elas vêem o País como um todo, vêem o Brasil em suas relações com o mundo como um todo. Em segundo lugar, a Universidade Federal do Amazonas é determinante para a soberania deste País. Quando estive no Amazonas,

conversei com o comandante da Amazônia e ele nos apresentou dados realmente alarmantes, como de que 20 mil estrangeiros promovem “pesquisas” de forma irregular na nossa Amazônia. A soberania do nosso País, da nossa Amazônia, está totalmente comprometida. Portanto, a Universidade do Amazonas tem um papel determinante de contribuição para com a soberania do nosso País. Parabéns. Encerro porque o tempo de V. Ex^a está esgotando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senadora Serys Slhessarenko, a V. Ex^a, que é uma adversária leal e uma companheira muito querida nos trabalhos aqui desta Casa.

O S. *João Capiberibe* (Bloco/PSB – AP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço o aparte do nobre Senador João Capiberibe.

Parece-me que há um senador mais jovem, querendo apartear ao seu lado.

O Sr. *João Capiberibe* (Bloco PSB – AP) – Ele fez um atalho aqui por debaixo da mesa. Senador Arthur Virgílio, eu quero saudá-lo, porque V. Ex^a presta uma homenagem a essa longa caminhada na construção do conhecimento fundamental para o desenvolvimento da nossa região. São poucas as regiões no mundo que têm ainda a oportunidade de construir um modelo diferente de se relacionar com a natureza e um modelo econômico de desenvolvimento capaz de gerar satisfação social, produzir bens de consumo capazes de atender às necessidades humanas. A Universidade do Brasil, a Universidade Federal do Amazonas é depositária de grande e fundamental conhecimento na nossa região. Nós que compartilhamos o mesmo rio, nós que somos ribeirinhos, desde o Alto Juruá até a foz, temos sede desse conhecimento, para podermos construir um novo modelo, um modelo que seja respeitoso com a natureza e, sobretudo, generoso com todos nós. Amazônia tem uma caminhada de construção de conhecimentos. Imaginem a diversidade étnica e cultural de que dispomos! Imaginem irmos beber na fonte cultural dos povos indígenas, do caboclo ribeirinho, e juntar isso com o saber científico das nossas universidades! Na hora em que juntarmos esse saberes, certamente vamos encontrar o caminho. Quero parabenizá-lo pela homenagem que V. Ex^a presta ao conhecimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador João Capiberibe, V. Ex^a me dá o ensejo de comparar a saga, a belíssima aventura de criação da Universidade do Amazonas desde os tempos da Escola Universitária Livre de Manaus, 95 anos atrás, até a fase mais recente, essa que nasceu da inspiração do Deputado e do Senador Arthur Virgílio Filho. Comparo isso àquele hábito que temos de subir o rio com naturalidade, de enfrentar as adversidades e vencê-las. Este é um momento de conquista a ser celebrado. É a conquista de um povo que erige uma civilização sofisticada no meio da Floresta Amazônica. Quando digo e repito que a Amazônia é nacional e que isto aqui deveria ser uma festa da Nação, insisto que nada é melhor do que a Universidade Federal do Amazonas, do que a Universidade Federal do Pará, do que o Museu Goeldi, do que o Inpa e do que a sociedade envolvida nesse processo, em posição absolutamente de honra, de destaque, para capitanearem – esses segmentos – o desvendar dos mistérios da região e o apontar de direções, de caminhos rumo a uma sociedade brasileira. Refiro-me com ambição a uma sociedade brasileira mais justa, mais próspera, não a uma sociedade amazonense nem amazônica mais justa e próspera apenas. Eu me refiro, de maneira ambiciosa, a uma sociedade mais justa e mais próspera no Nordeste, no Norte, no Centro-Sul, a uma sociedade brasileira no seu conjunto mais próspera e mais justa, em função das potencialidades que podem muito bem, da Amazônia para o Brasil – com retorno para a Amazônia, claro – significarem momentos, épocas, instantes históricos sublimes de desenvolvimento e de justiça para todo o nosso povo. Portanto, entendo que cada tecla em que se bate, cada momento de discussão sobre a Amazônia, cada episódio deve servir para que alertemos o Brasil para seus deveres. Não se trata apenas de “verba para cá”, “verba para acolá”. Não é apenas isso, não. É muito mais do que isso: refiro-me a seus deveres de romper com a alienação e perceber que lá se produz conhecimento que deve ser partilhado com todo o País. O Brasil deve se engajar nessa belíssima luta, para que ele próprio, Brasil, possa se realizar enquanto Nação. O futuro do Brasil, Reitor Hidembergue Frota, é brilhante, sim, no potencial, mas o País não será realizadamente brilhante se não olhar com olhos brilhantes, ambiciosos, corajosos, intensos, inteligentes a própria região amazônica, que para ele é um mistério e, para nós, sem dúvida alguma, mais do que um mistério, é um encanto, e, pelas mãos da Universidade do Amazonas, é uma

realidade que começa a ser delineada com muito rigor, com muita perspectiva histórica, com muito passado, portanto, e com muito futuro a ser exibido sob a forma de benefícios para cada brasileiro. Insisto: não só para cada amazônida, mas para cada brasileiro de qualquer rincão deste País.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão Solene do Senado Federal, do dia 11 de maio de 2004.

O Amazonas é hoje exportador de tributos, em volume superior ao dos incentivos

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem) – Sr. Presidente, estou inscrito como orador logo a seguir. Aqui registro que o acordo celebrado, e com muita honestidade e boa vontade da parte do Líder Aloizio Mercadante, em torno da Lei de Informática, demonstrou-se – e vou tentar falar sem nenhuma emoção – inviável de ser efetivado na prática. Esse é o fato.

Falarei sobre isso em seguida, mas evidentemente eu condicionaria a votação dessas duas medidas provisórias, até porque ainda estamos no segundo dia do interstício, a termos condições também de votar a Lei de Informática. Não é possível votar a Lei de Informática. O acordo que fiz com o Líderes Mercadante, Renan Calheiros, José Agripino e Sérgio Guerra foi o seguinte: tentaremos hoje exaustivamente conciliar as posições do Brasil em torno da questão da informática.

Amanhã, em demonstração de boa vontade, admitiremos votar as medidas provisórias em qualquer circunstância, até porque a pauta continuará trancada, se não houver acordo, pela urgência constitucional que pesa sobre a matéria da informática.

Sobre o mérito em si, usarei o tempo de líder em seguida. Por ora, digo-lhe apenas que, por parte do PSDB, não há acordo para se votar hoje as duas medidas provisórias. Uma delas inclusive merece emendas, será emendada por nós, tem emenda do Senador Alvaro Dias; a outra já é matéria vencida.

Não vejo problema nas medidas provisórias. Eu vejo problemas nessa matéria nevrálgica – reconheço que é nevrálgica – a da infor-

mática, onde está em jogo o cerne da economia do meu estado. Aí, sinceramente, eu não posso, neste momento, deixar de cumprir com o dever essencial, primordial, primeiro do meu mandato, que é defender a economia do Estado que me elegeu. Fora disso, eu perderia o respeito de V. Ex^a, do Senador Antonio Carlos Magalhães, do Líder Aloizio Mercadante; eu perderia o respeito de mim mesmo.

Portanto, quero uma discussão serena, mas não posso abrir mão de que retornemos aos quadros do acordo celebrado ontem, cercado de técnicos, de homens públicos respeitáveis do Senado, no gabinete do Líder Aloizio Mercadante, chegando-se a algo que, para mim, se afigurava como cada lado concedendo um pouco, chegando-se a um acordo que salvaguardava aquilo que é o principal pólo da Zona Franca de Manaus: o pólo de televisores no seu médio prazo.

Não há acordo por hoje; amanhã, poderemos votar as medidas provisórias. Mas eu conto que efetivamente o Líder Aloizio Mercadante se pronunciará, com um efetivo esforço de todos nós, no sentido que, de hoje à noite e até a amanhã de manhã, procurarmos concluir algo que viabilize a votação da Lei de Informática, fazendo um diploma que é bom para o País e que, sem dúvida alguma, vai salvaguardar aquela região estratégica, que é a minha, e é estratégica não por ser a minha. Fico orgulhoso de ser filho de uma região sofrida e estratégica por ela mesma. Acredito de boa-fé que amanhã não haverá verificação de quórum. É de boa-fé mesmo que me dedico de corpo e alma a essa rodada de verificações por entender que a matéria é exigente, mas eu me sinto muito cercado de razão.

Quero aproveitar todas as oportunidades que a tribuna me concede para mostrar as razões técnicas e estratégicas e defender a posição do Deputado Pauderney Avelino, que nos dá a honra de aqui nos visitar hoje – é um dos deputados da minha bancada. Sem dúvida alguma, é importante para o Brasil finalmente compreender que não dá para deixar de, além de seu próprio umbigo central, olhar um pouquinho para o umbigo de uma região que é a maior expectativa de desenvolvimento brilhante para um País que, se quiser ter desenvolvimento brilhante, terá que romper com a mediocridade de não aceitar que aquela região merece um tratamento especial.

Esta é a razão e nenhuma outra que me move no sentido de manter ainda hoje, pela palavra do PSDB, bloqueada a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Aproveitando a presença dos oficiais do Exército, a Mesa gostaria de cumprimentar o Exército brasileiro, pelo transcurso da data de hoje, em que se homenageia Luiz Alves de Lima e Silva, o querido Duque de Caxias, quando se comemora o Dia do Soldado.

Ficam aqui registradas as nossas homenagens. O tempo será compensado a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a falou por todos nós. A homenagem ao Exército é justa e é um dever dos brasileiros que amam este País.

Reconheço que esse tema, em torno da Lei de Informática, é nevrálgico. E eu não gostaria, de jeito algum, de cair em uma certa esparrela, Senador Antonio Carlos Magalhães, que seria a de permitirmos aqui a divisão de estados que precisam desdobrar de maneira favorável o seu processo de desenvolvimento, entre os quais os seus já muito mais avançados; e também o meu, que almeja apenas lograr um certo lugar ao sol.

O meu primeiro gesto no Congresso, como Líder no Governo Fernando Henrique, terminou me rendendo um certo abespinhamento com setores do Planalto, até porque endossei, e V. Ex^a se lembra disso. Junto com o Vice-Líder Ronaldo César Coelho, endossei, contra alguns interesses, a ida da fábrica de automóveis para Salvador, por entender que era uma oportunidade de se desconcentrar investimento de alta carga tecnológica na direção de uma região que tinha, àquela altura, como produzir esses carros para se desenvolver uma indústria automobilística ali. Procuo encarar com justiça.

Certa vez, opondo-me, como, aliás, tem sido tradicional na política do Estado ao então Senador Amazonino Mendes – eu era Prefeito de Manaus – e o Governador Gilberto Mestrinho estava ao meu lado como Governador, ficamos nessa luta, recusamos o que para nós parecia uma excrescência, que era brincar de fazer um pólo automobilístico, em Manaus, na Zona Franca. Havia lá uma empresa, a Kia Motors, que agregava, Senador Tasso Jereissati, seis empregos. Colocava-se um friso e isso atraía contra o modelo da Zona Franca de Manaus nada mais nada menos da oposição da Anfavea. O meu argumento, como Prefeito, como argumenta o então Governador Gilberto Mestrinho, Senador, era apenas dizer que se

tratava de triunfalismo demais e não tínhamos como arranjar mais inimigos além dos inimigos naturais que o modelo já tem por ser o modelo de êxito que é.

Hoje, o Distrito Industrial de Manaus vive um verdadeiro triunfo: são 70 mil empregos diretos, representando 93% da economia do Estado do Amazonas, com investimento em ciência e tecnologia e em laboratório, sim.

Duas figuras insuspeitas, até porque pertencentes ao patriado paulista, Alcides Tápias, ministro do Governo passado, e Luiz Fernando Furlan, atual Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no início, estavam recalitrantes em relação ao que lá se fazia, mas ambos tornaram-se admiradores do Pólo de Manaus. Tápias chegou a dizer, numa reunião ministerial de que participei, que estava convencido de que lá se agregava valor industrial tecnológico, tanto quanto se faz em outros locais, inclusive no Estado de São Paulo, que é a locomotiva industrial do País.

Eu digo isso porque, em alguns momentos, provoca uma certa dor a figura do preconceito. Estou disposto a discutir a Lei de Informática do ponto de vista dos interesses do País como um todo.

Devo dizer que o Pólo de Televisores é o cerne da economia do meu Estado. Estou afirmando que a Zona Franca de Manaus representa 93% da economia do Amazonas, e 70% disso significam, talvez, os televisores produzidos em Manaus. Cada vez vai ficar mais difícil estabelecer uma fronteira para o televisor tradicional, tal como nós o conhecemos. Comparo-o ao telefone preto, fixo, da infância de tantos, nas casas antigas, aos digitais de hoje, que avançam muito. O computador será também televisor.

Quero estabelecer um certo limite com uma pergunta muito simples. Se amanhã vier uma decisão do Brasil que desative o Pólo de Manaus, contra a minha opinião, a do Deputado Pauderney Avelino e a do Senador Mestrinho, o Brasil pode conseguir isso. Mas é preciso entendermos o cerne, o essencial. Por que conceder privilégios para o Pólo Industrial de Manaus, Senador José Agripino? Porque o Marechal Castelo Branco, assessorado pela insigne e genial figura do economista e Embaixador Roberto Campos, percebeu que era preciso conceder incentivos especiais para uma região estratégica. E o resultado é que hoje se fala de desmatamento no sul do Pará, em Rondônia, no Acre, e temos menos de 2% da cobertura florestal do

Amazonas atingidos pelo efeito da devastação, até porque os efeitos indiretos do Pólo de Manaus financiam o interior do Estado.

A Suframa, hoje, financia obras com os seus recursos próprios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campainha.) – Senador, tendo em vista a importância do discurso de V. Ex^a, permita-me prorrogar a sessão.

Pergunto ao Senador José Agripino se também fará uso da palavra como Líder.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, vou prorrogá-la. Quanto tempo V. Ex^a considera necessário?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mais dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, V. Ex^a dispõe de mais dez minutos, bem como o Senador José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, genial como era, Roberto Campos percebeu isso, e a Zona Franca de Manaus teve seu processo. No começo se confundia com o comprismo, com a mera montagem, com o mero apertar de parafuso. Hoje, há fábricas moderníssimas, que deveriam ser conhecidas por todos os parlamentares.

Falam que o Distrito Industrial de Manaus é um paraíso fiscal, pois lá há isenção fiscal. Este ano, talvez ele fature U\$S14 bilhões, talvez seja até o seu recorde. Haverá 70 mil empregos diretos e US\$14bilhões de faturamento, compensando largamente o incentivo fiscal. O Amazonas é exportador de tributos, exporta muito mais tributos para os cofres da União do que recebe de investimentos, e, mesmo com a mudança de Governo, não há mudança. Longe de ser esse tal paraíso de isenção fiscal, o Estado recolhe, Senador Tarso Jereissati, 64% dos tributos federais da região Norte. Os 36% restantes cabem ao Estado do Pará, que tem o dobro da população do Amazonas, ao Amapá, a Rondônia, ao Acre, a Roraima e aos demais estados da região Norte, ou seja, o modelo deu certo.

A pergunta que faço, de maneira simples, é a seguinte: devemos manter aquilo ou devemos suspender o apoio do Brasil àquele

processo de desenvolvimento ali está instalado, porque, de fato, se para tudo forem dadas condições iguais, confessamos que não temos condições de competir em pé de igualdade com estados que estão bem mais próximos dos mercados consumidores, que têm facilidades que se contrapõem às nossas dificuldades, a começar pela localização. Esse é um debate que quero travar e aceito essa prorrogação. Se não for possível completar a discussão amanhã, devemos deixá-la para setembro ou para qualquer época, mas não quero parecer um parlamentar que está querendo os votos da região Norte para eventualmente cassar direitos ou prerrogativas de outros estados.

Digo isso e mais, Senador José Agripino, porque desafio que falemos de uma família paulista rica, tradicional, que virou nome de rua, como Almeida Prado de Oliveira e Souza – nomes de pessoas que se ficaram pobres foi por burrice, porque o sobrenome é de rico – que não tenha sido beneficiada, não tenha visto sua fortuna ser construída à base de incentivos fiscais. Então, o incentivo fiscal não foi inventado – repito isto à farta – para o Amazonas.

Vimos o Tennessee Valley, nos Estados Unidos, o Midi, na França, o Mezzogiorno, na Itália; vimos tantas experiências antes e depois da Zona Franca de Manaus. Temos visto essa guerra fiscal que, de certa forma, corrói os intestinos da economia brasileira.

Eu gostaria muito de ter uma solução que prevenisse o meu Estado e que fosse de consenso, aplaudida e apoiada por todos aqueles que possam compreender a importância nacional da minha região. Portanto, jamais estarei aqui para aproveitar o momento. Hoje, disseram-me assim: “Se votar hoje, ganha por isso, por aquilo e por aquilo outro”. Eu não sei se ganharia, mas ganhar contestado pela Bahia do Senador Antonio Carlos Magalhães? Ou ganhar contestado por Minas Gerais do Senador Hélio Costa e do Senador Eduardo Azeredo, meu querido colega de Partido? Ou ganhar apoiado no Piauí do Senador Mão Santa, até porque ainda não lhe sorriu, de maneira forte, o desenvolvimento industrial? Ganhar, eventualmente, com o voto do Senador Tasso Jereissati, pela ligação fraterna que há entre nós, ou eventualmente ter de compreender o voto contrário ao meu do Senador Tasso Jereissati, sem nenhum prejuízo para essa relação fraternal que temos? Não era esse o meu intuito.

Eu gostaria de, a gregos e a troianos, mostrar que temos razões técnicas e queremos respeitar os limites e os direitos de os

outros estados crescerem. O que propomos é uma divisão social do trabalho. Por exemplo, automóveis caberiam ao Paraná, a São Paulo, a Bahia, a Minas Gerais, ao Rio de Janeiro. Goiás tem suas capacidades. Ao Amazonas, caberiam certos pólos, entre os quais sobretudo os de televisores, prevenindo-nos, nós, do Amazonas, para o desenvolvimento da tecnologia.

Hoje, o Senador Antonio Carlos Magalhães, com a lealdade que lhe é própria, deu-me um documento assinado pela Abinee. É documento repulsivo porque primário, indigno de ser entregue nas mãos de senadores. Diz, por exemplo, em seu item 3, entre outras tolices, que os computadores do Senado não poderiam exibir a imagem da TV Senado como fazem hoje, caso fosse aprovado o acordo celebrado ontem no Gabinete do Senador Aloizio Mercadante. Recuso-me a discutir nesse nível. Não quero ficar nessa guerra de *lobby* para cá, *lobby* para lá. Não participo desse jogo de *lobbies*. Quero o interesse brasileiro preservado e quero que o País se conscientize de uma vez por todas da importância da minha região para chegarmos ao desenvolvimento efetivo. Ou seja, o Brasil ganha ou o Brasil perde com um Amazonas pujante?

Concedo um aparte, se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, primeiro, ao Senador Gilberto Mestrinho, depois ao Senador Eduardo Azeredo. Encerrarei em seguida, agradecendo a V. Ex^a a tolerância e a compreensão da Casa por tardiamente me conceder a honra dessas ilustres presenças em plenário.

Ouçó o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu só pediria urgência porque já se esgotaram todas as prorrogações, por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, que é um grande amigo e conhece o Pólo Industrial de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não posso cortar seu importante pronunciamento, ainda mais que V. Ex^a foi assessorado pelo meu amigo Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só lamento V. Ex^a estar na Presidência. Se não estivesse, V. Ex^a faria também aparte, porque conhece de cátedra o que se agrega de valor econômico naquela produção industrial.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – E tenho paixão pela região.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Excelência.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a aborda muito bem a questão da Zona Franca, desde as razões de sua criação até seu desenvolvimento e as injustiças praticadas contra ela. Alegam os benefícios fiscais da Zona Franca, mas não dizem que a informática no Brasil causa um déficit de mais de US\$8 bilhões anualmente, conforme dados do ano passado. A Zona Franca não causa isso. A Zona Franca já está quase empatando com as exportações e as importações.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Talvez no próximo ano.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Além disso, a discussão sobre os monitores é absurda, porque 69% dos monitores de vídeo são fabricados em Manaus. Fora de Manaus, uma empresa produz 29% e outra, 1%. Que direito tem essa empresa, que é deficitária em São Paulo, de requerer os benefícios para, amanhã, usar o monitor de informática como um monitor de imagem? Não é justo isso. Não queremos monopolizar a atividade em determinados segmentos da eletrônica e da informática, absolutamente. Cremos que o Brasil é de todos. Entendemos que São Paulo é um sócio no desenvolvimento de nosso Estado, o Amazonas. Mas deve ser um sócio que mantenha padrões de igualdade e não um sócio majoritário com capital menor, como ocorre atualmente. Quase todas as empresas da Zona Franca de Manaus são paulistas. O que não é justo é que as empresas paulistas – que eram pequenas, foram para Manaus, tornaram-se grandes e hoje têm negócios em São Paulo maiores do que em Manaus – queiram agora criar uma situação difícil para a Zona Franca. Não podemos permitir isso. V. Ex^a está de parabéns. Vamos lutar para que o direito ao desenvolvimento da região Norte seja mantido.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

Ouçó o nobre Senador Eduardo Azeredo e, em seguida, Senador José Agripino.

O Sr. *Eduardo Azeredo* (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, sou Senador, por Minas Gerais, no Senado da República. Tenho o dever de defender o meu Estado e tenho o dever de defender o Brasil. Entendo claramente que só teremos um País mais justo quando tivermos uma ocupação populacional mais justa. Não é possível que tenhamos alguns pontos mais ricos e outros relegados a segundo plano. Já perdemos, em Minas Gerais, indústrias para outros estados. Perdemos a indústria de informática para o pólo de Ilhéus, na Bahia, mas ao mesmo tempo ganhamos indústrias que vieram de São Paulo e de outros estados. Foi importante que indústrias situadas em outros lugares viessem também para Minas Gerais. Essa distribuição é que é fundamental. Lembro-me bem que o grande Governador Mário Covas soube entender a instalação da Mercedes-Benz em Minas Gerais e não em São Paulo. S. Ex^a entendeu que era um momento de se diversificar a produção automobilística no Brasil. Assim vejo a questão de Manaus. É fundamental que a Zona Franca continue. É importante observarmos como o Amazonas se desenvolveu a partir da Zona Franca, mas temos que entender que não se pode deixar que outras regiões do País não possam produzir bens especialmente na área de eletrônica. Trata-se de uma área nova, de uma tecnologia que está sempre mudando. Temos que conseguir um texto que diga com clareza que os produtos de informática podem ser produzidos em todo o Brasil. Estamos com uma lei importante, que será prorrogada até 2019, presa apenas por um item: o que é monitor de computador e o que é televisão. Por mim, definiríamos assim: “televisão é televisão; monitor de computador é monitor de computador”. Pronto, estaria resolvido. Mas o problema que temos no momento é conseguir uma definição clara. Tentou-se pelo tamanho e não deu certo; tentou-se pela norma de especificação do que seja monitor, mas também não se chegou a um acordo. Esse é o desafio. Não existe de nossa parte, Senador Arthur Virgílio, nenhuma posição contrária a Manaus. Sou inteiramente favorável à Zona Franca de Manaus. Por outro lado, há que se entender que o Brasil não pode prescindir de uma indústria de informática em todo o País. A posição de V. Ex^a está correta assim como a dos senadores que defendem outras posições. O Estado de Minas Gerais não é prejudicado com o texto atual, mas pode vir a ser. Então, o objetivo é chegarmos a um texto que atenda a todos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo o aparte ao Líder José Agripino Maia.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, conheço V. Ex^a muito bem, participamos e ainda participaremos de muitas lutas juntos, conheço bem o estilo de V. Ex^a, aguerrido, vibrante, altivo, inflamado, e faz uns 20 minutos que V. Ex^a está na tribuna em tom absolutamente sereno, diferente do seu estilo habitual. Eu, que conversava com V. Ex^a, sei por quê. Porque está em jogo aquela história de que os caminhos da Pátria passam pela terra de cada um de nós. Está em jogo a terra de cada um de nós e de V. Ex^a. Questão fundamental: a Zona Franca, para Manaus, é tudo, e Manaus, para o Amazonas, é quase tudo. Gostaria de prestar um testemunho de sua luta, de sua capacidade de arregimentar forças, de negociar. Estou avaliando aqui a dor de V. Ex^a em digladiar com amigos fraternos ou correligionários, como os Senadores Eduardo Azeredo, Antonio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, que têm posição divergente à de V. Ex^a nessa questão da informática. V. Ex^a está passando para o Brasil uma mensagem: "Ao rei tudo, menos a honra"! Quando se toca em questão referente ao Amazonas, V. Ex^a assume um ar de serenidade para ganhar, para convencer, ganhar pelo convencimento. Não me permitiria deixar de dar esse depoimento – não sei se estou sendo ouvido no Amazonas – porque considero V. Ex^a um homem de espírito público a toda prova, de probidade a toda prova, mas, quando se fala em interesse do Amazonas, como disse o Senador Mestrinho, "vira bicho", no melhor sentido. Tenho certeza de que os entendimentos vão se processar. Sou testemunha de que firmamos um acordo para votar as medidas provisórias e de que foi a Lei de Informática que possibilitou, que motivou até a quebra do acordo para que se tentasse, no limite máximo, atingir o objetivo de V. Ex^a, que é proteger a Zona Franca de Manaus. V. Ex^a foi ao fim da linha, utilizou todas as suas forças e levou-me a ser seu parceiro até em uma quebra de compromisso, em que fui solidário, pois em jogo está o interesse maior do Amazonas, que é a Zona Franca de Manaus. Minha homenagem, meu apreço e minha solidariedade à luta de V. Ex^a, que é a luta do povo do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a. De fato, seu companheirismo tem sido posto à prova a cada momento,

e a cada dia eu o reafirmo como uma das mais gratas alegrias que tive no convívio com os senadores. V. Ex^a é um homem leal e, sobretudo, um amigo de efetiva fé.

Ouço o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, é desnecessário dizer do carinho, da amizade e da admiração que tenho por V. Ex^a, mas não poderia deixar de citar neste momento, para que todo o Brasil ouça, o trabalho extraordinário que realiza, o guerreiro que V. Ex^a é sempre e o superguerreiro em que se torna quando estão em jogo os interesses do Amazonas e de Manaus. E mesmo quando não concordamos plenamente com as teses e opiniões de V. Ex^a em relação à região, ficamos tão envolvidos com sua garra, que precisamos tomar muito cuidado para não ficarmos inteiramente de acordo com V. Ex^a apenas em função de sua força e de seus argumentos. Precisamos nos vigiar. Penso que é importante isso que V. Ex^a expôs. O Amazonas, assim como o meu Ceará, como a Bahia do Senador Antonio Carlos Magalhães, como o Rio Grande do Norte do Senador José Agripino, como o Piauí do nosso Senador Mão Santa, é um Estado pobre, menos desenvolvido do que a média nacional. E é necessário, mais do que nunca, no momento que em que, evidentemente, na política nacional nenhuma dessas regiões é prioridade – já o foram no passado –, estarmos juntos. Não podemos estar divididos. Precisamos juntar as nossas forças para que todas as regiões mais pobres, menos desenvolvidas do País venham a se tornar prioridade nacional. Não é prioridade sua o Amazonas, não é prioridade minha o Ceará, mas a região é prioridade nacional. Nunca teremos um país desenvolvido e justo sem que essas desigualdades regionais sejam vencidas. Por isso mesmo, quando V. Ex^a nos pede uma decisão de equilíbrio, que isso seja visto com todo o equilíbrio, que seja visto o outro lado, penso que está-se dando um passo importante para que isso se consolide. Com certeza, nenhum de nós votará contra Manaus. Com certeza, encontraremos um termo que se ajuste, assim como temos certeza de que V. Ex^a também o fará quando os interesses do nosso Nordeste estiverem em jogo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. De V. Ex^a só espero mesmo gestos de grandeza, porque percebia de longe e percebo, cada vez mais, de perto, que V. Ex^a é uma figura de gestos superlativos e à altura do que o Brasil efetivamente

espera de um quadro com o seu talento, com o seu futuro e com o seu passado.

Concedo apartes ao Senador Hélio Costa e, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, talvez tenha sido por essa razão que o Senador Antonio Carlos Magalhães levantou a tese de que não deveríamos sequer começar a discutir a questão da Lei de Informática na tarde de hoje, por se tratar de um assunto, além de polêmico, de uma sensibilidade muito grande para cada um de nós. Só tenho que exaltar a posição de V. Ex^a, defendendo intransigentemente as posições do seu Estado. É essa, na verdade, a função que o traz aqui, ao Senado da República, como Senador do Estado do Amazonas: defender os interesses do Amazonas. Ao mesmo tempo, como colocaram outros senadores, é evidente que nós todos temos a mesma posição de também defender os interesses dos nossos estados. Especificamente, eu defendo os interesses do Estado de Minas Gerais, assim como o Senador Eduardo Azeredo, que se pronunciou anteriormente. Mas como Relator do Projeto de Lei de Informática, passando pela Comissão de Educação, tive a preocupação de entrar nos detalhes da lei e confesso, Senador Arthur Virgílio, que a proposta aprovada pelo Plenário da Comissão de Educação era boa. Ela aceitava as definições colocadas pela Câmara dos Deputados. Tivemos a oportunidade de fazer três observações também pertinentes e que, certamente, teriam a aprovação do Plenário do Senado e também da Câmara, se tivesse que retornar àquela Casa, mesmo porque, basicamente, a discussão que se faz neste instante sobre a questão do monitor de vídeo ou do vídeo de televisão é totalmente desnecessária, pois quem tem que decidir sobre isso, segundo a própria Lei nº 8.242, a Lei de Informática, é o Presidente da República. Cabe a Sua Excelência decidir o que é bem de informática. O que fizemos de importante na lei, Senador Arthur Virgílio, foi, ao invés de permitirmos sua revisão em apenas 180 dias, pedir, no nosso relatório, a revisão anual, exatamente para que não se cometa nenhum equívoco, para que nenhum erro seja confirmado mais tarde. Então, o Presidente tem a oportunidade de rever anualmente aquilo que está na relação de bens de informática e que merece os créditos e os benefícios fiscais. Tenho certeza de que V. Ex^a vai nos ajudar, amanhã, a partir das 9 horas, a encontrar

um caminho que seja muito bom e importante para a Zona Franca de Manaus, que representa hoje 13% do crescimento industrial do Estado do Amazonas, enquanto que no meu Estado temos um crescimento de apenas 2,7%. É importante ressaltar que é, sim, a Zona Franca de Manaus que possibilita esse crescimento vertiginoso do seu Estado. Estamos a procura, com a ajuda de V. Ex^a, de um caminho para podermos atender não só ao Estado do Amazonas e à Zona Franca de Manaus, mas a todos os Estados da Federação. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, muito honrado, o aparte de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Tenho que admirar o seu amor pelo seu Amazonas. Assim como amo a Bahia, V. Ex^a ama o Amazonas; luta por ele como eu luto pela Bahia. Assim, é compreensível todo o esforço de V. Ex^a, como o de seus companheiros do Amazonas, para que esse projeto seja votado como V. Ex^a deseja. Como democrata que é, V. Ex^a admite que todos tenhamos o interesse de defender cada um o seu estado, a sua unidade da Federação em relação a um pólo de informática. Oswaldo Aranha dizia que não há problema insolúvel para a inteligência humana. Então vamos colocar juntas as nossas e a de todos os companheiros para encontrar uma solução que atenda ao Estado de V. Ex^a e também aos demais Estados da Federação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, essa é a minha expectativa, de que olhemos o Brasil como um todo e que cada um de nós enxergue muito bem a árvore da floresta que lhe é afeta.

O Nordeste, por exemplo, uma região estratégica, com problemas e soluções, antes vista como problemática, hoje tem verdadeiras “califórnicas” pelo milagre da irrigação. Exemplo do que digo é Petrolina, em Pernambuco.

Não é possível, em nenhum momento, que qualquer formulação minha passe sem que eu visualize a importância do Nordeste. Almejo ver o dia em que o Brasil estará preocupado para valer com uma formulação que visualize e compreenda o peso do Amazonas e da Amazônia para o futuro. Digo sempre que o Brasil sem o

Amazonas seria um Chile mais gordinho um pouco. Seria um País viável, talvez, mas de futuro muito menos brilhante e de muito menos capacidade, para usar uma linguagem que é própria da política internacional.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães. Tenho certeza de que teremos uma discussão muito fraterna que haverá de levar a bom termo do ponto de vista do Brasil, a floresta, e dessa árvore tão significativa que é o Estado do Amazonas, pelo que representa para a “floresta Brasil” no campo da definição do que é informática.

Concedo um aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, faria um apelo respeitoso a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Ouço o Senador Antero Paes de Barros e, em seguida, encerrarei. Agradeço a V. Ex^a pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Perfeito. Vamos dar continuidade. Sei que V. Ex^a está fazendo um discurso importantíssimo para o País, o que respeito, mas faço este apelo para que o Senador José Agripino não fique angustiado, na expectativa de ver atendido seu direito de Líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Eu gostaria de cumprimentá-lo, Senador Arthur Virgílio, e dizer que V. Ex^a tem absoluta razão. Não consigo pensar no Amazonas, em Manaus, com a sua Zona Franca correndo risco. A Zona Franca está para Manaus como a água está para o Nordeste, como a irrigação está para o Nordeste. Não dá para imaginar que o País possa pensar uma solução que abale a principal estrutura da economia do seu Estado. Quero cumprimentá-lo e dizer que V. Ex^a tem capacidade intelectual para liderar essa discussão aqui no Senado. Tenho muita esperança de que V. Ex^a sairá vitorioso em mais essa luta porque olhar floresta é olhar também o Amazonas, é olhar Manaus. Sem isso, ficam inviabilizadas as condições de desenvolvimento de um importante Estado brasileiro. V. Ex^a tem absoluta razão: o Deputado

Federal representa o povo brasileiro; o Senador, o Estado. V. Ex^a é tão brilhante Líder da nossa Bancada que todos sabemos que a primeira missão de V. Ex^a é defender o seu Estado. Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a tem dois brilhantes companheiros em seu Estado: os Senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres. Reverencio o povo do Amazonas e deposito muita confiança em que V. Ex^a, mais uma vez, justificará o apelido de índio, de lutador e de brigador e não permitirá que o Estado do Amazonas saia prejudicado nesse embate. Terá a nossa solidariedade, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a um dos meus amigos mais fraternos, o Senador Antero Paes de Barros.

Concedo o aparte ao Senador Almeida Lima.

O *Sr. Almeida Lima* (PDT – SE) – Senador Arthur Virgílio, com a permissão da Presidência, permita-me fazer este aparte não como cidadão ou como Senador pelo Estado de Sergipe. Faço questão de, neste instante, expressar a opinião de um brasileiro, por entender que todos nós brasileiros temos uma responsabilidade muito grande por todo o território nacional, sobretudo pelo território da Amazônia e não apenas pelo Estado do Amazonas. O Senador Antero Paes de Barros disse muito bem que a Zona Franca é vital para o Estado. Eu diria que ela é vital para toda a região. Não apenas essa questão deve ter um encaminhamento nesse espírito de defesa do território nacional, dos interesses do Estado Amazonas e da região de Manaus, mas deve ter um encaminhamento visando a defesa dos interesses do País. Tenho certeza absoluta de que, como eu, V. Ex^a e todos os companheiros senadores, o povo brasileiro vê exatamente a Amazônia como uma região que guarda para todos nós brasileiros uma importância extremada. Não apenas esse aspecto da Lei de Informática deve ter uma atenção especial, mas todos os aspectos da vida brasileira. Nesse instante, não devemos ver essa questão como sendo de interesse exclusivo do Estado do Amazonas ou de Manaus; ela deve ser vista como uma questão de interesse nacional. O fortalecimento dessa região é o fortalecimento do País. V. Ex^a tem a minha solidariedade e o meu apoio com relação a essa proposta, a essa caminhada, a essa luta, sobretudo com relação a esse projeto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o Senador Almeida Lima fez uma síntese e compreendeu exatamente

o que proponho. Uma região que desperta interesse planetário não pode deixar de ter importância nacional, portanto. Gostaria de trazer este assunto para o centro dos debates.

Que bom este fim de tarde, com tantos senadores ilustres debatendo um tema sem que se imagine que eu esteja aqui, Senador Gilberto Mestrinho, a cumprir um dever paroquial, algo pequeno, algo do tipo ligar uma ponte a dois municípios, para que determinado prefeito tenha mais votos e eleja a esposa para sua sucessão. Nada.

Há quem discorde eventualmente do meu ponto de vista, mas o Senado aceita hoje que o Amazonas e a Amazônia são temas nacionais, até porque são temas de interesse planetário. Repito: isso já é uma vitória parcial. Vamos à negociação, que deve ser feita pelo Brasil, pelo Brasil lúcido, que compreende que não dá para dividir o Brasil em lados periférico e central, porque o Brasil será sempre um país periférico no Conselho das Nações enquanto não resolver os seus grandes dilemas de distribuição de riqueza por cidadão e de distribuição de riqueza e oportunidade por região.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, sinto não poder apartear-lo e dizer da importância da Zona Franca de Manaus que conheço tão bem e com que aprendi a conviver desde o seu início. Como paulista, sei da importância desse tema econômico para a economia paulista. É bom discutir esse assunto e ter a certeza de que a Zona Franca, apesar de alguns políticos serem contrários a ela, é a sobrevivência do País.

Espero que os argumentos de V. Ex^a consigam convencer a maioria dos senadores, dando equilíbrio econômico, sem dúvida, a todos os estados diante dessa dificuldade de definição de computador, de televisão ou da tecnologia moderna que vincula praticamente todos os sistemas eletrônicos à sociedade brasileira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O depoimento de V. Ex^a é precioso, honroso e valioso para o meu Estado.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão do Senado do dia 25 de agosto de 2004.

Pólo Industrial de Manaus, realidade para o Amazonas e para o Brasil

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chamo a atenção, especialmente, do ilustre Senador Jefferson Péres, como também do Senador Gilberto Mestrinho, para o discurso eminentemente técnico que farei e que se antecipa a outros que pretendo fazer no dia de hoje sobre o Pólo Industrial de Manaus e as repercussões da medida provisória da Cofins, que provavelmente será convertida em lei, repercussões negativas no Pólo Industrial de Manaus.

O parecer do Relator-Revisor, Romero Jucá, manteve o texto aprovado pela Câmara dos Deputados para o art. 14 do projeto de lei de conversão.

As normas relativas à suspensão do pagamento de importação ou do IPI vinculado à importação relativas aos regimes aduaneiros especiais aplicam-se também às contribuições de que trata o art. 1º desta lei.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se também às importações, efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus, de bens a serem empregados na elaboração de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, destinados a emprego em processo de industrialização por estabelecimentos ali instalados, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), de que trata o art. 5º, *a*, da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal estabelecerá os requisitos necessários para a suspensão de que trata o § 1º deste artigo.

Em seu art. 37, o substitutivo modifica de isenção, Senador Jefferson Péres, para exigibilidade pela alíquota zero, a incidência da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nas operações entre "componentistas" da Zona Franca de Manaus e os fabricantes de bens finais ali instalados, o que deturpa completamente o acordo entre o Governo do Estado do Amazonas e suas bancadas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados com o Governo Federal, de que resultou o art. 5º, *a*, da Lei nº 10.637, de 2002, introduzido pelo art. 25 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Senão vejamos a legislação vigente:

Art. 5º

a) Ficam isentas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem produzidos na Zona Franca de Manaus para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais ali instalados, consoante projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Art. 5º, *a*, do substitutivo: ficam reduzidas a zero as alíquotas da contribuição do PIS/Pasep e da Cofins, incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos pela Zona Franca de Manaus para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais ali instalados, consoante projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Essa modificação, ou seja, a isenção para alíquota zero, afeta substancialmente a competitividade de alguns bens finais da Zona Franca de Manaus, particularmente os telefones, uma vez que, na aquisição de insumo, industriais produzidos localmente, o crédito

outorgado de PIS/Pasep e de Confins, inerente ao sistema da não-cumulatividade e que poderia ser fruído na hipótese da isenção, passa a ser utilizado pela alíquota zero. Diversamente, as remessas para a Zona Franca de Manaus de componentes produzidos em outras localidades do País estarão isentas de contribuição por serem equiparadas à exportação, para o exterior, consoante o art. 4º do Decreto-Lei nº 288/67, que ganhou eficácia de lei complementar, dado que mantido e revigorado pelo art. 5º da Lei Complementar nº 4, de 2 de dezembro de 1969, e o art. 14, inciso I e § 1º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. No entanto, gerarão crédito em favor do adquirente estabelecido na Zona Franca de Manaus. Ademais, esses componentes não estarão sujeitos ao cumprimento de processo produtivo básico, como ocorre com os congêneres fabricados na Zona Franca de Manaus. A alteração introduzida na redação do art. 5º, *a*, pode desestimular o adensamento da cadeia produtiva local, de relevante importância para o desenvolvimento da política industrial para a Zona Franca de Manaus. A circunstância de, eventualmente, esses componentes fabricados em outras regiões do País importarem insumos sujeitos à contribuição, 9,25%, não favorece o parque industrial de componentes da Zona Franca de Manaus, já que aquela contribuição gerará crédito em proveito dos importadores em outras operações que não a remessa para o Pólo Industrial de Manaus.

No tocante especificamente aos componentistas, importarão eles os insumos com suspensão da contribuição de PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação, que se resolverá em exigibilidade pela alíquota zero nas vendas a fabricantes de bens finais, instalados na Zona Franca de Manaus, nos insumos industriais que ali fabricarem com a utilização dos insumos importados, na hipótese de que trata o art. 5º-A da Lei nº 10.637, de 2002, com a nova redação dada pelo substitutivo.

Na redação legal vigente, estariam isentos de contribuição nesta hipótese, mas os fabricantes de bens finais gozariam de crédito. Do ponto de vista econômico, precisarão considerar a possibilidade de perderem a preferência no fornecimento aos fabricantes de bens finais no Pólo Industrial de Manaus, como antes expostos.

O ideal, portanto, Senador Jefferson Péres, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr Presidente, seria a manutenção do texto vigente do art. 5º-A da Lei nº 10.637, de 2002, sem prejuízo do § 1º, do

art. 14, do PLC nº 21, de 2004, introduzido pela Câmara e mantido no substitutivo do Relator, o ilustre Senador Romero Jucá. Releva observar que o art. 37 do substitutivo, no qual se dá nova redação para o aludido art. 5º-A, deverá ser discutido e votado pela Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, encerrada essa parte técnica, peço a minha inscrição, como Líder, para fazer uma abordagem política deste mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu dizia ainda há pouco ao Senador José Agripino, Líder do PFL, que S. Ex^a havia pronunciado um dos mais ilustres e brilhantes discursos que já escutei nesta Casa. E, mais ainda, falando de um tema árido, discorrendo sobre algo que não se parece com a poesia, até porque profundamente ligado ao mundo real.

Sr. Presidente, de minha parte, neste encaminhamento, discorrerei sobre o que vejo como distorções da visão brasileira sobre o Pólo Industrial de Manaus. E, no encaminhamento, aquele de menos tempo, cinco minutos, falarei sobre o projeto como um todo e, claro, estarei aqui para defender os destaques que juntamente com o Senador José Agripino tive a honra de firmar.

O Projeto de Lei de Conversão nº 21, originário da Medida Provisória nº 164, de 2004, que ora examinamos, reúne aspectos que transcendem ao seu mérito. As negociações avançaram no Senado, graças ao espírito aberto do Líder Aloizio Mercadante; à competência política do Relator Romero Jucá; à acuidade dos Líderes partidários José Agripino, Renan Calheiros e Fernando Bezerra; ao preparo técnico do Senador Rodolpho Tourinho; à clarividência do Senador Tasso Jereissati; à lucidez do Senador Sérgio Guerra, dentre tantos cérebros que, incessantemente, vêm buscando o melhor para o País.

Centralizo este pronunciamento, porém, no Pólo Industrial de Manaus, que bem poderá ser prejudicado se preconceitos e falácias prevalecerem sobre a compreensão da relevância estratégica da Amazônia para o Brasil. De repente, estabeleceu-se o mito: mantido o texto da Câmara, todos os estados perderiam, para que

apenas o Amazonas levasse vantagens ao fim e ao cabo da votação da matéria.

Mas a verdade, Sr. Presidente, é que o São Paulo do meu querido amigo e companheiro Governador Geraldo Alckmin e do ilustre Líder Aloizio Mercadante não perde. Afinal, nessa notável unidade federada, há numerosas indústrias com uma “perna” no Amazonas. Logo, não há como se falar em perdas para São Paulo.

Dou mais exemplos: o Rio Grande do Sul do nobre Senador Pedro Simon não perde, como não perde, no Nordeste, o Ceará do meu fraterno companheiro Tasso Jereissati. Indubitavelmente, a Amazônia não exerce concorrência gravosa sobre essa relevante e complexa região do País.

É o caso da Bahia do Senador Antonio Carlos Magalhães, que não perde tampouco. É o caso do Centro-Oeste, que, nem de leve, sofrerá prejuízos se a decisão do Senado, ratificando a sabedoria da Câmara, for no sentido de adensar a produção industrial do Pólo de Manaus, possibilitando que o pólo de componentes especificamente ligado ao que lá se produz – e nada mais do que isso – se instale no lugar certo para se constituir escala, produtividade e competitividade sistêmica.

O Brasil, pois, não perde. No Brasil, perderá o Amazonas, se prevalecer o preconceito; se, no Relatório Final, não vier contemplada a preocupação sábia da Câmara dos Deputados. Aí, sim, haverá perdas – e de grande porte – para o Amazonas e para o Brasil, no seu conjunto, sem dúvida alguma.

O Pólo Industrial de Manaus já não é apenas uma experiência vitoriosa. É mais do que isso. É uma grata e comprovada realidade para o desenvolvimento regional e nacional.

E o que pretende a bancada de senadores do meu Estado? Claro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que objetivamos a manutenção de uma situação já existente: a suspensão do pagamento de Cofins/PIS/Pasep/Importação para os insumos utilizados na fabricação de produtos industriais do Pólo de Manaus.

Essa pretendida suspensão – vital para o Pólo Industrial de Manaus – aplica-se, é bom que se repita, tão-somente aos insumos importados para a fabricação, em Manaus, de insumos industriais empregados na fabricação local de produtos finais. Tudo isso de conformidade com os projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa.

Vejo boa vontade no Relator Jucá. Reconheço o peso das pressões sobre S. Ex^a, representando as forças de interesses que se escondem atrás do preconceito para, no fundo, tentar impedir que uma área estratégica da periferia brasileira tenha o direito de se desenvolver industrial, tecnológica e economicamente.

Os fabricantes, estejam eles em Manaus ou em outro estado, ao calcularem o PIS/Pasep – ordinário e a Cofins – ordinária, deduzirão um crédito calculado em relação aos insumos que utilizarem na fabricação desses produtos finais.

Menciono, ademais, Sr. Presidente, em defesa da tese que esposou, que a suspensão das contribuições para o PIS/Pasep/Importação e Cofins/Importação, na hipótese restritiva de que cuida o parágrafo 1º do art. 14 do projeto de conversão, tão-somente:

- a) impede que os fabricantes de insumos industriais acumulem um crédito irrecuperável de PIS/Pasep/Importação e Cofins/Importação. Isso decorre do fato de que a exclusividade ou a maior parte dos insumos industriais, no Pólo de Manaus, estará isenta do PIS/Pasep – ordinário e da Cofins – ordinária, na hipótese de que trata o art. 5º da Lei nº 10.637, de 2002;
- b) assegura condições semelhantes de competitividade em relação aos insumos industriais fabricados em outras regiões do País e remetidos para processo de industrialização no Pólo Industrial de Manaus. E por que, Sr. Presidente? Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, a resposta é bem simples: porque as remessas de insumos de origem nacional para processamento industrial, em Manaus, estão isentas de PIS/Pasep – ordinário e PIS/Cofins – ordinário, conforme estatui a Lei nº 288/67, em seu art. 4º, inciso II, e parágrafo 1º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e da decisão liminar do Supremo Tribunal Federal na Adin nº 2.348/DF;
- c) propicia, Sr. Presidente, o adensamento da cadeia produtiva no Pólo Industrial de Manaus, com a recepção de novos investimentos nacionais e estrangeiros, absorção e geração de tecnologia, criação de empregos e redução de gastos com importação de insumos industriais;

- d) permite, Sr^{as} e Srs. Senadores, que os fabricantes de bens finais no Pólo de Manaus optem pela aquisição de insumos industrializados no local ou em outros pontos do Brasil.

Falo hoje, Sr. Presidente, ao expor ao Senado as razões contra o preconceito e a favor da Amazônia e do Brasil, muito mais genericamente como brasileiro que especificamente como representante do Amazonas. Falo como brasileiro, sim, porque o Pólo Industrial de Manaus pertence ao País, é patrimônio irreversível e fundamental para o desenvolvimento da Nação que tanto amamos.

Como brasileiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, afirmo que os incentivos fiscais ou certos mecanismos extra-fiscais, de forma alguma, deslocam para o Amazonas empreendimentos situados nas regiões mais desenvolvidas, aquelas do Centro-Sul, que são igualmente os principais centros de consumo. Não, Sr. Presidente! Não, Sr^{as} e Srs. Senadores! Não, mil vezes não!

Quem acompanha com lucidez e integridade intelectual a economia brasileira sabe que o Pólo Industrial de Manaus não se implantou por intermédio da transferência de empreendimentos de outros estados. Houve, isto sim, implantação originária.

Os registros históricos mostram, por exemplo, que a fabricação de telefones celulares, no Brasil, principiou pelo Pólo de Manaus, tendo havido, depois, a mudança dessas empresas para estados do Sul-Sudeste, por força, inclusive, de fortes e generosos incentivos fiscais federais e estaduais. Eis aí verdade indesmentível. Eis aí realidade incontestável. Eis aí fato irretorquível. Eis aí evidência que virou prova provada.

Lembro ainda, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o primeiro micro-computador do Brasil foi montado, em escala industrial, na minha cidade de Manaus. A violação, por legislação ordinária, do regime assegurado pelo art. 40 das Disposições Transitórias da Carta de 1988, é que provocou a saída da indústria desse setor para outros pontos. Ademais, durante o longo período da chamada "reserva de mercado na informática", nenhum fabricante estrangeiro se dispôs a fabricar, em Manaus, computador e outras máquinas de tratamento automático de informação, embora ali não se aplicassem as regras da chamada reserva de mercado para determinados bens e apesar dos incentivos regionais, entre os quais o de isenção do Imposto de Renda.

Falam em renúncia fiscal. Pois bem! O Amazonas, sozinho, recolhe 58% dos tributos federais de toda a região Norte.

Falam em renúncia fiscal. Pois sim! O Pólo Industrial de Manaus garante a intangibilidade da cobertura florestal do Amazonas. Sustenta a bandeira nacional, financiando o interior do estado. Gera mais de 300 mil empregos diretos e indiretos. Representa 95% da economia do meu estado.

Falam em renúncia fiscal como se esta tivesse sido inventada no Brasil e para o Amazonas; como se não existisse a guerra fiscal fratricida do jogo de soma zero, arruinando as perspectivas nacionais como um todo.

No Pólo de Manaus, hoje, agrega-se tanto valor industrial quanto no melhor de São Paulo.

O preconceito nos humilha, a nós amazônidas, e prejudica o Brasil.

Conto com a percuciência da Casa, no sentido de votar com o País, com a Amazônia e contra as falácias e os preconceitos que são, na verdade, biombos de interesses empresariais contrariados.

Confio no Senado, porque confio no futuro do meu povo e do meu País.

Sr. Presidente, insisto na tecla de que abordar a Amazônia significa abordar um tema de eminente interesse brasileiro, até porque de incontestável interesse planetário. Se os estrangeiros reconhecem o peso e o valor da região, é essencial que nós, quem sabe, partamos para o contra-estigma e definamos como retrógrada, como atrasada, como *arrière-pensée* e como superada a visão de que estaria eu, neste momento, usando uma tribuna nacional para cuidar de questões paroquiais. Não o estou fazendo. Estou falando de algo que interessa a Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul e a qualquer unidade da Federação, por se tratar, sem dúvida alguma, de termos ou não a opção de fazer um lançamento de um olhar estratégico sobre a região amazônica.

O Pólo Industrial de Manaus sofre preconceitos de pessoas que não o conhecem e que não o visitaram ou de segmentos empresariais com interesses contrários ao florescimento de um pólo industrial viçoso e vigoroso na minha região.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concluirei, Sr. Presidente, dizendo que elaborei um destaque para votação em separado, juntamente com os Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho. Neste momento, voltaremos a apelar ao Relator, Senador Romero Jucá, aos Líderes da Maioria nesta Casa e a cada Senador individualmente, para que, de uma vez por todas, percebam que não se pode trabalhar a falácia de se dizer que o beneficiamento do Amazonas significaria a perda industrial para o resto do País. Isso não é verdade.

A propósito, estou fazendo um discurso lido, com caráter técnico, para ser contestado tecnicamente, se for o caso, mas disposto a não tolerar mais a prevalência, a vitória do preconceito, da falta de conhecimento de causa e dessa atitude simples, como se defender o meu estado significasse estar na contramão do interesse nacional. Como se fosse lícito eu fazer isso, defendendo uma unidade rica do País chamado Brasil, que jamais será brilhante no seu futuro, se não encontrar uma forma lúcida e inteligente de se congraçar com o desenvolvimento da região amazônica.

Daqui a pouco volto à carga. Pelo momento, era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tentei, Senador Jefferson Péres, cingir-me a dados técnicos para, de uma vez por todas, colocarmos por terra preconceitos, estultices ditas contra o Pólo Industrial de Manaus. Estultices ditas e repetidas por pessoas que, certamente, têm interesses contrariados pelo florescimento de um parque industrial naquela região, ou até pelo desconhecimento, por boa-fé, de que ali se agrega valor econômico para valer, de que ali se faz, a partir do Instituto Genius e do Instituto Nokia se faz, talvez, o mais sério investimento no País em P e D.

Faço agora uma abordagem muito claramente política. O Pólo Industrial de Manaus é responsável pela soberania nacional naquela área, financia a presença de brasileiros nas fronteiras do meu, do seu estado. É até dispensável lembrarmos que o Amazonas é o estado que tem a menor cobertura florestal devastada, 2% apenas, em comparação com outros estados da região Norte. Falam muito em renúncia fiscal, estigmatizam isso como se a renúncia fiscal tivesse sido inventada no Brasil e para o

Amazonas. A renúncia fiscal é o escândalo da guerra fiscal que, ao longo das discussões sobre reforma tributária, aqui tentamos de certa forma coibir.

Lembro-me da França do Midi, da Itália do Mezzogiorno, do Tennessee Valley, nos Estados Unidos. Ou seja, incentivos fiscais são dados, quando o Governo imagina que uma região estratégica precisa de algo mais para vencer suas dificuldades locais ou para atender a interesses nacionais, que explicariam, portanto, a concessão dos incentivos.

No Amazonas foi assim. Há o aspecto tecnológico, da soberania, do emprego, há a dependência do Estado do Amazonas de 93% dos efeitos diretos e indiretos da Zona Franca de Manaus. Mais ainda, Senador João Tenório: falam em renúncia fiscal. Essa falácia está caindo, porque, em mais um ano ou dois, o Pólo Industrial de Manaus exportará tanto quanto importará e, portanto, não causará mais o menor dano – ele que dá tantos lucros ao País – à balança comercial brasileira como um todo. Ele está progredindo mais do que qualquer outro segmento no Brasil no caminho das exportações e no caminho do equilíbrio para chegar ao objetivo do superávit.

Mais ainda: paraíso fiscal. O Amazonas, ano passado, recolheu sozinho 58% dos tributos federais da região Norte; 42% foram estados como o do Senador Duciomar Costa – Pará –, Acre, Rondônia e Roraima juntos. O Amazonas, sozinho, recolheu 58% dos tributos federais da região Norte. O Amazonas joga, a título de tributos, muito mais do que recebe de investimentos do Governo Federal, há muito tempo, no seu território.

Gostaria de dizer, porque, Senador Jefferson Péres, vi grassar – e vou voltar ao tema exaustivamente ao longo do dia de hoje – uma certa jurisprudência na Casa do tipo: puxa, tem uma coisa da sua terra, gostaria muito de lhe atender, mas aquilo ali prejudica o País como um todo. Aquilo ali é muito grave.

E as pessoas sem saber exatamente adentrar na seara técnica e, quem sabe, obscurecendo esses aspectos políticos importantes e relevantes que estou aqui tentando elaborar para a Casa, na modéstia da minha fala.

Gostaria de dizer que a Bahia do Senador César Borges perderia, mas o acordo feito em torno da informática ressalva seu estado. Poder-se-ia dizer que o estado do Governador de São Paulo,

Geraldo Alckmin, um dos líderes mais expressivos do meu partido, perde alguma coisa. Não sei se perde muito, porque a maioria das empresas do Pólo Industrial de Manaus provém de São Paulo, ou seja, a indústria paulista tem sempre uma perna no Pólo Industrial de Manaus.

A Alagoas do Senador João Tenório e da Senadora Heloísa Helena não perde, assim como o Paraná do Senador Alvaro Dias, o Ceará do Senador Tasso Jereissati, o Piauí dos Senadores Heráclito Fortes e Mão Santa, o Pará do Senador Duciomar Costa. Ou seja, cria-se um quadro de estigma. De repente, parece pecaminoso defender o Pólo Industrial de Manaus.

Certa vez, fui homenageado por um grande jornal brasileiro, que classificava no seu editorial praticamente como uma imoralidade a idéia da defesa do Pólo Industrial de Manaus e ressaltava: "Inclusive o deputado fulano de tal", referindo-se a mim e me prestando uma homenagem, ou seja, dando a entender que "uma pessoa que consideramos séria como o deputado" está envolvida nisso.

Ao contrário de ter pejo, sinto-me muito orgulhoso de dizer que represento este interesse, o interesse do povo do meu estado. Represento, portanto, claramente, a idéia de que temos que romper com o brutal provincianismo que assola o País quando se trata do Pólo Industrial de Manaus. As pessoas pelo País inteiro adoram a Amazônia, o Amazonas, a natureza protegida, e, ao mesmo tempo, são preconceituosos em relação ao principal motor que garante essa situação.

A biotecnologia tem sido financiada pela Suframa. O desenvolvimento no interior da Amazônia Ocidental mais o Amapá tem sido financiado por preços públicos, depositados na conta da Suframa e pelo Governo Federal, em investimentos naquela região.

É muita falácia. Por outro lado, estamos vendo o avanço do preconceito, um preconceito muito grande, e parece que se amplia a idéia de que ali se trabalha contra o País.

O Senador Romero Jucá, cuja boa vontade gostaria de proclamar e proclamarei mais vezes hoje, sei das pressões que sofreu, disse-me inclusive, de maneira bem franca, que havia uma alternativa: fazer essa mudança, que seria uma tentativa de meio termo. A outra alternativa seria S. Ex^a se manter ao lado da bancada do Amazonas e nós sermos derrotados no voto aqui.

Compreendo perfeitamente, sei que S. Ex^a agiu como um amazônida de valor. Estamos diante de uma cadeia de preconceitos. O que nós pedimos, Senadora Heloísa Helena, é bem simples: que se facilitem os caminhos para a implantação, para valer, da indústria de componentes ligada ao que se produz no Pólo Industrial de Manaus, mais nada.

A balela é que querem levar tudo para o Amazonas. Nem cabe tudo no Amazonas. O Amazonas é grande, mas Manaus é uma cidade pequena, com onze mil quilômetros quadrados – não cabe tudo em Manaus.

O que queremos apenas, em defesa do Brasil, é adensar a cadeia produtiva do Brasil, é adensarmos a cadeia produtiva, agregando mais valor, e, assim, ensejar meios para a competitividade da região, a competitividade sistêmica do Pólo Industrial de Manaus. Pretendemos avançar, portanto, no projeto exportador. É justo, se lá se fabricam televisores, que os componentes dos televisores sejam fabricados lá também para reduzir custos, e, assim, se tornar possível enfrentar a concorrência dos tigres asiáticos. A impressão que fica é que queremos simplesmente arrasar – como se pudéssemos – com as possibilidades de toda a indústria nacional. Ainda há pouco – e cortei o meu raciocínio talvez até por ser um tema que mexe emocionalmente comigo –, dizia que as pessoas condenam e não percebem que nada há de mais provinciano neste País do que alguém de outra região imaginar que estou aqui tratando de tema paroquial. Poderia aqui estar usando do meu tempo, democraticamente, Senador César Borges, para homenagear a minha primeira professora primária, a D^a Romélia, poderia; seria paroquialismo, sim, embora ela mereça de mim todo o carinho. Mas não estou falando da minha professora primária, não estou falando do juiz de direito que fez aniversário ontem e foi homenageado com um lauto almoço pela Ordem dos Advogados do Brasil, não estou falando isso. Estou dizendo que é brasileiro o interesse sobre a Amazônia. Do contrário, o Brasil não terá o futuro brilhante que todos almejamos. O interesse sobre a Amazônia é planetário. Bolsistas na França, que é apenas uma potência intermediária hoje, recebem dois mil, dois mil e quinhentos dólares por mês para estudar a Amazônia. E vemos o quadro de penúria em que está a pesquisa neste País. Aqui se tem preconceito quanto à região, lá eles valorizam muito, eles sabem da importância planetária da região. Nós que temos a obrigação de ser

responsáveis em relação à Amazônia, desenvolvendo-a para evitar que venham a questionar a legitimidade da posse brasileira sobre ela, não podemos nunca transformá-la num deserto, não podemos nunca matar a galinha dos ovos de ouro para o Brasil e não podemos jamais dar pretexto para que digam que estamos tratando mal uma região que mexe com o clima do mundo.

Temos que passar para a cabeça de catarinenses, de pernambucanos, de gaúchos, de baianos, que é nacional o tema que estou abordando, e que esse tema deveria ser defendido não só por mim, mas por todos os senadores, numa efetiva compreensão da importância do Pólo Industrial de Manaus para que o Brasil possa se projetar, rumo ao seu futuro.

Portanto, Sr. Presidente, volto ao tema, agradecendo a tolerância, que já é uma demonstração da compreensão de V. Ex^a, que é da região Norte. Sei da sua visão nacional, lúcida, mas volto a dizer, quando encerro esta primeiríssima etapa – vou falar mais de vinte vezes hoje sobre isso –, Senador César Borges, que chega a ser cafona não entender de Amazônia; chega a ser, para usar a linguagem de coluna social, Senador Jefferson Péres, *out*, não entender a importância da Amazônia; é de ultimo, é de quinta não entender a importância da região amazônica; não entender que o Brasil sem a Amazônia é o Chile mais gordinho um pouco; o Brasil sem Amazônia é um País com viabilidade, sim, mas um País medíocre do ponto de vista de futuro, se projetarmos o Brasil para todo o sempre e não para os próximos dez anos, para os próximos cinco anos ou até para os próximos cinquenta anos.

Se pensamos num Brasil perene, temos que imaginar a Amazônia desenvolvida com racionalidade científica, com apego à experiência empírica dos nossos caboclos, dos nossos índios, com a perspectiva do investimento maciço na região, ou seja, a Amazônia, longe de ser um tema paroquial, é um tema nacional, até porque é de interesse planetário; os estrangeiros perceberam isso antes de nós. Não sou xenófobo, não estou aqui vendo fantasmas, não estou aqui vendo internacionalização, não estou aqui nessa linha, não é essa a minha linha. Estou apenas dizendo que percebo um País alienado, quando se trata de Amazônia, apenas tento demonstrar que não cometo nenhum crime quando digo que era melhor se o relatório da Cofins contemplasse plenamente a possibilidade de instalarmos um pólo de componentes afim com as indústrias do Pólo Industrial

de Manaus. Seria bom para o Amazonas? Evidentemente. Seria bom para o Brasil? Sem dúvida alguma. Seria bom para o nosso País como um todo nos seus projetos estratégicos de longo prazo? Sem dúvida alguma. Ou seja, não há nenhum delito. Nós temos de descriminalizar essa história de que aqui estamos em *lobbies*. *Lobby* de coisa alguma, não participo de *lobby* algum e não vejo como possa a minha voz se calar nesta hora. Nem como possam se calar as vozes dos Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho. Eu queria que a essas vozes se juntassem outras setenta e oito, que tivessem a compreensão clara de que não tem nada mais relevante nessa quadra do que termos uma visão nítida sobre a região que é talvez a última fronteira de desenvolvimento deste País, região que tem um peso enorme para o futuro com os minérios que encerra, com a reserva hídrica que é, com a cobertura florestal fantástica, com a possibilidade dos fármacos, do gás natural e do petróleo, ou seja, uma região que é própria para o ecoturismo e que tem um pólo industrial que não polui, que é verde, que paga impostos, sim, e que tem sido estigmatizado, quase que liminarmente, de uma maneira simplista e muito pouco inteligente. Tudo o que se fala para defender o Pólo Industrial de Manaus é visto por certos setores da economia como se fosse uma tentativa de prejudicar o País.

Chamo a atenção do País para que a cegueira não turve o seu futuro. O Brasil tem tudo para ser brilhante e pode ser medíocre se continuar imaginando que é possível dividir em dois os interesses: os da Amazônia – interesses menores, que sempre devem ser menos-prezados, minimizados – e interesses outros, esses, sim, nobres, não-lobistas, legítimos e merecedores da atenção da Nação.

Dividi meu pronunciamento em duas etapas. Na primeira, falei tecnicamente e com muito cuidado. Na segunda, faço este desabafo político.

A Amazônia não é de interesse dos amazonenses, dos amazônidas. E deveria ser de interesse de todos os brasileiros lúcidos, que pensem, para valer e com ambição legítima, em um futuro justo para a sociedade e para o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão do Senado do dia 28 de abril de 2004.

Manaus pede planejamento estratégico para o sistema energético

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cidade de Manaus e com ela o Parque Fabril, da chamada Zona Franca, estão sob ameaça de um “apagão”, por ser extremamente crítico o abastecimento de energia elétrica na região. A tendência é de agravamento da situação, com aumento da demanda.

A capital do meu Estado ainda conserva na lembrança os efeitos do drástico racionamento de energia no ano de 1997. De lá para cá, pouco ou quase nada foi feito, a não ser uma portaria da Ministra Dilma Rouseff, de um ano atrás, que apenas serve para reconhecer a gravidade da situação. Essa única ação do Ministério das Minas e Energia diante de problema de tamanha gravidade à economia do Amazonas e, por conseqüência, do Brasil, por afetar as operações do Parque Industrial de Manaus, essa única ação, insisto, é mais um paliativo bem característico dos procedimentos do atual Governo. É muita improvisação.

No Ministério das Minas e Energia, na Eletronorte, na Manaus Energia, na Aneel, não há qualquer indício de estudo ou planejamento mais sério que possa solucionar o impasse e afastar o risco do “apagão” na região de Manaus.

O mercado energético da cidade de Manaus é abastecido com energia gerada por um sistema hidrotérmico, isolado do sistema elétrico nacional.

A Manaus Energia S.A., uma subsidiária da Eletronorte, portanto, do Governo Federal, é a responsável pelo abastecimento de energia às residências, ao comércio, inclusive aos industriais que atuam na Zona Franca de Manaus. A Manaus Energia produz 39% da

energia necessária ao abastecimento da capital e mantém contratos com produtores independentes, que fornecem os 61% restantes, por meio de usinas termelétricas instaladas em Manaus.

Vou, evidentemente, com muita habitualidade, a Manaus e ao meu Estado, Amazonas, e o que mais ouço quando ali me encontro são manifestações sérias de pessoas e empresas idôneas, preocupadas, diante de um colapso energético, que parece iminente. Portanto, devo advertir, neste plenário, dirigindo-me ao Ministério das Minas e Energia que o "apagão" em Manaus ameaça acontecer brevemente, a menos que algo mais consistente venha a ser feito.

A responsabilidade é, principalmente, do Governo Federal. Desde o ano passado, o Ministério e a Manaus Energia vêm adotando soluções paliativas, com a transferência de pequenas unidades geradoras, contratadas pela Comercializadora de Energia Emergencial (CBEE). Essas pequenas unidades são instaladas inadequadamente em bairros populosos. Agora, pelo que estou informado, a CBEE negocia a transferência, do Rio de Janeiro para Manaus, de mais alguns desses geradores, na tentativa de cobrir o crescimento da demanda que ocorre sempre no segundo semestre de cada ano, com a elevação da temperatura.

A situação preocupa, e muito. Tanto é que, diante da inércia do Governo Lula também nesse setor, setores responsáveis do Amazonas se adiantam e realizam estudos aprofundados em torno do problema. Uma dessas análises vem sendo feita pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o CREA do Amazonas. Esse estudo revela que a Manaus Energia espera concluir, até janeiro de 2005, a contratação de produtores independentes e acha que isso basta, é suficiente.

Naquele mês, ainda segundo a análise técnica do Crea, a Manaus Energia, apesar da crise energética, trocará 230 megawatts, a atual capacidade geradora, por 150 a 175 megawatts de produtores a serem contratados. Isso é um fato muito grave.

Numa cidade em que o abastecimento se mostra insuficiente, reduzir a capacidade geradora é preocupante. Não dá para entender. Além disso, a Manaus Energia estará trocando uma geração de energia que já se encontra instalada e consolidada operativamente por outras unidades, o que implicará, certamente, a degradação da confiabilidade do sistema, passando-se desnecessariamente por um

novo período de maturação de todas as instalações, com todos os inconvenientes associados ao processo.

O Crea, a esse propósito, adverte que ao adotar esse critério de substituição de geradores coloca em risco a continuidade, a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia aos consumidores de Manaus.

E não é apenas o Crea o único preocupado. Leio na imprensa do Amazonas que ontem foi concedida liminar, impetrada pelo Ministério Público estadual, respondendo à licitação em curso pela Manaus Energia.

Em todo esse quadro caótico de abastecimento de energia elétrica em Manaus, há um outro pormenor sobre o qual devo chamar a atenção: a Manaus Energia, nessa licitação, dá liberdade de escolha dos locais de instalação das usinas, a tecnologia, o combustível fóssil a ser usado e a configuração de cada unidade.

Esse é um dado relevante, quando se sabe que o Amazonas é rico em gás natural, nas reservas de Urucum, cuja futura utilização se torna inviável, dada a pulverização de locais de instalação das usinas.

Portanto, a falta de um planejamento estratégico – que parece não figurar nas intenções da Eletronorte ou da Manaus Energia – é prejudicial à economia do Amazonas. A viabilização do gás natural de Urucum, asseguram os técnicos e estudiosos, possibilitaria o desenvolvimento de novas atividades econômicas, o incremento das existentes e a geração intensa de empregos. Todos sabemos que o gás natural usado como matéria-prima para geração de energia elétrica permite, além de outros benefícios, um menor custo de operação e nada de poluição.

Ao mencionar poluição, lembro-me de frase usada recentemente neste Plenário pelo Líder José Agripino, ao se referir ao problema de abastecimento de água na região de Mossoró, prejudicado pelas numerosas perfurações de poços, formando um grande paliteiro.

No Amazonas, estamos na iminência de algo assemelhado: um paliteiro de pequenas unidades termoelétricas em bairros de Manaus, que acabam, além de outros incômodos, poluindo a atmosfera numa área residencial. O emprego do gás natural, ao contrário, não polui; é matéria-prima abundante e barata.

Dessa forma, pode-se constatar que a colocação dessas unidades geradoras de pequeno porte para o suprimento a Manaus,

através de contratos de longo prazo (20 anos), além de não se constituírem em solução estrutural para o atendimento à capital do nosso Estado, inviabiliza a introdução do gás natural na nossa matriz energética.

Sr. Presidente, espero que a cidade de Manaus não tenha que ser submetida a um "apagão" e que os novos contratos não prejudiquem o abastecimento de energia numa região hoje vital para o desenvolvimento regional e nacional.

Em anexo, peço que seja incluída nos *Anais* da Casa nota técnica a respeito do grave assunto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, a respeito desse primeiro tema.

Exportação e Agropecuária

Tenho evidentemente que comentar, numa segunda instância, o chamado crescimento da economia brasileira, para fazermos uma análise isenta e honesta. Tomo hoje uma manchete primorosa do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro. A manchete explica tudo; com 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 palavras, a manchete explica tudo. É primorosa. Ela diz: "Exportação e agropecuária puxam economia ameaçada pela inflação".

Ou seja, a preocupação com a inflação é uma verdade. Ela tem sido condicionante do baixo nível de crescimento da nossa economia, ao longo dos último anos.

Diz *Jornal do Brasil*: "Exportação e agropecuária puxam economia..."

A exportação oferece um desempenho que vem dos tempos da paridade cambial, quando se possibilitou a empresários comprarem máquinas, equipamentos, insumos, tecnologias que hoje impulsionam o processo exportador. Nada a ver com câmbio. A virada definitiva das exportações foi dada em 2002, quando o câmbio era ainda de 2.2. Não foi preciso nenhum câmbio privilegiado, não; nem qualquer sobredesvalorização do real. Com câmbio de 2.2, foi possível dar a virada e se começar a ter a economia superavitária do ponto de vista da sua balança comercial.

Claro que, quanto mais arrocho sobre o mercado consumidor interno, mais se vai ter a idéia de superávit maior na economia. E temos que nos preparar para o fato de que, com a economia crescendo

um pouco, é evidente que cresce também a importação. E crescendo a importação, diminui o superávit da balança comercial. Da mesma forma, temos uma dependência muito grande do preço privilegiado das *commodities* brasileiras que hoje, puxadas pela China, estão em situação bastante favorável – e isso não dura para sempre.

O fato é que a agropecuária crescerá menos este ano do que no ano passado; produziremos menos grãos este ano do que no ano passado. Houve alguns incidentes de percurso e o fato é esse. Continua significativa, importante, progressista, avançando, mas menos grãos do que no ano passado é a previsão que se faz para 2004.

A exportação ainda responde por uma participação muito pequena no comércio internacional, mas é o grande motor da economia brasileira. Ou seja, quando se vai ver o que sobrou para o mercado interno, percebe-se que sobrou pouco. Se o Brasil crescer este ano 3%, ele crescerá talvez no máximo 0.8% de mercado interno. O resto se deverá a outros fatores: além da inércia, outros fatores.

Concedo o aparte ao Senador José Jorge. Concluo o raciocínio dizendo que o Governo precisa aprender a se moderar nas suas euforias primárias. Quando ele diz "crescimento de 3% ou de 3,5%", ele assume um compromisso drástico. Se anualizarmos a situação atual da economia brasileira, vamos ver que se zerou. Ano passado foi 0.2% a menos; este ano 0%. Se anualizarmos doze meses para trás, zerou. Não houve nenhum crescimento: nem positivo nem negativo.

Se olharmos a perspectiva que se vem delineando desde o final do ano passado, veremos que existe, sim, um crescimento com possibilidades entre 3 e 3 e pouco por cento e que não é crescimento, mas é reposição cíclica. É o fato de que a base de comparação é tão deprimida que dá a idéia através da mídia que, numa mera reposição, se está crescendo.

Dou o exemplo da Argentina. Em dois anos, perdeu entre 18 e 20% do PIB. Aí anunciaram: "A Argentina cresce 8%". É como se V. Ex^a, Senador José Jorge, tivesse R\$200,00 no bolso; perdeu R\$120,00 e ficou com R\$80,00. Depois, cresce R\$20 e diz que cresceu "x" por cento. Coisa nenhuma! Está meramente buscando voltar aos R\$200,00 anteriores, que era o seu capital. Isso sem falar no que poderia ter sido acrescentado à economia brasileira ou Argentina, se não tivesse havido o menos 0,2% aqui e o menos 20% em dois anos lá.

Outro dado é que não se vê sinal de sustentabilidade. A pressão sobre a inflação está muito clara. Não se vê sinal de sustentabilidade. Por quê? Porque não temos um ambiente microeconômico correto para que a economia cresça; não há medidas legais aprovadas por este Governo, que atravanca a pauta com mil medidas provisórias, deixando para as calendas e para segundo plano as matérias que, de fato, criariam confiança no investidor.

Além disso, há, sim, um risco Lula. Ele diz que vai manter determinada política econômica até o final, mas não se sabe se isso é crença ou se é aposta. Se for crença, muito bem, parabéns para ele. Se for aposta, significa dizer que um eventual resultado nas eleições que seja deletério para o Governo poderá fazê-lo mudar de opinião.

Isso tudo faz com que cobrem sempre mais para investir no Brasil, sabendo que há um risco, que é o risco da imprevisibilidade de um Governo marcado pelo populismo.

Outro dado essencial é que a máquina administrativa, que seria responsável por algum crescimento econômico, ela não anda. Ela não anda, pura e simplesmente, não anda. E o Governo vai marcando passo, e agora vivendo dessa ilusão, dessa reposição cíclica, que ele tenta transformar, na cabeça do povo, em idéia de crescimento.

Por que as pessoas percebem que não é crescimento econômico? Porque não há vizinho algum sendo empregado. Porque o desemprego só aumenta. Porque não há reflexo do emprego. Porque a renda da população brasileira, a renda das famílias está deprimida. A capacidade de consumir do nosso povo está baixa. Então, não temos como passar uma sensação real de crescimento econômico, até porque não há crescimento econômico real. O que há é mera corrida atrás de um prejuízo estupidamente acumulado pelo Governo no ano mais privilegiado que teve, com capitais internacionais zanzando, dando sopa por aí. A fatura de capitais internacionais em 2003 abriu uma perspectiva de crescimento absolutamente fantástica para o Brasil.

E, em 2004, nós estamos vendo as marchas e contramarchas de um Governo que, sobretudo, se enrola nas suas próprias teias da desarticulação política, da incapacidade administrativa, dos escândalos que se sucedem a cada momento.

Companheiros meus assim diziam: "Ah, não cresce este ano".

Eu digo: "Não vamos confundir as coisas. Cresce estatisticamente sim; cresce 3%, 2,8%, 3,6%".

Cresce estatisticamente. Isso não se reflete na vida das pessoas, por ser mera reposição de algo que deveria ter sido e não foi. Se sou realista com os meus companheiros e digo a eles que é para vermos de frente uma realidade que é de crescimento estatístico da economia, sim; eu digo o mesmo para os adversários com lealdade.

O Presidente Lula não pode imaginar que está vivendo o melhor dos mundos. Vamos comparar com o mundo. E o mundo crescerá muito mais do que o Brasil este ano, ou seja, o Brasil, na hora da reposição do Mundo, o Brasil repõe menos do que o mundo no seu conjunto – prova de que não foi competente a sua forma de administrar o País.

E também digo: Presidente, não se iluda. Não deixe ninguém iludir Vossa Excelência nem se iluda com essa tolice de crescimento econômico. Seu grande teste será no ano de 2005 e no ano de 2006. E dou só um exemplo: o Brasil terá que crescer perto de 4% nos trimestres restantes, perto de 4% em cada um dos trimestres, para chegar aos três e meio por cento. Ou seja, cada vez a base de comparação vai ser menos deprimida, cada vez a base de comparação vai ser mais dura.

Dou um exemplo bem grosseiro, bem rude. Se o Brasil tivesse perdido, ano passado, 3% de PIB, este ano iriam refletir estatisticamente um crescimento fantástico da economia, que no fundo, no fundo, iria repor a economia nos seus trilhos medíocres de antes e de sempre, porque entraves obstaculizam um crescimento mais consistente da economia brasileira. Aqui temos matérias importantes que poderiam impulsionar o crescimento, sim, como por exemplo, a Lei de Falências. E o Governo fica trocando a urgência da Lei de Falências por medidas provisórias em profusão, para satisfazer o Presidente Lula.

Aqui temos a matéria da parceria público privada. Tenho sérias desconfiâncias de que a parceria público privada como está inscrita agride a Lei de Responsabilidade Fiscal. Será uma bomba de efeito retardado no colo do sucessor do Presidente Lula.

Temos matérias bastantes polêmicas...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite V.Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois, não, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de me congratular com V. Ex^a e dizer que hoje vou, talvez, cometer um pecado. Ontem eu estava criticando o empresário, Mauro Dutra, da Ágora, porque ele estava colocando três chapéus ao mesmo tempo: o de empresário, dono da Novadata, sócio, presidente de uma ONG que tem relações com o Governo e, ao mesmo tempo, político militante do PT. Ficava muito difícil alguém não misturar essas funções. Hoje vou vestir três chapéus também: em primeiro lugar, como ex-Ministro de Minas e Energia, solidarizo-me com V. Ex^a com a questão da energia de Manaus. A solução já foi encontrada, agora temos que efetivar a chegada do gás natural a Manaus o mais rápido possível, porque Manaus não está interligada ao sistema nacional e utiliza óleo de combustível, óleo diesel, que tem alto custo e alto grau de poluição. Em segundo lugar, como ex-professor de estatística, ou ainda professor de estatística, quero dizer que V. Ex^a tem absoluta razão. Na realidade, esse crescimento é medíocre. Além de pequeno, é feito sobre uma base menor ainda. Por isso é medíocre e temos não que nos alegrar com ele, mas lamentar que não seja maior. Em terceiro lugar, como Senador, lamento que a base do Governo não esteja presente aqui na Casa, como tem acontecido normalmente nas sextas-feiras.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nem para comemorar, se é que isso teve crescimento.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Exatamente. Quando saí de casa hoje, eu esperava ver o plenário lotado de senadores da base do Governo, principalmente do PT, mas infelizmente só nosso Presidente está aqui – S. Ex^a está na sessão desde o início – e, como Presidente, não pode se pronunciar. Então, lamento mais uma vez, porque é muito importante o debate aqui, e para tanto tem que estar presente a Oposição e também o Governo. O Senador Heráclito Fortes gosta muito de cobrar a presença do Governo aqui, do PT principalmente. S. Ex^a não está presente, então estou vestindo também esse chapéu dele e cobrando a presença do PT aqui, nestas nossas sessões da sexta-feira, porque elas são muito importantes para esclarecer o

Brasil, que acompanha pela TV Senado, pelo noticiário da mídia. Não queremos fazer monólogo, queremos fazer um diálogo em que o Governo também possa colocar seus argumentos. Meus parabéns a V. Ex^a, inclusive por estar sempre presente aqui no Senado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador José Jorge, V. Ex^a tem sido um companheiro de oposição tão leal e tão correto quanto foi como companheiro de Governo, competente e talentoso. E V. Ex^a diz, com o talento do manchetista do *Jornal do Brasil* de hoje, o que gostaria muito de poder expressar, para ficar bem claro, ou seja, não tem crescimento algum. Se ano passado a queda do PIB tivesse sido maior, a ilusão de crescimento seria maior ainda, porque estaríamos crescendo em cima de uma base mais deprimida do que a que serviu de comparação. Do trimestre passado para este, o crescimento foi de 1.6%. É melhor do que nada. Em relação ao trimestre equivalente a este no ano passado, o crescimento foi de 2.7%. Tudo isso representa menos do que o conjunto da economia mundial; tudo isso é menos do que a possibilidade brasileira; tudo isso se envolve num clima em que o investimento estrangeiro direto tem diminuído, ficado mais raro; tudo isso num clima em que percebemos claramente, por parte dos investidores, a maior desconfiança em relação à política externa e microeconômica, em relação à visão do Governo sobre agências reguladoras, em relação até à capacidade do Governo de domar o País. O Governo transformou em crise aquilo que foi uma bela manifestação de solidariedade a ele, quando o Presidente foi agredido pelo jornalista Larry Rohter. Transformou em crise no dia seguinte, exibindo uma face autoritária e atoleimada, que, pedindo a expulsão do jornalista, se revelou.

É lamentável que hoje não estejamos fazendo com os líderes e os parlamentares da base do Governo um debate sobre economia. É terrível falarmos só nós, ou seja, falamos e fica por isso. De fato, o debate é melhor do que o monólogo. E aqui estamos a monologar, V. Ex^a e eu falamos a mesma linguagem.

Mas o grande fato é que os desafios estão postos. O Presidente volta da China e encontra 13,1% de desemprego na população economicamente ativa do País; volta e encontra um quadro de crise na construção civil do País; volta e encontra uma base absolutamente desarticulada e tentando não votar esses mesquinhos R\$260,00, que são a proposta do Governo Federal; volta e encontra o mesmo clima

de emprego para cá, cargo para acolá, essa coisa medíocre que faz da nossa política um deserto de idéias – infelizmente, temos que dizer que se transforma num deserto de idéias mesmo –, e nós aqui, cumprindo com o nosso dever. Alguém pode dizer: puxa, Arthur, mas é melhor do que nada essa reposição cíclica. Sim, é melhor do que nada. Todavia, advirto o Governo de que, se não tomar algumas medidas já, agora, para efeito este ano, poderá não realizar sequer a reposição cíclica de 3%, poderá até não obter isso. Tem que tomar atitudes urgentes, sinalizar claramente para o investidor que não há risco nenhum porque, neste País, temos uma tradição muito grave que começa com uma certa elite empresarial acostumada a risco zero, a não perder nunca nos negócios que faz. A viúva sempre – leia-se a Nação – sempre paga pelo prejuízo deles.

O Brasil, hoje, vive um problema de risco contratual grande, os empresários não sabem – os que querem investir para valer em condições de competição, diferentemente dessa turma do cartório que denunciei no primeiro item – se as regras não vão ser mudadas a qualquer momento, ao sabor das injunções políticas, das pressões eleitorais, das pressões e das contrapressões que passam pela cabeça confusa de quem dirige este País. Então, esse risco contratual é brutalmente nocivo ao ambiente de investimento que se cria no País.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e chamo a atenção para o fato de que o debate da economia deve ser feito. Por isso, vamos continuar atentos ao dia-a-dia do Governo. Vamos ver como vai ficar o salário mínimo. Vamos ver como vai ficar a resposta às crises éticas que têm assolado este Governo. Tomara que não tenhamos nenhuma surpresa neste fim de semana. Tomara que fique só nesses quatro itens; o pessoal da saúde, que fique nessa coisa de Santo André. O Santo está sendo desmoralizado. Como morre gente em torno desse Santo! É impressionante! Geralmente santo faz milagre – eu sempre repito isso da tribuna –, mas em Santo André, se se meter com ele, parece que morre; se se meter com ele, dá uma confusão danada. Não querem que isso seja investigado a fundo.

Temos outra coisa grave, Waldomiro. Ele e toda aquela turma que, na Casa Civil, vai-se envolvendo em confusão a cada momento, e temos ainda esse caso Ágora. Ou seja, temos um dia-a-dia de problemas com a ética, temos um dia-a-dia de inércia administrativa, temos um dia-a-dia de falta de lucidez microeconômica e

temos um dia-a-dia de política macroeconômica, a meu ver correta nas suas linhas gerais, mas se equivoca quando peca por falta de intensidade e por falta de pressa, podendo ela ter mais intensidade e mais pressa na hora do rebaixamento de juros.

Além disso, temos um Presidente que confunde as bolas. Eu não sei se ele está pensando em trocar a China pelos Estados Unidos. Se estiver pensando isso, é uma loucura arrematada. Ele pode pensar em abrir espaço para a China, mas não pode pensar em trocar o eixo, porque esse terceiro mundismo não fará bem ao Brasil nem ao crescimento econômico do Governo Lula, ao longo do tempo que lhe resta de Governo.

Essa é uma colaboração que dou de maneira tranqüila para o Plenário, que conta apenas com a presença da Oposição. Deveria ter mais gente do Governo, sim, seria tão mais agradável, seria tão mais útil. Mas, ainda assim, sabemos que falamos para o Brasil e o Brasil nos ouve e, portanto, o Governo vai nos ouvir também, vai saber que tem uma opção muito nítida pela frente: é ser lúcido ou perder a oportunidade histórica que lhe deram 53 milhões de eleitores, a maioria dos quais já desiludidos, eleitores que consagraram de maneira brilhante o Presidente Lula na recente campanha eleitoral.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão do Senado do dia 28 de maio de 2004.

Cai no Japão patente do Cupuaçu. A vigilância precisa continuar

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, na semana passada, uma boa notícia: a Justiça japonesa negou à Ashai Foods o pedido que essa poderosa empresa fizera para patentear o cupuaçu, fruta amazônica, muito nossa. A vitória se deveu a esforços da Embrapa, que já é detentora da patente do chamado chocolate de cupuaçu.

O fato é auspicioso, mas ainda não permite que o Brasil cruze os braços diante da ação de empresas, como essa do Japão, que insistem na prática da biopirataria.

Leio, Senhor Presidente, a reportagem que o *Jornal do Comércio*, de São Paulo, publica, em sua edição de 16 de fevereiro último, mostrando um pouco dessa ação nociva dos piratas do século 21, que tentam passar por cima da ética.

A reportagem, reproduzida também no *Lux Jornal*, é publicada com o título “De suor de sapo a bibiri, tudo é aproveitado”. Requeiro que sua íntegra passe a fazer parte deste pronunciamento e, assim, seja inserida nos Anais do Senado da República. É a seguinte:

(anexo)

Era o que tinha a dizer.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão do Senado do dia 2 de março de 2004.

A boa alternativa para habitação popular no AM: casas de madeira do INPA

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, uma casa de madeira, de boa madeira, por R\$12 mil, pode ser uma ótima alternativa de residência popular para as populações de classe pobre e até de classe média.

O protótipo foi idealizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA – e foi descrito em reportagem do jornal *Amazonas em Tempo*, edição do dia 5 de outubro corrente.

Li a reportagem e convenci-me de que essa é uma idéia prática e razoável, que o próprio jornal sugere como boa opção para o grave problema da falta de habitações destinadas às populações menos favorecidas. E menciona o Bairro Nova Cidade, na Zona Leste de Manaus, onde recentemente o vento provocou estragos em muitas das casas populares ali existentes, todas cobertas com telhados de amianto.

O pesquisador Jadir Rocha, do INPA, diz, na matéria do *Amazonas em Tempo*, que a casa projetada pelo instituto é resistente, térmica e de visual atraente. Ele lembrou que países de Primeiro Mundo, como os Estados Unidos, adotam um tipo parecido de habitação, feita com madeira e oferecendo conforto aos seus moradores.

A casa do INPA, como acrescenta o pesquisador, é ideal para o clima tropical úmido, como o de Manaus. Além de tudo, nota ainda, a matéria-prima é abundante na Amazônia, onde há mais de quatro mil espécies arbóreas e já funcionam ali empresas madeireiras que desenvolvem o manejo sustentável da floresta, sem agredir a natureza. Todas essas empresas oferecem seus produtos com selo de qualidade e exportam a madeira trabalhada para outros estados.

O protótipo do INPA já comprovou qualidade e durabilidade. Há 10 anos, uma delas foi erguida em terreno do instituto e até hoje está em perfeito estado de conservação.

Aplaudo a iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e concordo com a tese do seu pesquisador, Jadir Rocha, para quem o que está faltando é apenas uma parceria com o Governo para futuros projetos de habitação popular.

Era o que tinha a dizer.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão do Senado do dia 24 de outubro de 2004.

Sinalização no rio Madeira, pioneira no Brasil, melhora a navegação fluvial

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, apraz-me comunicar à Mesa que estou formalizando requerimento de informações, solicitando ao Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, informações acerca da implantação de projeto pioneiro na área de navegação fluvial no Brasil.

Seria dispensável mencionar aqui a importância desse projeto para os moradores da Amazônia, em especial as populações fixadas ao longo desse que é um dos mais importantes rios da bacia amazônica.

A bacia amazônica, como se sabe, é a maior bacia hidrográfica do mundo, com uma drenagem de 5,8 milhões de quilômetros quadrados, sendo 3,9 milhões no Brasil. As nascentes de seus formadores encontram-se na Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. No Brasil, abrange os Estados do Amazonas, Pará, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia e Mato Grosso. Como é atravessado pela linha do Equador, o rio Amazonas apresenta afluentes nos dois hemisférios do planeta. Entre os principais afluentes da margem esquerda encontram-se o Madeira, o Japurá, o Negro e o Trombetas; na margem direita, o Juruá, o Purus, o Xingu e o Tapajós.

A sinalização prevista, pelo que esperamos, vai contribuir para maior segurança do tráfego fluvial existente ao longo dos 1.060 quilômetros navegáveis dos 1.450 quilômetros de extensão do Madeira.

Além dos aspectos de interesse mais direto dessas populações, o projeto de sinalização do Madeira é, ademais, auspicioso por representar o primeiro de uma série de outros, nos mais diferentes pontos do País.

Ao saudar esta boa notícia, peço que o inteiro teor o requerimento de informações acerca do assunto passe a constar dos Anais do Senado da República.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº/2004

Requer informações ao Ministro dos Transportes, acerca do projeto pioneiro de sinalização para a navegação fluvial, a ser implantado no rio Madeira, no Amazonas.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, informações sobre o projeto de sinalização fluvial, a ser implantado, em caráter pioneiro, no rio Madeira, no Amazonas.

Justificação

O jornal *Gazeta Mercantil* publica, em sua edição de 24 de junho de 2004, matéria informando sobre a implantação, no País, de um projeto de sinalização para a navegação fluvial. Este requerimento busca pormenores sobre a iniciativa, louvável por todos os títulos. Ao Senado, dentro da sua prerrogativa de órgão fiscalizador, é importante conhecer o projeto em referência.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2004. – Senador *Arthur Virgílio*.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão do Senado do dia 5 de julho de 2004.

Um laboratório de pesquisas para a Amazônia

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a criação de laboratório para a produção de medicamentos na região Norte é, estou seguro, o caminho mais adequado para estimular e dinamizar a pesquisa da biodiversidade da Amazônia. E é fora de dúvida de que se trata de assunto prioritário para aquela área do nosso território, mais do que nunca necessitada de apoio governamental.

Como representante do Amazonas, trago com prazer o assunto a este plenário, para lembrar, a propósito, uma das recomendações da CPI dos Medicamentos, levada a efeito há poucos anos no Congresso Nacional.

Cito aqui, textualmente, três conclusões dessa Comissão Parlamentar de Inquérito:

Recomendação nº 4 – Criar laboratório produtor de medicamentos na região Norte, basicamente para pesquisa da biodiversidade nacional;

Recomendação nº 5 – Estimular, por intermédio do BNDES, a produção no Brasil de fármacos necessários para atender à linha de produção dos laboratórios oficiais;

Recomendação nº 6 – Dinamizar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.

Creio ter chegado o momento de o Governo promover estudos sérios sobre o assunto. Nas viagens que faço ao Norte, percebo que esse é um dos temas que mais sensibilizam as pessoas que pensam com patriotismo na Amazônia.

Entre as tantas lembranças do bravo povo da Amazônia, menciono a mensagem que recebi, faz pouco, do professor de

Química Severino do Monte Filho, que sugere Rondônia como localização do sonhado laboratório fármaco.

Estou de acordo e, ao aplaudir o empenho e a luta sempre presente do Dr. Severino, peço o apoio dos meus pares desta Casa, para que a idéia possa ser concretizada.

Reafirmo também a solicitação que já formulei ao Governo e, em particular, ao BNDES. O laboratório de pesquisas aqui referido, embora baseado no Norte, trará reflexos positivos para todo o País.

Não custa recordar a colocação com que venho defendendo mais ousadia do Governo e de todos nós em favor da Amazônia: "Não perceber que a fronteira mais expressiva para o desenvolvimento econômico do Brasil é a Amazônia, nossa fantástica região continental, será uma visão canhestra, irreal e desajeitada da realidade brasileira e do grande futuro do País".

Que venha, pois, o laboratório produtor de medicamentos da Amazônia!

Era o que tinha a dizer.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão do Senado do dia 10 de fevereiro de 2004.

Televisores: tópico indispensável ao Pólo Industrial de Manaus

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Parabéns!

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Arthur Virgílio. Agradeceria a V. Ex^a se fosse breve. Entretanto, disporá do tempo necessário para proferir seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já foi dito à Casa pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, e pelo Líder do PFL, Senador José Agripino, foi celebrado um acordo envolvendo matérias pendentes e que vinham atravancando a pauta, a começar pela medida provisória que trata de incentivos à ciência e tecnologia no País. E é claro que, de minha parte, registro com alegria que se chegou a bom termo também no tocante à chamada Lei de Informática, em que foi salvaguardado o básico para o Pólo Industrial de Manaus. Com isso, não vejo nenhuma razão para nos mantermos em posição de impedimento à votação. Nós que iríamos nos colocar em posição de impedimento à votação, sim, caso se persistisse na tentativa de se atropelar o desenvolvimento de uma região que está dando certo e oferece a resposta mais estratégica que pode ser aguardada pelo País. Refiro-me ao Amazonas, ao Parque Industrial de Manaus e à chamada Zona Franca de Manaus.

Insisti, Sr. Presidente, que o pólo de televisores de Manaus é inegociável. Ele representa a base do parque industrial do meu estado e dele se extraem os efeitos para os demais pólos no Amazonas. Emprega mais de 50 mil pessoas e representa mais de 50% de todo o faturamento da Zona Franca de Manaus. Sem ele, o modelo seria derogado e a nossa economia, a economia do meu estado, entraria em colapso.

Desde o início, minha posição foi invariavelmente a mesma: garantir que a fabricação de televisores em Manaus não corresse riscos, hoje ou no futuro, e ter, para a fabricação de monitores, condições competitivas em relação às demais regiões do País.

Sobre essa questão, o Amazonas não age por mero capricho e sim porque é a indústria de monitores sediada na Zona Franca de Manaus a única a possuir fábrica de cinescópios para monitores em todo a América Latina, viabilizando a fabricação de televisores em condições competitivas também internacionalmente. Isso porque este pólo situa-se lá, em Manaus, portanto, no Parque Industrial de Manaus, na Zona Franca de Manaus.

As idas e vindas ocorreram pela tentativa, velada ou explícita – quem sabe, por ignorância, espero que sim; quem sabe, por má fé, gostaria que não –, dos adversários do modelo, tentando negar-nos esse direito.

Brigamos, então, pelas garantias que entendíamos as mais adequadas. Retiramos a definição que vinculava o conceito de monitor ao projeto construtivo e à condição de exclusividade para apresentar dados; a proibição de fabricação de monitores com qualquer possibilidade de funcionar como tevê; a quase totalidade das cláusulas que julgávamos as mais injustas. Ademais, aceitamos submeter a nossa fabricação de monitores a estudos futuros, inclusive com a possibilidade de fixação de cópia de produção. Em relação a esses estudos futuros, o que mais desejamos mostrar é que, no Parque Industrial da Zona Franca de Manaus, agrega-se valor local em índices superiores a 70%. Lá, as empresas são fiscalizadas em seus processos produtivos para garantir seriedade a sua produção, e se investe em pesquisa tecnológica.

Para o Parque de Manaus melhor seria que vinculássemos o usufruto desses incentivos aos saldos das balanças comerciais das empresas fabricantes, mas sabemos que, se isso acontecesse – e essa é uma surpresa para o País, os fabricantes de monitores situados fora da Zona Franca de Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, com sua licença, aproveitou a presença dos senadores no plenário e em seus gabinetes, para comunicar que a sessão do Senado será amanhã, às 10 horas, em virtude de acordo feito entre as lideranças, e as votações iniciarão imediatamente após sua aber-

tura. A Ordem do Dia, portanto, terá início às 10 horas. Gostaria que houvesse a presença necessária para que se vencesse a pauta.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente. E o PSDB pretende garantir a presença de oito dos seus senadores amanhã, para que essa votação chegue ao bom termo que o Brasil exige e cobra de todos nós.

Eu dizia que, se acontecesse a vinculação do usufruto de incentivos fiscais aos saldos das balanças comerciais das empresas fabricantes, a grande surpresa para o País é que, certamente, os fabricantes de monitores situados fora da Zona Franca de Manaus não sobreviveriam, porque, na verdade, importam a quase totalidade dos insumos que empregam em sua produção. Esta é a verdade com que o Brasil tem de acostumar-se: lá se agrega valor industrial e econômico. É uma obrigação de cada senador conhecer o que se faz em Manaus. O Congresso ganharia, também o País, e teríamos algumas distorções e preconceitos colocados por terra.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, caro Líder, de quem sou um liderado com muita honra, quero dar o testemunho de sua atuação em defesa dos interesses maiores da Zona Franca de Manaus e do seu estado, o Amazonas, e, ao mesmo tempo, reafirmar o que já disse nas várias reuniões de que participamos. Sou o relator da Lei de Informática na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, como profissional da área, analista de sistemas que sou, reitero que V. Ex^a buscou sempre defender os interesses do seu estado, mas manteve uma visão nacional, pois a Lei de Informática está aumentando o prazo de incentivos até 2019, grande benefício para um segmento que cresce muito em todo o mundo e oferece muitos empregos. Sua posição não foi a de obstaculizar nada. V. Ex^a, em nenhum momento, adotou uma posição política no sentido de não votar a Lei de Informática, mas de defender seu estado e o País. Acredito que estamos chegando a um texto que atende aos interesses variados. Embora seja de Minas Gerais, Estado do Sudeste que possui uma indústria eletrônica nascente e que tem crescido, estou certo da importância da Zona Franca de Manaus para o Brasil. Trata-se de uma área que se desenvolveu muito. Os números

apresentados mostram que, do ponto de vista da balança comercial, comparando-se a exportação e a importação, valeu a pena ter criado a Zona Franca. Então, cumprimento V. Ex^a e dou o testemunho de que seu trabalho foi a favor do melhor texto, que atenda ao Brasil, mas preserve os interesses maiores do seu estado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Por intermédio de V. Ex^a, homenagem toda a comissão de parlamentares que cuidou de aparar as arestas e chegar a esse texto melhor. V. Ex^a é exemplo de homem público sério, estudioso, clarividente, jamais movido por preconceitos e que, o tempo inteiro, procurou chegar a uma verdade decente, justa, desvinculada de quaisquer interesses. Seus interesses são os de Minas Gerais e os do Brasil. V. Ex^a, na medida em que, preservando os interesses de Minas, pensou nos do Brasil, como sempre o faz, não deixou de dar uma grande contribuição, junto com essa comissão, para que pudéssemos chegar ao acordo que nos engrandece a todos. Esse acordo faz o Senado Federal andar e ter sua pauta votada e analisada. Muito obrigado a V. Ex^a.

Seria muito bom para o Brasil se assim o fosse, ou seja, volto àquela história de vincular incentivos fiscais à agregação de valor local. O Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, acenou-nos com a possibilidade de o Governo avançar, futuramente, por esse caminho, que é muito bom para o Amazonas. Nada temos a temer; ao contrário, temos a ganhar. Temos medo de que alguns percam por não contarem com as mesmas condições de complexa elaboração industrial, ao contrário do que acontece na Zona Franca de Manaus.

Diferentemente do que se divulga, em nenhuma oportunidade o Amazonas teve a intenção de inviabilizar a fabricação de monitores em outras regiões, mesmo sabendo que ela poderia até ser ruim para o Brasil, porque seria a sociedade dando incentivo para a maquiagem, para enriquecer empresas privadas é mais ou menos isso mesmo o que aqui estou a denunciar.

Lutei, em todas as oportunidades, sempre com esse propósito. Nunca o fiz com intolerância, mas, sim, com determinação, com a clara consciência de que estamos querendo o mínimo necessário para a sobrevivência da economia do Amazonas, o que, em última análise, interessa muito ao País. É com lucidez que o Brasil deve

ser visto por todos os brasileiros. Portanto, é exigível que se olhe com lucidez a Amazônia e, portanto, o Amazonas.

Ontem, com a feliz regência do Líder Aloizio Mercadante, conseguimos um acordo. Nele, entretanto, várias inserções foram feitas no calor das discussões, sem que tivéssemos tempo para avaliar seus reais efeitos. Com lealdade para com meu estado, informei a todos que ainda submeteria o texto ao Governador do Amazonas, para verificar se o que pretendíamos estava minimamente assegurado. O Presidente Lula está em Manaus, o governador é anfitrião de Sua Excelência. Os técnicos da Suframa estão todos mobilizados para a terceira edição da Feira Internacional de Manaus, que é um evento de enorme peso. Foi com alguma dificuldade que chegamos à análise do texto, para verificar se não havia nada que porventura pudesse significar prejuízo futuro para o meu estado.

Tivemos a resposta apenas esta manhã. O Governador concordou em retirar uma frase, e o alerta foi feito pela Suframa. Quero aqui homenagear a Dr^a Flávia Grosso e sua equipe, que o tempo inteiro se portaram com o sentido de Brasil, mas, ao mesmo tempo, com uma enorme lucidez, uma enorme aplicação para defender o muito que já se construiu no Parque Industrial de Manaus.

O Governador concordou com a idéia de que era necessário retirar uma frase que sutilmente colocaria a fabricação de tevês em Manaus para avaliações futuras. Não poderíamos aceitar algo que agrediria o mínimo que estamos a procurar como garantias para o florescimento do Parque de Manaus.

O Líder Aloizio Mercadante, mais uma vez, foi extremamente sensível e concordou com a retirada da frase; portanto, nada havia mais a dificultar o acordo.

Concedo um aparte ao Líder Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Eu queria registrar, Senador Arthur Virgílio, a competência e o empenho que V. Ex^a teve na votação desse projeto da Lei de Informática, defendendo seu Estado, buscando demonstrar a outros senadores que não tinham a percepção que tenho, e que acredito ter o Governo do Presidente Lula, que a Zona Franca é um instrumento fundamental de desenvolvimento da região. Não poderíamos tomar uma decisão que desequilibrasse o pacto federativo e eventualmente prejudicasse o êxito de um pólo industrial eficiente, moderno, que gera valor

agregado e, por sinal, nesse segmento, gera mais superávit comercial que outras regiões do País, porque mais componentes nacionais estão sendo produzidos na região. Portanto, Senador Arthur Virgílio, quero elogiar V. Ex^a, a Suframa e os empresários da região pela forma como participaram na negociação. Destaco também que a Abine e os demais Estados da Federação, assim como os representantes do meu estado, participaram do processo, buscando uma solução nacional. O Senado, como Casa da Federação, conseguiu encontrar um ponto de equilíbrio. Temos ainda um desafio, que a convergência tecnológica, a evolução deverá ser acompanhada e estudada. Firmamos um acordo – eu, V. Ex^a e os Senadores Eduardo Azeredo, Hélio Costa e Rodolpho Tourinho – de aprofundarmos esse debate por meio de uma subcomissão para tratar dos temas do futuro da informática: como agregar mais valor; como trazer um pólo de semicondutores para o Brasil; enfim, como avançarmos, num impulso, a indústria de informática e de microcomponentes, de computadores e de *softwares* no País. Portanto, destaco que, seguramente, sem a liderança de V. Ex^a, sem o empenho, nesse processo, não teríamos construído esse acordo tão importante para Manaus, para a Zona Franca, e igualmente decisivo para o Brasil. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Meu caro Líder, é com alegria que recebo seu aparte. Registro, até por dever de justiça, que V. Ex^a agiu o tempo inteiro sem preconceitos; agiu com compreensão de Brasil – repito. Está de parabéns neste episódio o Presidente Lula – Sr. Presidente, já concluo –. Ouço o aparte ao Senador Tião Viana para, em seguida, encerrar.

Antes, quero assinalar que o Presidente Lula está duplamente de parabéns nesse episódio. Em primeiro lugar porque, de fato, o seu Governo e os seus técnicos mostraram sensibilidade para chegar a bom termo no que é o acordo celebrado hoje para levarmos a efeito, por meio de votação, amanhã. Em segundo lugar, por contar no Senado e no Congresso com um Líder do seu calibre. Alguém que procura honrar a palavra que empenha; alguém com quem travo aqui os debates mais acalorados, mas em quem aprendi a depositar uma grande dose de estima pessoal e de admiração intelectual. Portanto, tenho muito a agradecer a V. Ex^a pela forma honrosa com que se portou ao longo desse episódio.

Ouço o Senador Tião Viana.

O *Sr. Tião Viana* (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Arthur Virgílio, apenas quero cumprimentar V. Ex^a que, ao lado do Senador Mercadante e de outros Líderes, tem construído entendimentos em matéria tão delicada. Aos olhos imediatistas e precipitados, a impressão que dá é a de que se trata de uma luta corporativista e umbilical sobre o Amazonas, sobre uma população apenas, dissociando os interesses nacionais do interesse daquele Estado. Mas, para quem conhece a trajetória histórica de V. Ex^a, a visão de Amazônia que possui, uma visão geopolítica clara, uma visão estratégica para o Brasil, sabe que V. Ex^a pensa muito mais além quando defende o Estado do Amazonas do ponto de vista tecnológico, como esta matéria expõe. Creio que o Senado demonstrou muita sabedoria ao entender os apelos de V. Ex^a e – é justo que se diga – dos outros Senadores do Amazonas também. Agora, temos de dar absoluta legitimidade a esta causa que atinge positivamente todos os Estados da Amazônia, conforme V. Ex^a entende a visão estratégica que aquela região representa para o Brasil. Este aparte é apenas para dizer da minha alegria e da minha satisfação pelo amadurecimento desta matéria dentro do Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, Senador Tião Viana, e encerro, concedendo aparte à Senadora Ideli Salvatti, mas antes digo a V. Ex^a duas coisas: V. Ex^a é uma grande brasileira, uma grande amazônida e que seu aparte me dá um mote para ir ao encerramento, ou seja, ouvindo o meu discurso alguém imagina que o Amazonas ganhou, ganhou e ganhou. Eu diria que o Amazonas não perdeu e procurou legitimamente não perder, mas o acordo se fez possível também porque o Estado fez concessões e abdicou de prerrogativas que até então eram só suas. V. Ex^a chama a atenção para o fato de que foi preciso que todos nós – quero colocar uma homenagem muito clara ao esforço indormido dos Senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres, que construíram esse acordo com muito talento, usando de sua experiência e devoção à causa pública. Entendemo-nos, cedendo, para que, ao final, no todo e no somatório, o Brasil ganhasse.

Concedo o aparte à Senadora Ideli Salvatti, Líder do Partido dos Trabalhadores.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio. Eu não poderia deixar de fazer o registro de que, no acordo do projeto de informática, não só procuramos estar atentos à preservação do pacto federativo e à Zona Franca de Manaus, algo sobre o qual todos temos o entendimento da importância, mas vários interesses relacionados a empresas de outros Estados que puderam ser contempladas ao fechar o acordo. Sou testemunha da preocupação de vários senadores, com uma situação muito específica do Estado de Santa Catarina, como também acompanhei a situação de indústrias que estão instaladas em Minas Gerais e na Bahia. Entendo que foi um grande acordo que conseguimos construir. Foi demorado, foi custoso, diria que houve até lances risíveis, porque houve situações em que fechamos o acordo entre a sala do Mercadante e o plenário, e o acordo explodiu, mas creio que o resultado final foi extremamente positivo. Então gostaria de parabenizar todos que estiveram envolvidos, e faço questão de fazer o registro do papel importantíssimo do Senador Tourinho, que toureou bastante e conseguiu contemplar todos os interesses, construindo um texto adequado para que pudéssemos, amanhã, fazer a votação, obviamente não só deste projeto, mas também da Medida Provisória, da Lei de Biossegurança, que as três Comissões terminaram de apreciar, e do projeto que dá direito ao desconto em folha para os aposentados também brasileiros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Líder! V. Ex^a, de fato, portou-se da mesma maneira, com maturidade, com sentimento, para se chegar a um acordo. A agonia desses acordos implodia às vezes, menos até do que entre o gabinete do Líder Mercadante e o plenário; explodia, às vezes, antes de chegar ao meu gabinete, que é vizinho do gabinete do Senador Aloizio Mercadante, no mesmo corredor. Ou seja, são interesses em jogo, com pessoas defendendo os interesses dos seus Estados, indústrias com interesses contraditórios entre si, chocando-se.

Mas o fato é que houve uma demonstração de maturidade, Sr. Presidente. E, quando peço a V. Ex^a que mande inserir nos Anais a proposta de acordo que foi consagrada, encerro dizendo, Líder Mercadante, algo muito significativo para mim: esse esforço concentrado, vitorioso, que terminou com um acordo para se votarem matérias fundamentais para o País, mostra, de fato, um Brasil de

democracia consolidada e madura. Estamos celebrando esse acordo, o que seria corriqueiro, talvez, em outra época, às vésperas de uma eleição. Ou seja, estamos ambos os lados acreditando que em nada influenciarão no resultado das eleições de daqui a menos de três semanas, os efeitos deste esforço concentrado!

Ganha o Brasil com o fato de estarmos procurando dar continuidade a propostas boas. Ganha o Brasil porque o Governo procura cada vez mais, por meio de suas lideranças no Congresso Nacional, e no Senado Federal, especialmente pelo talento de V. Ex^a, entendimentos que levem em conta o respeito à Oposição. E ganha a Oposição na medida em que exhibe maturidade, que é o retrato da democracia brasileira. Em época de eleição ou não. Nada existe, nenhuma razão há para se impedir votações. Aqui estamos corroborando os termos e assegurando quórum para as votações, porque isso interessa não exatamente ao Governo, em primeira mão, nem tampouco à Oposição, interessa, sobretudo à população brasileira, à sociedade, ao País maduro. Imagino que, ao largo de entrechoques, que são também prova da força e da vitalidade de nossa democracia, ao largo de choques e entrechoques nesta Casa, temos sabido, de parte a parte, procurar o que é melhor para o País. E assim temos feito.

Depois de tudo que houve, acabei de fazer um elogio muito forte ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e me sinto anistiado para criticá-lo pelos próximos três meses. Em janeiro volto a fazer outro elogio.

Agradeço a V. Ex^a, com muita alegria, e à Casa, pois, afinal de contas, o Brasil ganhou com as atitudes aqui tomadas por Oposição e Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite uma palavra?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita alegria, com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Srs. Senadores, Senador Aloizio Mercadante, é interessante! Quando o Senador Arthur Virgílio ocupa a tribuna para falar do Amazonas, fala com a suavidade dos rios do Amazonas. É tão diferente das expressões

que utiliza quando combate o que traz intranqüilidade ao País! Gostaria, em primeiro lugar, de elogiar..

Gostaria, em primeiro lugar, de elogiar. Eu devia ter descido para pedir um aparte...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Teria honrado muito meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas, se V. Ex^a me permitir, gostaria de elogiar essa maravilha de acordo tão importante para o País. A tecnologia avança desesperadamente principalmente nos países da Ásia, e o Brasil não pode ficar a reboque disso.

E o Senador Aloizio Mercadante, representante do Estado de São Paulo, conseguiu vencer no nosso Estado a maior angústia de contrariedades em relação a esse projeto, demonstrando a sua importância para o Brasil e fazendo com que o Presidente Lula fosse elogiado por V. Ex^a desta tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E não é a primeira vez, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Aliás, sou admirador e me considero amigo de Sua Excelência.

Gostaria ainda que V. Ex^a levasse meu abraço à Dr^a Flávia, pelo brilhante trabalho que faz na Suframa. Ela desenvolve alguns programas inacreditáveis pelo interior do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a já vai me levar a elogiar o Presidente de novo por tê-la nomeado. Sua Excelência fez muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Acho que foi correto. Sua Excelência escolheu uma pessoa técnica conhecedora de toda a estrutura.

Desculpe-me e agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o relatório agora lido pelo Senador Aloizio Mercadante reflete o termômetro das negociações, inúmeras e profundas, que se processaram no Senado. Foram marchas e contra-marchas, até porque havia interesses díspares em choque; interesses

de região; interesses econômicos, portanto, e cada Senador muito zeloso da representação que deveria exercer.

Acompanhei, por exemplo, a luta dos Senadores Hélio Costa e Eduardo Azeredo por Minas Gerais. Acompanhei a luta dos Senadores Rodolpho Tourinho, César Borges e Antonio Carlos Magalhães pela Bahia. Acompanhei a luta dos Senadores de São Paulo, pelo seu estado, do Senador Aloizio Mercadante, que soube globalizar e ter uma visão nacional, do Senador Romeu Tuma e do Senador Eduardo Suplicy. E não me cabia – isto deve ser compreendido – outro papel que não o da defesa intransigente dos interesses da economia do meu estado. E fiz isso.

Foi um avanço – ficou estabelecido que o pólo de televisores da chamada Zona Franca de Manaus é inegociável. Na verdade, ele é a base do Parque Industrial de Manaus porque representa metade do pólo de eletroeletrônicos da região, que representa metade do total. O faturamento este ano baterá recordes, Senador Geraldo Mesquita, e talvez atinja US\$14 milhões. A exportação começa a empatar com a importação. Portanto, a perspectiva para 2005 é de provável equilíbrio de balança comercial no Parque Industrial de Manaus.

Argumentos antigos e caducos foram desmoralizados, como a idéia de que ali só se faziam montagens. O Estado do Amazonas, pensando nos seus concorrentes no campo de monitores, não está exigindo que os incentivos sejam vinculados a índices crescentes de agregação de valor local por temer que seus concorrentes não sobrevivam porque o que lá se faz – e muito bem – é agregação de valor local. Mudou muito. Não é, portanto, um parque de “apertação” de parafusos, mas um parque de produção industrial com suporte de pesquisa tecnológica absolutamente competente a ponto de nós, senadores do Estado do Amazonas, cobrarmos que o Brasil, cada vez mais, abra seus olhos e não olhe com olhos provincianos – imaginando que os provincianos seríamos nós – algo que se faz de muito relevante para o País.

Argumentos surrados foram desmoralizados: a tal renúncia fiscal, compensada já fartamente pela preservação ecológica e igualmente justificada pela soberania nacional que o Parque Industrial de Manaus garante e pelos investimentos que os preços públicos da Suframa terminam fazendo reverter para toda a Amazônia ocidental mais o Amapá. Porém, ainda assim, o equilíbrio da balança comercial, no ano que vem, já desmonta a tese da renúncia fiscal.

O Parque Industrial de Manaus representa 6% do PIB brasileiro. Senador Hélio Costa, é mais do que a Fiesp inteira pelos seus associados formais. Seis por cento do PIB brasileiro não é pouco, mas algo que deve ser considerado um patrimônio do povo brasileiro, como o povo do Amazonas considera um patrimônio seu e do povo brasileiro a indústria automobilística sediada no centro-sul do País.

Cobramos apenas que, ao invés de imaginarem – e estaria eu sendo provinciano neste momento –, olhem com olhos não-provincianos, mas olhos universais, globais, algo de interesse planetário há muito tempo e que não tem como deixar de ser examinado da ótica do interesse nacional, que é, portanto, o Pólo Industrial de Manaus.

Ontem, acatei sugestão do Senador Aloizio Mercadante. Eu tinha um projeto que trocava o nome de Zona Franca, o nome é merecido para Pólo Incentivado ou Pólo Industrial da Amazônia Ocidental, ou algo assim. Fiz o projeto, ainda era deputado, esbarrei nos limites constitucionais em matéria constitucional. Estou apresentando a PEC, estimulado pela sugestão que ontem em muito boa hora, e pela compreensão que atingiu, me fez o Senador Aloizio Mercadante.

O fato é que devo ressaltar o valor intelectual do Senador Rodolpho Tourinho, que foi um grande articulador das vontades, das arestas que foram aparadas; devo ressaltar; Senador Hélio Costa, a persistência com que V. Ex^a e o Senador Eduardo Azeredo se houveram, defendendo Minas Gerais, mas abrindo os olhos e o coração para uma compreensão do Brasil; destaco também a importância que, sem dúvida alguma, tiveram todos os membros da Comissão, a começar pelo Senador Gilberto Mestrinho, do meu estado, a Líder Ideli Salvatti, para que chegássemos a bom termo. E de fato, chegamos a um bom acordo, que destranca a pauta, um acordo que, se aceito pelo Amazonas e por quem tem interesses supostamente contrários aos do Amazonas, se for aceito por todas as partes, é porque é um bom acordo, avalizado que foi, pelos técnicos do Governo estadual do Amazonas e pelos técnicos da Suframa, hoje em muito boas mãos, com a Dr^a Flavia Grosso, pela equipe de técnicos que me deu assistência durante toda essa tramitação, assistência completa, perfeita, que foi capaz de dar resposta, por intermédio dela, a todas as indagações feitas no campo da técnica.

Ontem, quando vim à tribuna para defender este ponto de vista, devo ressaltar que, sob a coordenação do Senador Aloizio Mercadante, conseguimos um acordo, com várias alterações. O essencial é termos o registro de que o Pólo de Televisores da Zona Franca de Manaus está preservado. E mais ainda: que estão prevendo o avanço tecnológico e, portanto, essa coisa sutil que será a discussão em torno da convergência tecnológica, cada vez mais se misturando os conceitos dos bens que contêm o *chip*.

Não sei se amanhã alguém não argüirá que o carro de Michael Schumacher é um bem de informática, porque ele não dirige, não guia no braço como fazia Ayrton Senna. É um grande piloto, mas é um grande piloto que maneja muito bem informática. Ayrton Senna era um piloto que guiava no braço, o que não quer dizer que seja melhor nem pior; quer dizer apenas que o *chip* está dando determinada condição de competitividade a esse piloto, que não sei como é que ele se haveria se se retirasse o *chip* de seu carro. Amanhã, alguém pode dizer: "Olhe, o bem de informática atinge, em sua definição, o carro de Schumacher". Pode ser. Mas estamos preocupados em preservar isso.

Em outras palavras, o espírito a que aqui me ative, Sr. Presidente, foi muito simples: eu gostaria de que o Brasil inteiro tivesse o direito de produzir monitores de vídeo para computadores, sob a égide dos incentivos fiscais da Lei de Informática, que está sendo prorrogada. Ao mesmo tempo, que os monitores de vídeo para televisores fossem protegidos pelos incentivos fiscais do Decreto-Lei nº 288, que regulamenta a Zona Franca de Manaus, criado pela genialidade de Roberto Campos e pelo espírito público do Presidente Castelo Branco. E mais ainda, consagrado no art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, nada mais, nada menos que pela pressão e pela força da bancada inteira do Estado do Amazonas à época. Mas vamos reconhecer também o peso do Relator da Constituinte, que era o Senador Bernardo Cabral, hoje não presente nesta Casa, mas, sem dúvida alguma, uma figura que tem sua vida e sua passagem marcadas em posição de honra em meu estado. Temos, portanto, um grande êxito a aqui registrar, Sr. Presidente, quando encerro. O grande êxito é: estamos abertos para novas discussões, podemos ter orgulho de dizer que hoje o Amazonas abre e se coloca à disposição, para quando o Governo entender que só deve ter direito a incentivo fiscal aquele que agregar

valor regional para valer. Nós fazemos isso e não temos segurança que os nossos concorrentes já estejam prontos nesse nível. Mas estamos prontos. Temos a crença de esse tema assumir dimensão nacional e temos algo que reflete a sabedoria do Senado, que refletiu os interesses todos, fazendo concessões para que o interesse global e maior se levantasse, que era termos a convicção de que o Brasil estava ganhando com esse acordo, com essa atitude, com a convergência do Amazonas, da Bahia, de Santa Catarina, de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio Grande do Sul. Ou seja, essa é uma lei feita para o Brasil. Ao chegar a minha terra, eu direi que isso para nós é uma grande conquista, porque não é mais a visão de que estamos impondo ao Brasil uma concessão ao Amazonas com a qual alguns concordam, outros não, de estarmos inseridos na preocupação do Brasil com o pólo tecnológico de ponta.

Percebo a mudança do discurso aqui. E, neste momento, devo dizer que registrei ontem ao Líder Mercadante um duplo elogio ao Presidente da República: primeiro, por ter uma equipe competente na Suframa, liderada pela Dr^a Flávia Grosso; segundo, porque demonstrou enorme capacidade de se abrir para o diálogo conosco. Espero, com isso, deixar bem patente que, quando há razão para elogio, eu o faço. Espero não ter outra até janeiro do ano que vem. Mas é de se elogiar quando o Presidente acerta, até para se ter toda a legitimidade para criticar quando Sua Excelência erra. Não é possível agir de forma condicionada, pavloviana: se veio de lá é ruim. Desta vez, foi um gesto de convergência nacional, articulado pelo Senador Mercadante, claro, prestigiado que foi pelo Presidente da República. Registro, pois, o mérito do Presidente da República ao ter uma noção de Brasil em relação ao meu estado.

Assim, Sr. Presidente, estamos aqui prontos para honrar o acordo, para votar a Lei de Informática, seguros de que ela gerará empregos para o Brasil, significará uma participação fundamental na construção do Produto Interno Bruto brasileiro dos próximos anos. Sem dúvida, provou-se, primeiro, que não era necessário o esmagamento do Amazonas, e, segundo, que isso seria ruim para o Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

Até porque ficou patente que os interesses do Amazonas não são conflitantes com os interesses brasileiros. E esse acordo é a prova de que o Senado é, de fato, a Casa da reflexão, da meditação, da sabedoria – esta concha para baixo, realmente, tem razão de ser e foi muito bem expressa pela genialidade de Oscar Niemeyer – e dos acordos políticos que, ao fim e ao cabo, dão a orientação de que este Brasil procura o seu rumo com a participação essencial do Legislativo, fundamentalmente desta Casa, da qual tenho imensa alegria e felicidade de participar, pelo convívio que só me ensina, com tantos senadores capazes, competentes e que representam seus estados com galhardia, honradez e, mais ainda, com espírito de Brasil. Isso é o que quero fazer, pois, quando defendo o meu estado, defendo o Brasil, não o oponho ao País, defendo-o.

Portanto, hoje, o Brasil todo consegue uma vitória com a aprovação da Lei de Informática, tal qual está relatada pela competente pena e voz do Líder Aloizio Mercadante, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

Era o que tinha a dizer.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão do Senado do dia 15 de setembro de 2004.

***Greve de auditores fiscais quase
paralisa a Zona Franca de Manaus.
O Governo está omissa***

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, falo esta tarde sobre a Zona Franca de Manaus. E isso é para mim sempre um prazer, que alio ao dever de acompanhar de perto os acontecimentos que se referem ao principal pólo de produtos eletroeletrônicos do Brasil.

Tenho duas notícias. Uma boa e outra ruim.

Primeiro, a boa notícia, que leio na *Folha de S. Paulo*, edição deste 1º de junho. Trata-se de informação sobre uma bem-sucedida operação da Receita Federal, que, graças à sua fiscalização, apreendeu 90 toneladas de mercadorias importadas irregularmente por uma indústria da Zona Franca. Isso é bom para o modelo. A licenciosidade é que a ela seria prejudicial.

Falo agora da má notícia, estampada no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de ontem. É má notícia não apenas para a Zona Franca de Manaus. É uma má notícia para o Brasil. É ruim, péssima mesmo, porque o Pólo Industrial de Manaus está sob o triste espectro do descabro administrativo federal, com todas as suas nuances prejudiciais à economia nacional.

Esse quadro de desajustes na administração do atual Governo é responsável pela greve de auditores fiscais da Secretaria da Receita Federal, que já dura dois meses, um tempo insuportável quando se deseja encarar com seriedade a economia do País. E é preciso que assim o seja.

Como adiantam as notícias, a greve em Manaus já obrigou muitas indústrias a concederem férias aos seus empregados. Segundo o jornal paulista, só em maio a indústria implantada na ZFM deixou

de faturar, para o mercado interno e em exportação, cerca de 20 milhões de dólares. E mais: segundo cálculos do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, o ritmo de produção na Zona Franca registra uma queda de 40%.

Pergunto às lideranças governistas: será que esses números, tão prejudiciais à economia brasileira, não impressionam? Será que é possível fechar os olhos para uma realidade tão prejudicial a um país que precisa crescer, até para ajudar o Governo na tentativa de gerar pelo menos parte dos 10 milhões de empregos prometidos?

Vou registrar, neste Plenário, mais alguns dados sobre o tamanho do prejuízo. Antes, dirijo-me aos principais líderes do Governo e ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, instando-os no sentido de uma pronta solução para solucionar essa prolongada greve dos auditores federais da Receita Federal.

Os auditores estão em greve por melhores salários. Reivindicam a equiparação de seus ganhos com os dos procuradores do Ministério Público Federal, que, em início de carreira, ganham R\$7,5, contra R\$3,5 dos auditores. Pedem ainda paridade entre os funcionários ativos e os inativos. E melhores condições de trabalho. Aliás, melhores condições para o exercício da função pública foi o que pediram também os servidores da Polícia Federal durante a greve que tanto transtorno causou ao público.

As negociações da categoria com o Governo não prosperaram e fez-se o impasse. O prejudicado é o País. A economia brasileira passa a sofrer desgastes, por culpa da intransigência governamental. Repito: por culpa do Governo.

Segundo o diretor-técnico da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB), José Augusto de Castro, o problema é localizado principalmente em Manaus, onde as empresas acabam tendo custos adicionais, com perda de contratos de exportação.

O diretor da AEB chegou a declarar: "Não temos como quantificar os estragos."

Aí está, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Senhores líderes do Governo, Senhor Ministro Palocci: há estragos, há prejuízos para a Nação. A economia sente os reflexos negativos. E o Governo segue como se tudo estivesse às mil maravilhas. Não está!

O mundo de greves que se vêm registrando no Brasil se deve sobretudo ao descalabro do Governo, insensível a tudo, menos ao aparelhamento estatal.

Há, na administração pública federal, um clima de anarquia que gera o inconformismo dos servidores e uma grande desconfiança entre a população.

A grande verdade é esta e deve ser dita com todas as letras, por piores que elas possam ser: a prepotência do Governo petista acabou prevalecendo em lugar do diálogo. E quando isso ocorre, pobre do País, que acaba mergulhado em clima de apatia.

Insisto, pois, agora dirigindo minhas palavras diretamente ao Presidente Lula: a Zona Franca de Manaus é mais importante que o paliteiro petista implantado na Administração Federal. Dela, da Zona Franca de Manaus, depende uma parcela bem razoável da economia brasileira. Sua Excelência deve saber disso. E precisa agir.

Era o que eu tinha a dizer.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, na Sessão do Senado do dia 2 de junho de 2004.

Pólo Industrial de Manaus é também pólo científico e tecnológico

Dificuldades de acordo entre a Oposição e o Governo para concluir votações.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho usado pouco a tribuna na condição de Líder, a não ser nas sessões deliberativas, e não costumo falar em final de sessão. Hoje, porém, senti-me na obrigação de vir à tribuna para relatar o sentimento que tenho, neste momento, em relação ao Senado Federal.

No período pós-eleitoral, o Brasil deu uma imensa demonstração de maturidade ao construir uma transição pactuada, em que o Presidente Lula e o Presidente Fernando Henrique Cardoso tiveram um gesto que marcará definitivamente a história deste País – um gesto de grandeza, de despojamento, de responsabilidade pública. Aquele que se retirava, mas fornecia as informações e ajudava a construir a governabilidade, e aquele que entrava sem qualquer atitude de revanchismo, buscando soluções, preservando o que estava bem feito e buscando avançar em novas políticas públicas. Acho que foi um grande momento da História.

É verdade que os embates entre Oposição e Governo, que também são da essência da democracia, em alguns momentos, nos tiraram desse clima, dessa atitude, dessa possibilidade. Tivemos períodos com baixa produção legislativa e embates extremamente duros. Sei que isso faz parte da vida da instituição e da democracia, mas tenho certeza de que o lastro construído na transição é o rumo mais importante para a atitude do Senado Federal.

O Senado teve grandes momentos, como a reforma tributária, construção desta Casa, com a participação decisiva de vários

Senadores, uma votação consensual, e a reforma do Judiciário, que vamos concluir, e penso ser uma obra suprapartidária de grande alcance e há muito esperada.

E o mais importante é que estamos às vésperas de uma eleição, cada um no seu palanque, no enfrentamento das ruas, algo da natureza da nossa vida, disputando com toda a nossa energia as eleições municipais, e soubemos olhar para o Brasil com a responsabilidade que temos, deste Plenário, desta instituição, no sentido de fazer avançar o processo legislativo para além do clima eleitoral.

Sr. Presidente, registro que essa possibilidade se deve também à competência e ao espírito público de vários Senadores. Começaria a registrar o papel dos Líderes. Hoje, fizemos um ajuste para, amanhã cedo, votarmos, por acordo, quatro matérias de grande alcance.

Em primeiro lugar, a medida provisória que dá isenção para importação de equipamentos para os pesquisadores. Introduzimos o Simples para as oficinas mecânicas, o que vai beneficiar milhares de trabalhadores deste País. O Relator era o Senador Cristovam Buarque, que estará impedido. Passará a ser Relator o Senador Eduardo Azeredo, o que mostra uma atitude de parceria e de trabalho conjunto.

Em segundo lugar, vamos votar a Lei de Informática, tão bem descrita aqui pelo Senador Arthur Virgílio, cujo acordo teve uma participação decisiva do Senador Rodolpho Tourinho, que é um grande negociador – aplicado, dedicado, empenhado, um mediador excepcional. Os Senadores Eduardo Azeredo e Hélio Costa, por Minas Gerais, foram dois Relatores que se dedicaram, durante mais de um mês, à negociação, a fim de encontrarmos o equilíbrio. Ressalto ainda o trabalho dos três Senadores do Amazonas – Jefferson Péres, Gilberto Mestrinho e, em particular...

(Falha no sistema de som do plenário.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Perceba, Senador Arthur Virgílio, que cortaram o som quando eu ia elogiar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Está desligando o som. De fato, há um defeito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pois é, Sr. Presidente, mas o Senador Arthur Virgílio, que foi muito enfático, como é de sua natureza, para construir o acordo, e da Senadora

Ideli Salvatti, na defesa do Estado de Santa Catarina. S. Ex^{as} foram muito firmes na defesa dos interesses dos seus respectivos Estados. Às vezes, estiveram os dois inclusive aliados contra o Líder do Governo – cena também inédita – defendendo as suas prerrogativas contra o Líder do Governo. E, no entanto, conseguimos pactuar e construir o acordo que, como já mencionei, mas, quero insistir, Senador Rodolpho Tourinho, não teria existido sem a habilidade, a competência e a dedicação de V. Ex^a.

Vejo a Senadora Ideli Salvatti cumprimentando os Senadores Arthur Virgílio e Rodolpho Tourinho, o que merece uma foto. Aliás, o Freitas deveria estar prestando atenção e trabalhando, pois perdeu uma foto memorável aqui neste plenário. Quero registrar nos Anais do Senado, também, a sua missão num momento importante da vida iconográfica do País.

Foi um grande trabalho.

Vejo que nós, mais do que um acordo, construímos um compromisso de nos dedicar a aprofundar o processo de evolução da indústria de informática. O Brasil não tem uma indústria de semicondutores, perdemos a Intel para a Costa Rica, e não há motivo para isso; 80% dessa indústria estão hoje na Ásia, e há um interesse de que ela venha para o Ocidente. O Brasil tem escala, tem vantagens comparativas e conexões para trazer hoje esse pólo de semicondutores. Precisamos nos empenhar nessa tarefa e avançar, do ponto de vista do fomento dessa atividade, identificando a evolução tecnológica e o impacto que terá a convergência tecnológica, sobretudo o monitor de vídeo e o aparelho de televisão.

Enfim, temos de aumentar, agregar valores adicionados a esses produtos com a produção local, tema extremamente complexo e igualmente relevante.

Então, creio que fizemos um grande acordo, Senador Rodolpho Tourinho, e V. Ex^a – insisto em dizer – teve papel importante nisso, sempre com a discrição que lhe é própria. Mas, as matérias decisivas, desta Casa na área econômica, da ciência e tecnologia, têm passado por V. Ex^a, e, sem V. Ex^a, dificilmente teríamos superado alguns momentos, pela dedicação, seriedade e profissionalismo com que trata esses assuntos.

Faço esse registro, parabenizando o Senador Arthur Virgílio por ter inclusive construído uma visibilidade muito importante na Zona Franca de Manaus. Quem conhece a Zona Franca como eu sabe o que

é o pólo industrial científico e tecnológico. Entretanto, construiu-se uma imagem precária da Zona Franca. Sugiro inclusive que mudemos a denominação da Zona Franca para Pólo Industrial, por ser aquele um pólo de desenvolvimento industrial muito importante.

Quero reafirmar o que disse aqui: neste segmento há mais superávit comercial sendo produzido em Manaus do que em outras regiões do País. Essa é a verdade. Contudo, não podemos desequilibrar o pacto federativo e temos de respeitar a diversidade neste País continental, estimulando a produção em todos os segmentos. Precisamos avançar esse debate na Casa.

Saio com esse compromisso, assim como os Senadores Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho e Hélio Costa, de levar esse debate com outros Senadores que vão seguramente participar.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Aloizio Mercadante, da mesma forma com que me dirigi ao Senador Arthur Virgílio, nosso Líder, quero dizer que a atuação de V. Ex^a foi fundamental, pois teve a paciência de conseguir, por meio de dezenas de reuniões, que pudéssemos chegar a um interesse maior. Ao mesmo tempo, V. Ex^a coloca um ponto muito importante: que possamos prosseguir. Esse é um ponto que estamos vencendo. Ou seja, é a ampliação da Lei de Informática até 2019, com benefícios de incentivos, para que a indústria de equipamentos eletrônicos possa crescer. Ao mesmo tempo, está sendo expandida a vigência dos benefícios para a Zona Franca. É importante ainda que possamos enfrentar a questão dos semicondutores, dos *chips*. O Brasil não produz *chips*, perdeu essa oportunidade, mas, evidentemente, existe ainda espaço para que isso possa acontecer. Cumprimento V. Ex^a por defender que continuemos, agora num novo patamar, que é o patamar da viabilização também da indústria de *chips* no Brasil.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Precisamos construir o nosso Vale do Silício, isto é, uma indústria que empregue mão-de-obra extremamente qualificada, que gere muito valor agregado. Há o interesse estratégico de que isso seja constituído no mundo ocidental, nas Américas, e o Brasil, eu diria, é a economia que tem mais vantagens comparativas. É preciso, porém, desenvolver uma boa logística, *just in time*, quer dizer, processos muito rápidos, aeroportos-fábrica.

Ao Governo de Minas Gerais, que sei estar se dedicando muito a essa tarefa, quero dizer que pode contar comigo na parceria com o Governo Federal. Na Unicamp também há interesse muito grande nessa área. Acredito que o Brasil está pronto para dar um salto nessa direção. Espero que contribuamos decisivamente para ele.

Senador Arthur Virgílio, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Aloizio Mercadante, antes de V. Ex^a conceder aparte a esse notável representante da Bahia, o Senador Rodolpho Tourinho, gostaria de agradecer-lhe a percepção. De fato, evito chamar de Zona Franca o que para mim é hoje o Pólo Industrial de Manaus ou o Parque Industrial de Manaus, o PIM. Não se trata de uma zona franca, as suas características não são as de uma zona franca. O Amazonas recolhe, hoje em dia, 64% dos tributos de toda a região Norte, ao passo que os demais Estados, 36%. Ou seja, é um modelo bem-sucedido. Não é zona franca também quando se leva em consideração que a renúncia fiscal é sensivelmente compensada hoje pelo fato de estarmos atingindo o equilíbrio na balança comercial do Pólo de Manaus. Não é zona franca de novo, pois compensamos o *start*, que é o incentivo fiscal, com um faturamento que, este ano, será recorde, ou seja, de US\$14 bilhões. Não se trata de zona franca quando consideramos que temos ali um PIB que representa 6% do PIB do País – isso é mais do que produzem os associados da Fiesp. Lembro que já tentei alterar o nome da Zona Franca de Manaus – fiz um projeto de lei e descobri que a matéria era constitucional. Estimulado por V. Ex^a, apresentarei, por ocasião da reabertura dos trabalhos, PEC nesse sentido. Sei que vou contar com a boa vontade de V. Ex^a e da Casa para a mandarmos imediatamente para a Câmara. A idéia seria mudar o nome atual, Zona Franca de Manaus, para Pólo Incentivado ou Pólo Industrial – quase todos os pólos são incentivados – ou Pólo Industrial da Amazônia Ocidental, algo assim. O nome seria o de menos, o importante mesmo é a compreensão de V. Ex^a de que nós estamos, na verdade, deixando de explicar de maneira ótima o modelo quando nós atribuímos a idéia do escambo, a idéia do mero comércio a algo que representa a agregação de valor a que V. Ex^a se refere com tanta lucidez em seu discurso. É uma lembrança que V. Ex^a me faz e é uma decisão que acabo de retomar: a de lutar para mudarmos o nome do modelo, dando-lhe denominação que se assemelhe ao esforço e à tecnologia que lá são empregados. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Conte comigo nessa empreitada porque também considero que o processo industrial que se desenvolveu em Manaus não é mais compatível com o espírito da iniciativa da Zona Franca, que foi a origem da decisão de tantos anos atrás – e agora com prerrogativas que vão até 2023.

Temos de aprofundar essa discussão e, junto com ela, debater a política de informática. Acho que identificamos o desafio que temos pela frente e prorrogamos a Lei de Informática até 2019. Estamos dando um estímulo e uma regulação segura para os investimentos que se devem fazer nesse setor.

Concedo aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Gostaria inicialmente, Senador Aloizio Mercadante, de agradecer as palavras elogiosas de V. Ex^a, da Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT, e do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, e de dizer que sempre o que nos move nesses compromissos que temos, sendo de oposição, é o bem do País. Nós temos sempre procurado atuar nessa direção. A propósito, revelaria aqui neste momento um fato ocorrido entre mim e Arthur Virgílio – peço a S. Ex^a autorização para fazê-lo. Eu não pensava em termos de Bahia, e S. Ex^a, de Zona Franca. Escrevi um *paper* sobre o que eu pensava sobre o assunto e entreguei-lhe. É dentro desse quadro que acho ser possível construirmos todo um caminho para este País melhorar, não tenho a menor dúvida disso. Acho fundamental a subcomissão proposta por V. Ex^a e já queria propor, Senador Arthur Virgílio, que a primeira reunião fosse em Manaus. Quando presidente do Confaz, cargo que exerci por muitos anos – já lhe disse isso –, conseguimos, os secretários de Fazenda, melhorar muito no Confaz a idéia da zona franca, com três ou quatro reuniões que fizemos lá na Zona Franca e com visitas a empresas locais. Concordo que mudar o nome é fundamental, não tenho dúvida disso. Trata-se de pólo extremamente importante e pelo qual todos os brasileiros, tenho convicção, têm de lutar. Agradeço as palavras de V. Ex^a e tenho certeza de que poderemos continuar trabalhando juntos pelo bem de nosso País.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Rodolpho Tourinho, apesar de a palavra ser a essência do mandato do parlamentar, ela nem sempre expressa a exata dimensão de alguns processos e de algumas figuras. Eu não tenho palavras para

agradecer o empenho, a dedicação e a humildade com que V. Ex^a tem participado desse processo de negociação: é sempre com espírito de colaboração, de construção, de buscar soluções e com uma competência negocial que lhe é muito própria e, seguramente, tem sido decisiva em alguns processos em que eu tenho estado envolvido. Gostaria de registrar isso na Casa.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que fizemos um acordo de procedimentos para, amanhã, pela manhã – combinei isso com o Presidente Sarney –, haver sessão às 10 horas. Votaremos a MP que dá os incentivos à importação de máquinas e equipamentos e estende o Simples às oficinas mecânicas; votaremos a Lei de Informática; votaremos o projeto que estimula o crédito vinculado à folha a aposentados e pensionistas – quero lembrar que são 23 milhões de pessoas que dependem dessa decisão para ter os juros do cheque especial reduzidos de 7,5% para 2% e que muitos aposentados e pensionistas hoje estão com o seu carnê nas mãos de um agiota, porque não conseguem pagar as suas contas. Trata-se de projeto que terá grande alcance social, como já acontece em relação aos trabalhadores da ativa: são R\$8 bilhões em crédito que já oferecemos às pessoas físicas, o que reduziu muito a inadimplência e ajudou a ativar a demanda agregada, o comércio, o emprego e a produção no País. Finalmente, votaremos o projeto de biossegurança, que teve avanços importantes, mas sobre os quais reservo-me o direito de discutir depois, amanhã, em função do adiantado da hora.

Esse acordo amplo, seguramente, só aumenta o prestígio do Senado da República no País. Esta é a Casa da moderação, da negociação, da racionalidade, do espírito público, Casa que, mesmo nos momentos de calor do embate das urnas e das eleições, é capaz de construir acordos de grande alcance e que atingem setores tão importantes da nossa sociedade – sociedade que, neste momento, receberá benefícios indispensáveis, devidos, e que só foram alcançados em função do espírito público dos Senadores que estão trabalhando à frente de todos esses temas.

Agradeço a tolerância em relação ao horário e, especialmente, quero saudar desta tribuna o dia de hoje, que será coroado amanhã com a seqüência de nossos trabalhos, fato que recoloca no Senado o clima da transição, que deve ser o clima predominante nos trabalhos que teremos pela frente.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no Brasil atual, há, felizmente, bolsões de crescimento, a exemplo da produção industrial, que, em abril último, registrou elevação de 6,7%, em relação ao mesmo período do ano passado.

Como representante do Amazonas, aprez-me registrar que o crescimento nacional se deve aos índices apurados no parque industrial do meu Estado, especialmente da Zona Franca de Manaus. Ali, como mostra a pesquisa do IBGE, que ora vem a lume, o crescimento foi exatamente o dobro da média nacional.

Não fosse o excelente desempenho da indústria amazonense, puxada pela fabricação de televisores e celulares, e o resultado global do País poderia ficar bem abaixo do alcançado.

A mesma pesquisa mostra que o acréscimo da indústria no Amazonas ocorre pela segunda vez consecutiva.

A seguir, incluo neste pronunciamento o gráfico da evolução do setor industrial brasileiro.

A propósito, quero registrar também que o bom desempenho da indústria amazonense se deve, inclusive, à constante preocupação de modernização das empresas ali instaladas.

Ainda ontem, chegou-me às mãos os resultados do Ranking da Revista Exame de Empreendedorismo Corporativo realizado em todo o País.

O resultado me foi enviado pela Multibrás, uma das empresas do Pólo Industrial de Manaus. Essa empresa, faço o registro prazerosamente, foi classificada, em ordem alfabética, entre as 10 mais empreendedoras do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, na Sessão do Senado do dia 15 de setembro de 2004.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF

OS nº 6371/2004



Senado Federal



Arthur Virgílio Neto

arthur.virgilio@senador.gov.br